



# Anais da Assembléia

N.º 122

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 113.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1984.

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Belinati e Anibal Khury.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Guibert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Lêonidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte.

## EXPEDIENTE:

## Mensagens:

MENSAGEM 235/84

Curitiba, 07 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso ante projeto de lei que objetiva assegurar aos Professores aposentados, que tenham percebido a gratificação de regência de classe, de que trata o art. 10, da Lei n.º 7.099, de 08 de janeiro de 1979, durante três anos consecutivos e com a inclusão dos respectivos períodos de férias, o direito à incorporação de tal vantagem aos proventos de inatividade, na forma da Lei n.º 7.507, de 15 de outubro de 1981.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos Superiores interesses da Administração, eis que virá sanar omissão existente na legislação referente à gratificação de regência de classes e sua incorporação nos proventos de aposentadoria de professores, ensejando condições legais no sentido de que o período de férias seja também computado para efeito de completar o espaço de tempo necessário à tal incorporação.

Vale lembrar, nesta oportunidade, que a medida proposta consubstancia o resultado de estudos realizados pelos setores técnicos da Secretaria de Estado da Administração, os quais, é bom frisar, inspiraram-se em sugestão que me foi formulada pelo Senhor Deputado Anibal Khury, onde o Nobre Parlamentar demonstrou sua justa preocupação no sentido de solucionar o assunto.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Aos professores aposentados, que tenham percebido a gratificação de regência de classe, de que trata o art. 10, da Lei n.º 7.099, de 08 de janeiro de 1979, durante três anos letivos consecutivos, fica assegurada a incorporação da referida gratificação aos respectivos proventos de inatividade, na forma da Lei n.º 7.507, de 15 de outubro de 1981, computando-se o período letivo propriamente dito com inclusão dos períodos de férias que ficam considerados como regência de classe.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 236/84

Curitiba, 07 de novembro de 1984

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento do Serviço da Loteria do Estado do Paraná em Cr\$ 690.000.000 (seiscentos e noventa milhões de cruzeiros).

Os valores decorrentes da alteração orçamentária ora proposta servirão para atender despesas com pessoal, material de consumo e serviços de terceiros, tendo como cobertura recursos oriundos da própria entidade, em conformidade com o § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Contando com a atenção dessa Colenda Casa, renovo a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI 318/84

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional no valor de Cr\$ 690.000.000 (seiscentos e noventa milhões de cruzeiros), alterando o vigente orçamento do Serviço da Loteria do Estado do Paraná.

Art.2.º - O crédito de que trata esta lei servirá para dar suporte a despesas com pessoal, material de consumo e serviços de terceiros e encargos, tendo como cobertura recursos da própria entidade, em conformidade com o disposto no § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
A Diretoria Legislativa.

#### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 217/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do inciso I do artigo 23 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art.1.º - O artigo 105 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.105 - Os Municípios são unidades territoriais com autonomia política, administrativa e financeira, regem-se pelas respectivas Leis Orgânicas e demais Leis que adotarem, respeitados os princípios estabelecidos na Constituição da República e nesta Constituição Estadual;

§ 1.º - A proposta de Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em duas sessões, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de seu recebimento, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, os votos da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art.2.º - O caput do artigo 106 e os

seus parágrafos primeiro e terceiro passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.106 - São poderes do Município, independentes e harmônicos, o Legislativo e o Executivo.

§ 1.º - Ressalvadas as disposições em contrário, o Prefeito e Vice-Prefeito e os Vereadores serão eleitos por sufrágio universal e voto direto e secreto, na data e com duração de mandato estabelecidos pela Legislação Federal.

§ 3.º - Ressalvado o disposto na Legislação Federal são condições de elegibilidade ao Legislativo e Executivo:

I - Ser Brasileiro;  
II - Estar no exercício dos direitos políticos.

Art.3.º - O caput do artigo 107 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.107 - O número de vereadores, sempre ímpar, será fixado por Lei, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a nove nem superior a trinta e três.

Art.4.º - O § 1.º do artigo 110 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1.º - A instalação dos novos municípios somente se efetivará com a posse dos titulares dos poderes Municipais, eleitos conjuntamente com os dos Municípios já existentes.

Art.5.º - O caput do artigo 112 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.112 - O Estado concorrerá com sua colaboração para o funcionamento dos poderes Municipais, observado o seguinte:

Art.6.º - Fica revogado o parágrafo único do artigo 112.

Art.7.º - Enquanto os Municípios não promulgarem suas próprias Leis Orgânicas, nos termos do permissivo no artigo 105, ficam vigindo os dispositivos da Emenda Constitucional n.º 2.

Sala das Sessões, em 19/11/84.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamento: Donato Gulin, Odeni Monguel, Ivan Gubert, Tadeu Lúcio Machado, Tuguio Setogutte, Gilberto Carvalho, Airton Cordeiro, Fuad Nacli, Erondy Silvério, Basílio Zanusso, Tércio Albuquerque, Péricles Pacheco, Antonio Belinati, Edgar Pimentel, Adhail Sprenger Passos, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Antônio Annibelli e uma  
(1) ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

Inúmeras têm sido as reivindicações no sentido de estabelecer aos Municípios a competência para se auto-organizarem, entre elas a do Vereador Luiz Carlos Schroeder, de Toledo, que requereu o envio por aquela edilidade de expediente ao Presidente desta Casa, bem como aos líderes das bancadas dos dois partidos, solicitando providências para ser emendada a Consti-

culção do Estado do Paraná visando transferir às Câmaras Municipais a competência para elaborarem as Leis Orgânicas dos respectivos Municípios.

A presente proposta de emenda constitucional constitui inegável avanço na sempre perseguida autonomia Municipal, que existe não em sua plenitude mas, ao contrário, com restrições.

Até o presente apenas o Estado do Rio Grande do Sul alterou sua Constituição, possibilitando a que os Municípios rio-grandenses tivessem as suas respectivas Leis Orgânicas e não como acontece nos demais Estados onde há uma Lei Orgânica Municipal, única.

No Paraná, a Legislação que regula a matéria é o capítulo VI "in totum" do Título I da Constituição Estadual e a Lei Complementar n. 2, de 17 de junho de 1973, uma Legislação genérica para todos os Municípios, com exceção ao da Capital, que pelo parágrafo único do artigo 1.º tem a prerrogativa de elaborar a sua Lei Orgânica específica.

Assim os Municípios das Capitais, via de regra dispõem de suas Leis municipais, autônomas, mas os municípios do interior têm suas vidas reguladas por uma Legislação única, de âmbito Estadual.

E por que só as capitais terem suas Leis próprias? Por terem características peculiares que as diferem de outros municípios?

E esses outros municípios são iguais? No entender de Virgílio Marino de Lima, diretor da Câmara Municipal de Toledo, na justificativa que embasou o requerimento do Vereador Luiz Carlos Schroeder para que se oficiasse esta Assembléia Legislativa no sentido de se emendar a Constituição Estadual, assinala aquele diretor que os Municípios não são iguais entre si. "Há municípios de vocação industrial há outros de vocações puramente agrícolas e outros, ainda, essencialmente turísticos", e argumenta ele: "A atual Lei Orgânica vale tanto para uns como para outros. Isto para os que possuem uma população de 5 mil como para os que têm 500 mil habitantes.

E conclui: "Então nada mais democrático que cada município tenha a sua Lei Orgânica, de acordo com as suas peculiaridades", assinalando ainda que "por essa via se contribui para o fortalecimento dos legislativos municipais tão massacrados hoje pela hipertrofia do Poder Executivo".

São muitos os argumentos a favor da plena autonomia Municipal.

Na justificativa para seu projeto de emenda à Constituição do Estado de São Paulo, assinala o deputado Antonio Resk: "o tão comentado princípio da autonomia municipal, garantido constitucionalmente e defendido com ênfase pelos doutrinadores

municipalistas, tem sido, na verdade, constantemente desrespeitado sob vários aspectos".

O artigo 15 da Constituição Federal assegura a autonomia Municipal pela eleição direta do prefeito, vice-prefeito e vereadores, e pela administração própria no que respeita ao seu peculiar interesse, especialmente quanto:

a) - à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em Lei;

b) - à organização dos serviços públicos locais.

"Mas esses dispositivos não possuem a eficácia necessária nem são extensivos a todos os casos. Veja-se por exemplo a limitação imposta aos Municípios da área de segurança nacional e das estâncias hidro-minerais quanto à eleição de prefeito e vice-prefeito".

"A autonomia não se realiza também quanto às finanças municipais. Nesse aspecto, em face da má distribuição das rendas públicas as municipalidades não desfrutam da mínima autonomia, como seria desejável".

Embora a alínea "b" do artigo 15 da Constituição Federal assegure ser da competência de cada município decidir que legislação adotar, baseado em seus interesses e conveniências próprias, na verdade não é isso o que acontece, como afirma Resk: "Geralmente os Estados membros da Federação - arvorando-se em verdadeiros donos da autonomia municipal - outorgam aos seus municípios uma Lei Orgânica".

Antonio Resk cita a conceituação de Hely Lopes Meirelles sobre "peculiar interesse" dos Municípios. Segundo o entendimento do eminente jurista "por peculiar interesse entende-se todos os assuntos de interesse predominante do município, embora possam ter reflexos no Estado membro e na própria União", completando: "Assim, a administração municipal se estende a todos os serviços públicos de interesse local e predominante". Antonio Resk conclui pela evidente dificuldade de uma única Lei Orgânica dos Municípios atender aos interesses predominantes e às conveniências de cada cidade, com características completamente diversas uma das outras, assinalando a seguir: "A expressão (peculiar interesse), conforme a entendemos, não diz respeito ao conjunto dos municípios de cada Estado membro mas a cada um deles "per-se".

Pondera ainda Antonio Resk em sua justificativa: "Acresce notar que a outorga de uma Lei Orgânica comum a todos os municípios não respeita o peculiar interesse de cada comuna. Cada município tem os seus

problemas próprios, decorrentes de sua situação geográfica, de suas tradições, dos seus usos e costumes, de seu nível de cultura, das suas atividades predominantes, das suas fontes específicas de riqueza, etc".

São igualmente bastante esclarecedoras as considerações de Moysés H. E. Barbosa, assessor jurídico da SURBAM, Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal, do Rio Grande do Sul, na justificativa ao Ante-projeto de Lei Municipal para aquele Estado

Tais considerações são colocadas em adendo a esta justificativa, bem como o todo do ante-projeto de Lei Orgânica para os municípios riograndenses, por constituírem valioso subsídio para informar e orientar a discussão da matéria.

A autonomia municipal existe apenas em textos constitucionais. Na realidade ele não se exerce efetivamente, notadamente no tocante ao fato de que os Estados-Membros da Federação outorgarem uma Lei genérica para todos os municípios sem atender às peculiaridades de cada uma.

A vida dos Municípios paranaenses é regida pela Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, e pelas disposições contidas no capítulo VI da Constituição Estadual (artigos 105 a 122).

É evidente que disposições gerais como as contidas neste texto constitucional não podem prever todas as peculiaridades e todas as circunstâncias de cada um dos Municípios do Estado. São evidentes as diferenças econômicas, culturais, políticas e sociais de Municípios altamente industrializados como Curitiba, Araucária, Ponta Grossa e Londrina, para citar só alguns deles, e os de Nova Olímpia, Mandirituba, Antonina, Marechal Cândido Rondon, entre tantos, com diferenças fundamentais inclusive quanto ao tamanho da população.

Além da alteração do artigo 105 são propostas várias outras, com a finalidade de adaptar a Constituição à nova situação criada.

A alteração proposta para o artigo 106 decorre do fato de serem Legislativo e Executivo municipal efetivamente poderes e não meros órgãos municipais (Moysés H. E. Barbosa, em justificativa anexa a esta proposta de emenda).

A alteração proposta para o parágrafo primeiro do artigo 106 visa adequar a Constituição Estadual à Legislação Federal que regula a data das eleições municipais e a duração dos mandatos de prefeito, vice-prefeito e vereadores. A proposta para o Parágrafo 3.º do mesmo artigo tem em mira reforçar a caracterização como poderes e não órgãos os legislativos e executivos municipais, o mesmo acontecendo em relação ao parágrafo primeiro do artigo 110.

A alteração do artigo 107 impõe-se como necessidade de atualização do texto constitucional, defasado com a realidade existente.

Finalmente a alteração do artigo 112 visa assegurar a autonomia municipal pretendida.

O propósito da presente proposta de emenda não é o de revogar o texto da Emenda n.º 2 mas o de facultar ao Município, que assim o deseja e entenda como necessário e oportuno, de elaborar a sua lei Orgânica própria.

Em vista da importância da matéria em pauta, fazemos um apelo para que todos os Senhores Deputados com assento nesta Casa emprestem a sua cooperação para um debate em profundidade da propositura que ora temos a honra de submeter a este Legislativo, e tendo em vista ainda o que dispõe o caput do artigo 24 da Constituição Estadual.

### JUSTIFICATIVAS

A) - Artigo 14 - Justifica-se a necessidade de nova redação ao artigo 14, do Anteprojeto de Lei Orgânica Municipal em virtude de:

a) - da nova redação dada pela Emenda n.º 22, de 29 de junho de 1982, às alíneas a e b e o acréscimo das alíneas c ao § 1.º do artigo 29 da Constituição Federal;

b) - do entendimento da Comissão de que caberá, também, à Câmara Municipal se autoconvocar no caso de intervenção estadual, diante de seu peculiar interesse. Este posicionamento se tornou possível graças à redação dada pela Emenda Constitucional n.º 1/69 e repetida pelas Emendas n.ºs 11/78 e 22 da Constituição da República;

c) - convocação pelos próprios Vereadores. Ora, a Emenda n.º 22/82 da Constituição Federal, restaurou a possibilidade de convocação extraordinária do Parlamento, a requerimento dos congressistas. Embora, exija tanto a assinatura de dois terços dos membros, ou seja, maioria qualificada. Assim, em vista do que dispõe o artigo 200, da Constituição da República e o artigo 146 da Constituição Estadual, a presente disposição há de ser aplicável às Câmaras de Vereadores.

B) Artigo 36 - § 1.º - A Emenda Constitucional n.º 22/82 da Constituição Federal voltou a exigir a maioria de 2/3 (dois terços) para a aprovação de emenda constitucional. Restabeleceu, assim, o previsto na Emenda n.º 1/69, colocando de lado o disposto na n.º 8/77, que se contentava com a maioria absoluta, como a redação primitiva da Carta Magna.

Portanto, em consequência do disposto nos artigos n.ºs 200 e 13, III da Consti-

tução Federal, se torna necessária a presente alteração no processo legislativo municipal.

C) - Artigo 44- § 1.º - A Emenda Constitucional n.º 22/82, também veio dar ao Poder Legislativo a oportunidade de votar o projeto, antes de sua inexorável aprovação pelo decurso de prazo. Desta forma, transcorrido prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, este é prorrogado por tantos dias sucessivos quantos sejam necessários para a realização de 10 (dez) sessões ordinárias. Se estas sessões transcorrerem sem votação que aprove ou rejeite o projeto, aí sim, o decurso de prazo operará a aprovação. É a chamada aprovação tácita ou decurso de prazo.

Cabe ressaltar, no entanto, que o pertinente às leis complementares, estas exigem maioria absoluta de votos. O que significa, "a contrário sensu", segundo melhor doutrina, que não serão aprovados de nenhum outro modo, especialmente, pelo decurso de prazo (Ver Geraldo Ataliba, Leis Complementares, página 47).

D) - Artigo 93- § único- Com referência ao acréscimo "in fine" ao § único do Artigo 93 do Anteprojeto de Lei Orgânica Municipal- SURBAM, sugerido pela Comissão Revisora, o mesmo decorre de novo posicionamento da Assessoria Jurídica da SURBAM a respeito da problemática.

Acreditamos que esta orientação - mais liberal - é consentânea com a autonomia municipal no pertinente ao seu peculiar interesse. Além disso encontra respaldo jurídico-constitucional diante da doutrina da "recepção".

Ora, é sabido que a legislação anterior a uma nova Constituição persiste, seja por determinação expressa, seja na falta de determinação expressa, desde que não seja incompatível com a Constituição nova. Ocorre, portanto, segundo Kelsen, uma recepção do direito anterior não incompatível com a nova Constituição.

Obviamente, a "recepção" do direito anterior só é possível nos claros da Constituição. Porque, logicamente, onde a nova Constituição dispõe explícita e implicitamente, de modo diverso é impossível essa mesma recepção. (Ver Manoel Gonçalves Ferreira Filho, "in" Direito Constitucional Comparado).

É o que ocorre, precisamente, no caso presente. Permitindo-nos adotar nova orientação, em sentido oposto a do digno municipalista autor do "Anteprojeto de Lei Orgânica Municipal - Modelo SURBAM" - Bel. Moysés H.E. Barbosa - na sua justificativa n.º 23, último parágrafo.

Portanto, corroboramos com a posição adotada pelo municipalista e mestre José Afonso da Silva, em seu "Manual do Vereador", diante do anteriormente exposto e por não ver inconstitucionalidade diante das disposições do artigo 104 e seus parágrafos da Constituição da República.

Porto Alegre, 14 de outubro de 1983.

(a) Bel. WALTER JONE DOS ANJOS  
Assessor Jurídico- SURBAM.

Após a segunda edição deste ANTEPROJETO DE LEI ORGÂNICA MUNICIPAL - pela qual o atualizamos em fevereiro de 1977- , a nossa Lei Maior continuou sendo, como é consabido, objeto de sucessivas mutações, com a promulgação de novas emendas que a alteraram. Em consequência, por evidente a sua defasagem, já estava em tempo outra revisão do nosso modelo, a fim de compatibilizá-lo com as vigentes normas constitucionais, no que eles têm de observância obrigatória pelas leis orgânicas dos municípios, quer por força do princípio da simetria quer por consubstanciarem específico interesse municipal.

Para essa compatibilização, foi-nos novamente confiado o encargo de mais outra vez atualizar este ANTEPROJETO DE LEI ORGÂNICA. E como ocorreu na oportunidade anterior, aproveitamos o ensejo para com o intuito de aprimorar o paradigma, introduzir no mesmo algumas outras modificações que, no contínuo desempenho do assessoramento técnico que prestamos às municipalidades, sentimos necessárias. Todavia, além da estrutura primitiva do Anteprojeto, mantivemos também, e com o caráter original com que os redigimos, a maioria de seus dispositivos. E assim o fizemos porque, pelo menos em relação a alguns deles, viemos a receber o aval da jurisprudência e da própria doutrina que, dela antes divergindo, contestáramos, e agora conosco a mesma veio alinhar-se.

Porto Alegre, outubro de 1979.

(a) MOYSÉS H.E. BARBOZA  
Assessor Jurídico

Unidade de Assistência Técnica  
SURBAM/SDO.

#### ANTEPROJETO DE LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

##### JUSTIFICATIVAS

I\_ Ao iniciarmos estas "Justificativas", cabe repetir de novo - como esclare-

nas edições anteriores deste Anteprojeto - que compulsamos, para o elaborarmos, algumas leis orgânicas outorgadas por outros Estados da Federação a seus municípios, notadamente a de São Paulo. Consultamos, também, cartas político-administrativas de alguns municípios gaúchos, como ainda nos foi de valia um anteprojeto de lei orgânica municipal editado em 1971 pela Consultoria Geral do Estado.\*

Impede, porém, se registre novamente, também, que não nos limitamos a uma cópia ou mera moldagem, por superposição dos dispositivos de uns e outros desses trabalhos. Pois seria despropositado o mimetismo de simplesmente transpor as normas que nos mesmos se contêm, para um Anteprojeto, como o presente, que objetiva oferecer aos municípios sul-rio-grandenses, um paradigma atualizado de Lei Orgânica, com a alternativa de - quando julgado necessário - serem-lhe adicionados termos e, ou, disposições, conforme o que melhor condisser com o peculiar interesse de cada comuna. E, de outra parte, porque - sem desmerecer os trabalhos consultados - tivemos a preocupação de adequar o nosso Anteprojeto o mais fielmente aos princípios e normas constitucionais em vigência, bem como a disposições da legislação federal de observância cogente pelos municípios.

2- Imbuídos desse propósito, levamos em consideração, fundamentalmente, o disposto no art.143 da Constituição do Estado, combinado, de uma forma geral, com o art.200 da Carta Magna vigente e, de modo especial, com os incisos e parágrafos do seu art. 13, no que têm de aplicável aos municípios, e, ainda, com os seus artigos 14,15,16,18, 19,20 inc. III, 24, 104 e 108.

Note-se, pois, que não nos ativemos a inserir no Anteprojeto apenas os princípios constitucionais de observação obrigatória pelas Constituições Estaduais e, por via de consequência, pelas leis orgânicas municipais. Buscamos, também, afeiçoar a estas, no que couber, as demais normas contidas na Carta Política Federal, tendo em vista o que dispõe o seu art.200. Assim, adotamos, por exemplo, como quorum necessário à instalação das sessões da Câmara Municipal, a presença, pelo menos, da maioria absoluta de seus membros e, como regra às suas deliberações, o voto da maioria simples dos vereadores presentes às mesmas. Cumpre, no entanto, que ressalvemos expressamente que no Anteprojeto é exigido o voto qualificado (o de dois terços dos membros do Legislativo) não ape-

nas para os mesmos casos em que as Constituições o prevêem, mas também para alguns outros sem similar nestas, e para os quais, por respeitantes estritamente ao peculiar interesse do Município é constitucionalmente permissível, e, inclusive, de todo aconselhável que sejam qualificadas as respectivas deliberações. É o caso, previsto no inc. XXIII do art. 31 do Anteprojeto, que trata da concessão de títulos honoríficos e de cidadania a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços relevantes ao Município. Essa hipótese, aliás, vem sendo inserida nesse trabalho desde sua primeira edição; mas só agora fazemos referência expressa à mesma, considerando que as dúvidas sobre sua constitucionalidade suscitadas em algumas Câmaras Municipais (cf. nosso Parecer n. 41/76-SURBAM/SDO), foram dirimidas pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, ao julgar constitucional dispositivo idêntico das cartas políticas de Cruz Alta e Tramandaí.

E assim, essa Colenda Corte entendeu justamente porque a matéria que no mesmo se contém, além de não ter símile nas constituições superiores, é de estrito interesse de cada município. Em consequência, não é obrigatória, para sua deliberação, a observância da regra estabelecida no art.31 da Lei Maior (cf. acórdãos do TIRGS, in REV.DE JURISPRUDÊNCIA vol. n. 62, de junho de 1977, págs. 152/5, e vol. n. 64, de outubro de 1977, págs. 77/79).

3- Por outro lado, visando facilitar o conhecimento de outras normas constitucionais e legais que, embora de inserção dispensável nas leis orgânicas, devem ser obrigatoriamente observadas pelos edis e administradores municipais, entendemos de bom aviso incluí-las adequadamente no Anteprojeto; pois de outro modo, difícil ser-lhes-ia conhecê-las, como as constantes consultas que atendemos, nos têm oportunizado constatar.

E além das justificativas supra-expendidas de caráter geral que, nortearam basicamente nosso trabalho, sempre nos pareceu necessário que consignássemos outras de ordem mais particular, relativamente a alguns dispositivos do Anteprojeto.

4- Assim, no art.2.º, subordinamos as alterações do território municipal ao disposto na Constituição do Estado, face aos termos do art.145, caput desta, in verbis: - "A criação, extinção e o desdobramento do Município dependerão de lei estadual.

Será, no entanto, municipal - sujeita



a sua iniciativa às normas a respeito estabelecidas na Lei Orgânica - a lei sobre divisão do Município.

Essa competência defluiu do disposto no parágrafo único do art.14 da vigente Constituição da República.

Todavia, a Lei municipal que dispuser sobre a divisão territorial do Município, criando ou alterando os seus distritos, deverá atender as disposições pertinentes (arts. 47 a 51) da Lei Estadual n. 4.054, de 29 de dezembro de 1960,, que não estão derogadas pela Lei Complementar Federal n. 1, de 9 de novembro de 1967.

E é só; pois, presentemente, não tem mais, os municípios, de submeter o projeto de lei que trata dessa matéria, à autorização do Presidente da República nem de ouvir o Ministério da Justiça, conforme dispunham o art.1.º, e seu parágrafo único do Ato Complementar n. 46, de 7 de fevereiro de 1969. É que este diploma de exceção está revogado pelo art. 3.º da Emenda Constitucional n. 11, de 13 de outubro de 1978, por contrariar o poder autônomo do município, outorgado a este pela Carta Magna.

Eis, assim, a razão por que, no atual parágrafo único do art. 2.º do Anteprojeto, subordinados, agora, a referida lei municipal à observância, apenas, da legislação estadual a respeito.

5. Por entendermos serem, o Executivo e o Legislativo do Município, PODERES e não meros órgãos administrativos, fixamos esta nossa posição já no art.4.º do Anteprojeto. E a mantemos em todo ele, visto pensarmos não ser possível aplicar indistintamente esses dois termos (poderes e órgãos administrativos) como sinônimos, ainda mais num trabalho como o presente, sob pena de incorrer-se na ambigüidade em que incidiu o legislador constituinte estadual ( cf. arts. 147 e 156, caput da Constituição do Estado).

E impõe-se que esclareçamos essa nossa opção, face ao entendimento em contrário de alguns jusmunicipalistas, segundo os quais o Município, disporia apenas de meros órgãos - executivo e legislativo - sem características de Poder de Estado, no seu exato sentido jurídico-constitucional. Apraz-nos, porém, registrar que, dentre os juristas que assim se posicionam, não mais se insere o Prof. Hely Lopes Meirelles. Presentemente, sobre a matéria, esse insigne Mestre se alinha àqueles aos quais nós sempre seguimos. Tanto assim que, agora, para fundamentar nossa opção, podemos nos valer de seu próprio ensinamento atual, in verbis: - "O Município brasileiro, como entidade estatal, desfruta de autonomia político-administrativa, no que diz respeito à eleição de seus governantes e à condução dos negócios de seu peculiar

interesse, tais como decretação e arrecadação de seus tributos, aplicação de suas rendas e organização de seus serviços (Constituição da República, art. 15, I e II). No exercício dessas atribuições, caracterizadoras de sua autonomia, o Município atua em absoluta igualdade de condições com a União e o Estado, devendo obediência apenas à Constituição da República e à do Estado a que pertence, bem como, às leis que, por determinação constitucional, lhe impõem regras de conduta na gestão de seus negócios. Daí por que os atos municipais, desde que contidos no âmbito das competências do Município, independem de prévia autorização ou de posterior ratificação de qualquer outra entidade estatal". E esclarece a seguir - "Essa posição do Município no sistema federativo brasileiro, verdadeiramente singular, obriga-nos a reconhecer que, tal como a União e os Estados, possuímos Poderes Executivo e Legislativo, faltando-lhe apenas o Judiciário, que a Constituição reservou expressamente àquelas entidades estatais superiores". (HELY LOPES MEIRELLES, in "Direito Municipal Brasileiro" 3.ª ed., 1977, págs. 146/7).

Com outras palavras, foi exatamente isso o que afirmamos nas edições anteriores deste Anteprojeto. Em primeiro lugar - dissemos então - no sistema municipal brasileiro, diversamente do europeu, o Município não é mera entidade territorial descentralizada - autarquizada - apenas com autonomia administrativa ( v. JOSÉ CRETELLA JR., em seu "Tratado de Direito administrativo", 1.ª ed., vol.VII, págs. 117/138). O Município brasileiro, além do poder de auto-administrar-se, tem também - pela eleição direta do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores - o poder de autogovernar-se outorgado pelo art.15, da Constituição Federal vigente (cf. A. MACHADO PAUPÉRIO, em "O Município em seu Regime Jurídico no Brasil", 2.ª ed. pág.76/7). De outra parte, como o Executivo Municipal é tão executivo como o dos Estados e o da União, e a Câmara de Vereadores tão legislativa quanto as Assembleias Estaduais e as Casas do Congresso Nacional, ambos - o Executivo e o Legislativo Municipais - são igualmente poderes. A única diferença entre estes e os correspondentes da União e dos Estados é apenas de grau, jamais de natureza (cf. VICTOR NUNES LEAL, em "Estudos sobre a Constituição Brasileira - Alguns problemas municipais em face da Constituição", pág.132 apud A. MACHADO PAUPÉRIO, em sua citada obra, pág.81). E as delimitações ao exercício dos governos municipais, dentro dos parâmetros estabelecidos, nas Constituições são tão-somente de competência, tal qual a Carta Magna estatui para os Estados - como o respeito não só a determinados princí-

plos constitucionais, mas também a disposições outras da Lex Fundamental, nos termos de seu art.200.

6. Embora seja atribuída ao Município, pelos incisos V e XI do art.7.º do Anteprojeto, a competência privativa para dispor sobre concessão de serviços públicos e a fixação das tarifas de transportes coletivos, ressalvamos que as disposições municipais a respeito devem observar o que estatuem o art.167 da Constituição da República e a legislação federal pertinente. A mesma ressalva inserimos, também no atual inc.IX do art.30 e no § 1.º do art.112 do Anteprojeto.

E assim o fizemos porque, inobstante a citada norma constitucional estabeleça apenas que a LEI disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais e municipais, PONTES DE MIRANDA entende - e, parece-nos, certo - que a lei, aí referida, é FEDERAL, mas nos estritos termos de dispor sobre regras jurídicas básicas quanto ao regime e à fiscalização das empresas concessionárias de serviços públicos, bem como ao critério de fiscalização permanente e de revisão periódica das tarifas, pois, como adverte o eminente constitucionalista, a lei federal não pode retirar aos Estados-membros nem aos municípios o que se inclui no seu poder de legislar sobre os seus contratos (direito público estadual ou municipal), pelos quais uns e outros concedem os respectivos serviços públicos ( cf. "Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda n.º 1 de 1969", vol.VI, ed.1972, pág.269 e 275).

Ocorre, porém, que ainda não foi promulgada a lei federal a que se refere o art.167 da Magna Carta. Desse modo, e ao menos enquanto não o for, compete ao Município, no caso, legislar livremente sobre a concessão de seus respectivos públicos. É óbvio, no entanto, que deverá fazê-lo respeitando o disposto na legislação específica por que juridicamente se regem as empresas concessionárias e, ainda, observando os princípios estabelecidos nos incisos do citado art.167 da Constituição Federal.

7. No inciso II do art.8.º do Anteprojeto, estabelecemos a competência do Município para, concorrente ou supletivamente com a União ou o Estado, promover o ensino. Por isso, pareceu-nos mais apropriado consignar no parágrafo único desse dispositivo ( e não em alguma das normas do Título III do Anteprojeto, que trata da Administração Financeira Municipal) a obrigação de o Município aplicar, anualmente, no ensino de primeiro grau, um percentual de sua receita tributária, nos termos da letra "f" do § 3.º do art.15 da Constituição da República.

Continuamos, assim, em mais esta edição deste Anteprojeto, não, quantificando esse percentual. Mas, já agora o fizemos por uma questão meramente pragmática - a referida aplicação far-se-á sempre nos precisos termos em que estiver vigendo o citado dispositivo constitucional que a exige.

8. No § 1.º do art.15 do Anteprojeto mantivemos a norma segundo a qual o Presidente da Câmara, em princípio, não vota. E isto porque nos parece que essa regra não é incompatível com a inserta no § 1.º, in fine, do art.2.º da Lei Complementar n.º 25, de 2 JULHO.1975; pois, apenas dirigindo os trabalhos e não votando, é óbvio que o Presidente é vereador que está participando das votações, na Câmara, para efeito de fazer jus à parte variável da remuneração a que tiver direito.

9. Nas edições anteriores do Anteprojeto, em diversos de seus dispositivos a partir de seu art.20 (mas especialmente nos do Capítulo II do Título IV), fizemos referência expressa a "Secretário Municipal ou titular de órgão equivalente" - isto é, no sentido de este "órgão equivalente" poder tratar-se (conforme a estrutura administrativa de cada Município), de Diretoria ou Coordenadoria, por diretamente subordinado ao prefeito, com a mesma hierarquia de Secretaria Municipal e com a sua competência equivalente a esta.

Agora, porém, pareceu-nos desaconselhável consignar todos aqueles termos no texto da norma. Assim entendemos, de modo especial, para evitarem-se equívocos possíveis com a aplicação do atual art.24 do Anteprojeto e que corresponde ao § 6.º, do art.104 da Carta Magna. É de melhor alvitre que cada Lei Orgânica (originariamente ou por emenda posterior quando for alterada a respectiva denominação) consigne exclusivamente a denominação do titular correspondente à que o Município adotar, por lei, para o respectivo órgão diretamente subordinado ao Prefeito.

10. É cediçamente pacífico, na doutrina e na jurisprudência, que os vereadores não gozam de imunidade parlamentar. No entanto, de novo, tornou-se discutível serem eles invioláveis no exercício de seu mandato - ou seja, de estarem, ou não, os edis, amplamente acobertados, pela mais pródiga das interpretações do inc.III, do art.142 do Cód. Penal, por suas opiniões, votos ou pareceres emitidos inclusive no plenário de sessões públicas da Câmara Municipal.

Esse entendimento mais liberal, prevalente nos tribunais até cerca de vinte anos passados ( cf. os julgados que indicamos nas edições anteriores deste trabalho, e que são os mesmos que o Prof. Hely Lopes Meirelles invoca para respaldar sua



posição a respeito, em seu "Direito Municipal Brasileiro", 3.<sup>a</sup> ed.pág.705, com remissão à nota n.º 12); vem sendo de novo retomado (mas em nosso sentir de modo inseguro, senão temerário) pelos Tribunais de Alçada de São Paulo e deste Estado (cf.JULGADOS, vol.28, págs.75/77).

Por isso, entendemos que se deva transmitir uma orientação, a respeito, mais prudente aos vereadores, visando-se a segurança de seu proceder no exercício, especialmente verbal, do mandato. E para esse efeito nada melhor - parece-nos - do que manter-se no Anteprojeto (por seu caráter de paradigma), o texto do art.22, pelo menos basicamente em seus termos originais. Ainda mais que confortados em sólida jurisprudência, permanentemente renovada (cf.JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DE SÃO PAULO, vol.II, pág.392, n.ºs 3045 e 3046; REV.TRIBUNAIS, vols. 389/295; 391/340; 393/328 cit.em arestos de 1977 e 1978 dos Tribunais de Alçada de Minas Gerais e de Justiça do Paraná, in REV. TRIBUNAIS vols.506/410 e 516/388. E o melhor e mais ilustrativo exemplo desse posicionamento continua sendo o acórdão da 1.<sup>a</sup> Câmara Criminal do TJRS, na Apelação Crime n.º 25.831, que a REV.JURISPRUDÊNCIA desse Pretório publicou em seu vol.I, págs.106/108. Após consignar em sua ementa que a impunibilidade "a que se refere o art.142, inciso III, do Código Penal, não alcança os vereadores que se valem da tribuna para emitir insultos, ofendendo a dignidade alheia", esse julgado assevera: - "ninguém põe em dúvida que os representantes populares, nas Câmaras Municipais, têm o direito a opinar livremente sobre assuntos debatidos nessas casas. Não se pode contestar, porém, que eles respondem (criminalmente) pelos excessos que porventura pratiquem, visto como não dispõem de imunidade. Tudo está, pois, em saber, no caso ora apreciado, se houve excesso punível. A simples leitura do que o acusado externou na sessão de 9 de agosto de 1965, mostra a toda evidência que o seu objetivo, ao usar da palavra naquela sessão, era o de fazer crítica ao Prefeito. Para fazê-la, ele recorreu ao insulto, à ofensa, como aliás, já o fizera de outras vezes." De público (responsabilizando-se pela publicidade de suas palavras), ele emitiu conceitos que importaram, sem dúvida, em ultraje e menoscabo à pessoa do Prefeito, atingindo o sentimento de sua honorabilidade, e praticando, assim, o vereador, inequívoco crime de injúria.

Os vereadores somente estão ao abrigo da impunibilidade por injúria ou difamação, nos estritos termos do inc.III, combinado com o parágrafo único, do art.142, do Código Penal, que se lhes aplica ao se os incluir por interpretação extensiva, no

conceito de funcionário público, contido no art.327 desse mesmo Código. Mas, ainda assim, segundo o sempre atual magistério de NELSON HUNGRIA "A difamação ou injúria só é tolerada no bojo dos autos, no debate em audiência ou sessão do Tribunal, ou no limitado âmbito do expediente de repartições oficiais" (in "Comentários ao Código Penal", vol.VI, pág.119, 3.<sup>a</sup> ed.).

E justamente face a essa limitação que por último grifamos, foi que, no art.22 do Anteprojeto, restringimos a possibilidade de os Vereadores enunciarem conceito desfavorável sobre outrem, em votos, apreciações, informações ou pareceres que, no cumprimento do mandato, prestem ou emitam. Originalmente limitáramos essa possibilidade ao restrito âmbito das comissões da Câmara. Agora, porém, entendemos de ampliá-la às sessões secretas do Legislativo; pois só os trabalhos, nestas e nas comissões (diversamente dos desenvolvidos no plenário, em sessões públicas) é que podem equiparar-se aos que discretamente, intra officium, desempenham-se nas repartições públicas.

11. Com a Emenda n.º 6, de 4.JUNHO.1976, o art.104 da Constituição da República teve seu texto substancialmente alterado. E, pelo § 5.º que então lhe foi acrescido, passou a ser vedado ao vereador ocupar cargo em comissão ou aceitar, salvo concurso público, emprego ou função no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal.

Para JOSÉ AFONSO DA SILVA, toda a matéria sobre incompatibilidades relativas ao titular do mandato de vereador está, agora, inteiramente, regida por esse novo dispositivo constitucional. E entende que, por consequência, derogadas ficaram todas as normas, a respeito, contidas nas constituições estaduais (in "MANUAL DO VEREADOR", ed.CEPAM, 1977, pág.45).

Concordamos em parte, somente, com o insigne municipalista. Parece-nos que novo dispositivo constitucional não se pode atribuir efeito tão amplo. Assim, no caso da Constituição do nosso Estado por exemplo, admitimos que tenha sido derogada apenas a hipótese prevista na letra "b" do inc.I de seu art.153. Desse modo, presentemente, ao vereador é proibido ocupar cargo em comissão ou aceitar, salvo se aprovado em concurso público, emprego ou função, na administração pública direta ou indireta apenas do Município em que o edil exercer o respectivo mandato. E, por interpretação sistemática das normas que se compreendem no próprio art.104 da Lei Maior, entendemos que essa incompatibilidade nasce tão só a partir da posse do vereador em seu mandato. Por isso, no Anteprojeto, a incluímos entre as hipóteses previstas no inciso II de seu art.23. E,

no respectivo inc.I, reduzimos a uma única a incompatibilidade a partir da expedição do diploma de vereador (é a que corresponde à letra "a" do inc.I do art.153 da Carta Política do Estado).

12. No art.25 do Anteprojeto, elencamos os casos de cassação de mandato de vereador previstos no art.7.º do Decreto-Lei n.º 201, de 1.º FEVEREIRO.1967, bem como no atual § 5.º do art.152 da Constituição da República, com o novo texto que lhe deu a Emenda n.º 11, de 13. OUTUBRO.1978, e ao qual corresponde o disposto no art.72 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei Federal n.º 5682, de 21. JULHO.1971).

Incidindo em qualquer desses casos, ao indigitado vereador será assegurada ampla defesa, o que significa que o mesmo não se sujeita à perda automática do respectivo mandato, cujas hipóteses estão discriminadas no art.26 do Anteprojeto. É de consignar-se, de outra parte, que apenas nos casos dos incisos I, II e III do art.25 do Anteprojeto é que compete à Câmara Municipal conhecer da denúncia contra o vereador acusado e proceder à cassação de seu mandato, segundo o rito processual previstos nos parágrafos 1.º e 2.º do art.7.º do supracitado Dec.Lei n.º 201/67 e as normas suplementares estabelecidas no Regimento Interno do legislativo do Município.

Nos demais casos do art.25 - ou seja, em seus incisos IV e V, - o processo de cassação do mandato do vereador não só refoge à competência da Câmara Municipal a que pertencer, como sequer dependerá de licença desta, para, no caso do inc.V, o edil ser processado pela Justiça Eleitoral (cf. atual § 6.º do art.152 da Magna Lex).

13. Reinstituída a vereança remunerada, redigimos o art.28 do Anteprojeto à vista do § 2.º do art.15 da Lei Maior (com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional n.º 4, de 23. ABRIL.1975) e segundo o estabelecido na Lei Complementar n.º 25, de 2.º JULHO.1975, e na recente Lei Complementar n.º 38, de 13. NOVENBRO.1979, que regulamentam a matéria. E, de acordo com o disposto nestas duas leis complementares à Constituição, cabe registrar que, agora, há possibilidade de os vereadores alterado o seu subsídio, durante a legislatura na qual estiverem exercendo o respectivo mandato, em três hipóteses; nos dois casos previstos respectivamente e em seus atuais termos, no parágrafo único do art.1.º e no art.6.º da Lei Complementar n.º 25/75, quando a alteração é facultativa e os próprios edis podem majorar a sua remuneração; e na hipótese prevista no parágrafo único do art.7.º dessa mesma Lei Complementar, quando, independentemente de qualquer iniciativa, os vereadores terão o seu subsídio obrigatoriamente reduzido.

Isso significa que os edis podem alte-

rar sua própria remuneração nos seguintes casos: 1.º) na falta de fixação do subsídio, pela Câmara, na legislatura imediatamente anterior; e 2.º) - quando os deputados à Assembléia Legislativa do Estado fixarem ou reajustarem a respectiva remuneração. E o subsídio dos vereadores será cogentemente reduzido, independentemente de qualquer manifestação dos mesmos a respeito, se a defesa total, em determinado ano, com a sua remuneração (calculada de acordo com as normas do art.4.º da Lei Complementar n.º 25/75), vier a ultrapassar a importância correspondente a três por cento (3%) da receita efetivamente realizada no exercício imediatamente anterior.

13.1. com a recente promulgação da supracitada Lei Complementar n.º 38, de 13. NOVENBRO.1979 (por cujo art.3.º é revogado o art.3.º também, da Lei Complementar n.º 25/75), tornou-se novamente admissível (mas, note-se sem obrigatoriedade), atribuir, ao Presidente da Câmara de Vereadores, uma verba mensal de representação. A mesma, porém, pelo princípio de isonomia, não deve ser superior à que tiver sido fixada para o Prefeito, como Chefe de outro Poder Municipal - o Executivo. E, por vedação constitucional, a mesma verba não pode, ainda, ser vinculada à atribuída ao último.

14. No inciso XXIV do art.31 do Anteprojeto, consignamos, implicitamente, o conceito de decreto legislativo e de resolução. E sempre é conveniente repetir que tanto esta como aquele são atos jurídicos da competência exclusiva do poder legislativo; mas, enquanto os decretos legislativos visam regular matéria que tenha efeitos externos ao poder legislativo que o edita (como a fixação dos subsídios e da verba de representação do Prefeito) as resoluções se destinam a regular matéria de interesse interno, político ou administrativo desse próprio poder (cf. JOSÉ AFONSO DA SILVA, in "Princípios do Processo de Formação das Leis no Direito Constitucional", págs. 181 e 184).

15. Como continuamos a entender, por respeitada a hierarquia das leis estabelecidas no art.46 da Carta Magna, que os Estados e os Municípios podem também decretar leis complementares, respectivamente, às suas constituições (como, por exemplo, ocorre com São Paulo) e às suas leis orgânicas (como é o caso do Município de Porto Alegre), mantivemos, no art. 38 do Anteprojeto, uma definição de lei complementar à Lei Orgânica Municipal, após indicarmos alguns diplomas legais que devem ser objeto da mesma. E assim o fizemos, partindo de um conceito genérico de lei complementar, como sendo aquela lei que, observado o processo legislativo específi-

co à sua aprovação, codifica ou sistematiza normas e princípios relacionados com determinada matéria e estabelecidos genericamente nas Constituições e nas Leis Orgânicas Municipais - ou seja, nas Cartas Políticas dos entes estatais que formam e integram o peculiar sistema federativo brasileiro.

16. - A fim que em sua maior inteireza cabível, seja respeitado o texto constitucional (a cuja simetria, quanto ao princípio do processo legislativo, estão sujeitas as leis orgânicas dos nossos municípios, por imposição do art. 143 da Carta Política do Estado, combinado com o art. 13, inc. III, da Lei Fundamental), reproduzimos, agora, o mais fielmente possível, no art. 46 do Anteprojeto, os termos do parágrafo único, e sua letra, do art. 57 da Magna Carta, apenas convenientemente adaptado ao município. Todavia, consignamos para orientação dos senhores edis e prefeitos que, no entanto, mantemos o nosso entendimento de que, nos projetos de lei referidos no citado art. 46 deste Anteprojeto, não podem ser admitidas emendas que inclusive apenas indiretamente aumentem as despesas nos mesmos propostas. Enfatizamos, porém, que se trata de mero entendimento interpretativo, suscetível, pois, de alteração ante razões convincentes em contrário.

17. - O caput do art. 51 do Anteprojeto está agora convenientemente adaptado aos termos do § 29 do art. 153 da Constituição da República, com sua atual redação pela Emenda n. 8 de 14 de ABRIL de 1977.

Pelo cotejo desse dispositivo com o texto do parágrafo único do art. 52 do Anteprojeto, verifica-se, em primeiro lugar, que os tributos (V. do art. 9.º) - e isto é importante repisar - não se confundem com as tarifas ou preços públicos, cuja conceituação - ainda que em termos convenientemente resumidos, mas tecnicamente exatos (cf. KIYOSHI HARADA, in "Dois Temas de Direito Tributário", págs. 39/46 e 55/71, ed. Resenha Tributária, 1976) - procuramos estabelecer no caput do art. 52.

De outra parte, e como consequência dessa distinção, é sempre importante repetir-se que os tributos somente podem ser cobrados, em regra, num exercício, se tiverem sido instituídos ou aumentados por lei que, por determinação expressa contida de preferência num de seus dispositivos, entre em vigor antes do final do exercício imediatamente anterior à cobrança dos tributos que ela instituir ou aumentar. Ressalva-se, porém, que, em decorrência da supracitada Emenda Constitucional n. 8/77, qualquer imposto (inclusive, portanto, municipal) pode, por lei complementar à Constituição da República, ser excepcionado dessa regra.

As tarifas ou preços públicos, no entanto, sempre independem de lei que os estabeleça ou majore. Além de serem criados (mas, note-se, por autorização legislativa!) e fixados mediante mero decreto, as tarifas ou preços públicos podem - e também por esse mesmo instrumento - ser reajustado e cobrados a qualquer tempo, bastando que os custos (relativos à utilização de bens, serviços ou outras atividades que o Município põe à disposição ou presta aos respectivos usuários) se tornem deficitários ou, mesmo, inconvenientemente excedente a sua arrecadação.

18. - As datas que consignamos no art. 56 do Anteprojeto, correspondem aos prazos fixados no art. 66 da Constituição Federal, respectivamente para o Executivo remeter a proposta orçamentária ao Legislativo e para este devolvê-la à sanção daquele.

Face às críticas de que esse dispositivo do Anteprojeto tem sido alvo, especialmente daqueles que desconhecem o dispositivo no art. 143 da Constituição do Estado, impende que repitamos as razões que nos levaram a elaborá-lo e, agora, a matê-lo.

Para alguns constitucionalistas, ambos os referidos prazos - ou seja, o relativo para o Executivo remeter a proposta orçamentária à apreciação pelo Legislativo e o para este devolvê-la àquele outro Poder - se integram no processo de elaboração orçamentária, em virtude de este constituir-se tanto da elaboração, pelo Executivo, do projeto da Lei de Meios, como de sua tramitação no Legislativo. Dentre os que assim entendem, e cujo posicionamento sempre pareceu-nos o certo, destacamos PONTES DE MIRANDA (cf. págs. 214/219 do tomo III de seus "Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda n. 1 de 1969"), ROBERTO BARCELLOS DE MAGALHÃES (em "A Constituição Federal de 1967", vol. I, pg. 211) e - acrescentamos agora - MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO (em seus "Comentário à Constituição Brasileira", vol. II, pag. 99).

Para outros, porém, o processo de elaboração orçamentária exaurir-se-ia no Executivo, com a só elaboração, por esse Poder, da proposta de orçamento, até sua remessa ao Legislativo; enquanto a tramitação, no último, dessa proposta, de incluiria no processo legislativo, cujas normas, assim, não seriam aplicadas supletivamente, apenas, como determina o § 4.º do art. 66 da Lei Maior.

Ocorre, todavia, e isto é o que importa no particular, que tanto o processo de elaboração orçamentária como o processo legislativo, estabelecidos na Magna Carta, são princípios de observância cogente, quer pelos Estados (cf. art. 13, incisos III e IV, da Constituição da República, e

PONTES DE MIRANDA, à pg.286 do tomo II de sua citada obra), quer, em consequência, pelos municípios, por força do art.143 da Carta Política do Estado (cf. Parecer n. 2437, de 1.º NOV. 1973, da Consultoria Geral do Estado).

Desse modo, as datas fixadas no art.56 do Anteprojeto são normas de comando, de observação obrigatória inclusive pelos municípios; pois, como as demais disposições contidas nos dois parágrafos desse dispositivo do Anteprojeto, essas normas, estabelecendo as referidas datas correspondentes aos prazos fixados no art.66 da Lei Maior, se inserem, de qualquer modo, num ou nos dois dos referidos princípios constitucionais de observância cogente.

19. - Pelo art.59 do Anteprojeto deve-se entender - reprisamos - que o numerário relativo às dotações orçamentárias da Câmara deverá, pelo Executivo municipal, ser conservado pelo menos em disponibilidade do Legislativo, sob pena de crime de responsabilidade ou de infração político-administrativa do Prefeito (cf. art.1.º, inc XIV, e art.4.º, incs. I e VII, do Dec.-Lei n. 201/67).

Essa regra, no entanto, não exclui a alternativa de o Presidente da Câmara optar pela requisição e movimentação do referido numerário nos termos do art.65 da Lei federal n. 4320/64.

20. - Como muitos ainda hoje desconhecem as normas contidas no art.117 e seus parágrafos da Constituição da República, entendemos de todo conveniente repetir, também, que, pelo art.60 e seus parágrafos do Anteprojeto, as incluímos neste, em termos adequados ao Município. E assim o fizemos porque a inclusão - e note-se - como previsão, no orçamento, de verba necessária para o pagamento dos débitos constantes de precatórios, apresentados até 1.º de julho de cada exercício é dever constitucional de todo Chefe de Poder Executivo - inclusive do Municipal -, sob pena de este (cf. incisos XII e XIV do art.1.º do Dec.-lei n. 201/67) incorrer em crime de responsabilidade (cf. PONTES DE MIRANDA, à pág.648 do tomo III de sua antes citada obra, e MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, à pág.239 do vol.II de seus "Comentários à Constituição Brasileira").

21. - Presentes os termos do art.3.º da Emenda n. 11/78 à Carta Magna, permanecem em vigor os dispositivos que remanesceram do Ato Complementar n. 43, de 29 de JANEIRO de 1969, relativos ao orçamento plurianual de investimentos. E por suprirem, os mesmos, as normas constitucionais inexistentes a respeito, eles passaram a integrar a Lei Maior.

Em assim sendo e face à determinação do art.9.º do Ato Complementar n. 43/69, adaptamos ao Município, pelos arts. 61 a

64 e pelo inc. IV do art.78 do Anteprojeto, as normas relativas ao orçamento plurianual de investimentos estabelecidas nesse Ato Complementar, com as alterações aos seus arts. 7.º e 8.º pelo Ato Complementar n. 76, de 21 de OUTUBRO de 1969.

22. - não é só pelo respeito ao princípio da simetria constitucional que os estípidios do Prefeito devem ser fixados no último ano de cada legislatura para vigorarem na imediata. Como pondera HELY LOPES MEIRELLES, é também pela alta finalidade de garantir a independência administrativa e principalmente moral do Executivo perante o Legislativo local, que esses estípidios - uma vez estabelecidos antes do início do período do mandato do Prefeito - devem permanecer inalterados durante todo o decurso da legislatura a que corresponder tal período. "A realidade tem evidenciado, entretanto, que a fixação da remuneração do prefeito em quantia certa para toda a legislatura, rende ensejo à desatualização de seus vencimentos em face de alteração do custo de vida, tornando-os incompatíveis com as responsabilidades do cargo e irrisórios em comparação com os níveis de salários vigentes no Município" (in "Direito Municipal Brasileiro", 3.ª ed., págs. 828/9).

Justamente para obviar esse problema, mantivemos no Anteprojeto, pelo atual art.75 (correspondente ao § 1.º do art. 74 das suas edições anteriores), a norma segundo a qual o próprio decreto legislativo que fixar o subsídio e a verba de representação do Prefeito, poderá fazê-lo sujeitando estes estípidios a aumentos anuais determinados, em quantias progressivas, porém específicas, para cada ano de mandato.

Tais aumentos poderão ser expressos em percentagens (cf. parecer n. 2202, in "Revista da Consultoria Geral do Estado", vol. V, págs. 164/7). No entanto - como o nosso Órgão de há muito tem se manifestado, à vista da regra contida no parágrafo único do art.98 da Constituição da República e que por consenso, sendo geral, é extensiva a todos os agente públicos, inclusive, pois aos políticos - essas percentagens, que determinarão os aumentos anuais dos estípidios do Prefeito, devem ser desvinculadas de qualquer padrão ou paradigma, como, por exemplo, o percentual correspondente aos seguintes aumentos: o salário-mínimo, do valor de referência de atualização monetária, da receita orçada do Município, da UPC (unidade padrão de capital do BNH), do nível de vencimentos do funcionalismo, etc. Ao invés disso, essas percentagens devem ser quantitativamente determinadas para cada ano de mandato.

Todavia - repetimos nesta oportunidade

-, embora essa possa ser a maneira mais singela de manter atualizados os estipêndios do Prefeito, entendemos que a mais conveniente é fazê-lo em importâncias específicas monetariamente quantificadas. É o que, aliás, alvitramos, com outras palavras, no atual art. 75 do Anteprojeto.

O mesmo aqui expedido aplica-se aos estipêndios de Vice-Prefeito que tiver seu mandato remunerado, como o permite o § 3.º do art. 156 da Constituição do Estado (cf. Emenda Constitucional n.º 5, de 30 de JUNHO de 1978). A propósito, convém enfatizar que esse novo dispositivo da Carta Política Sul-rio-grandense apenas faculta a atribuição de subsídios e verba de representação ao Vice-Prefeito. E aos municípios que pretenderem instituir estipêndios para este, esclarecemos que a SURBAM se tem posicionado no sentido da necessidade, e não da simples conveniência, de a respectiva Lei Orgânica (simetricamente ao § 2.º do art. 77 da Magna Carta quanto ao Vice-Presidente da República, e ao § 2.º do art. 59 da Constituição do Estado quanto ao Vice-Governador) dever inserir em seu contexto, como norma fundamental, que, além de auxiliar o Prefeito sempre quando pelo mesmo convocado para missões especiais, ao Vice-Prefeito competem outras atribuições específicas a serem estabelecidas em lei ordinária. Pois, na hipótese de ter o seu mandato remunerado, e se, além da mera expectativa de substituir e suceder o Prefeito (que é sua característica peculiar), nenhuma competência específica for atribuída ao Vice-Prefeito, temos entendido que, com a percepção pelo mesmo do subsídio e da verba de representação que se lhe conferir, estar-se-á configurando inequívoco locupletamento indevido, até mesmo ilícito, dos dinheiros públicos do Município (cf. nosso Parecer n.º 013/79 - SURDAM/SDO).

De outra parte, como se trata de um paradigma, este Anteprojeto da Lei Orgânica Municipal não poderia ser traçado em cima de situações excepcionais, como é a da figura do Vice-Prefeito com mandato remunerado e atribuições permanentes. Mas embora não a tenhamos, por isso, incluído no contexto do modelo, indicamos a seguir, para os municípios que adotarem essa situação excepcional, os dispositivos do Anteprojeto que deverão ser alterados e já com a redação que entendemos adequada à mesma:

"Art. 69 - Por ocasião da posse e ao término do respectivo mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração de bens, que será transcrita em livro próprio, constatando de ata o seu resumo.

(NESTA HIPÓTESE, ELIMINA-SE O

PARÁGRAFO ÚNICO DESTE DISPOSITIVO  
CONSTANTE DO ANTEPROJETO!)

Art. 70 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, desde a posse, deverão desincompatibilizar-se e ficam sujeitos aos impedimentos, proibições e responsabilidade estabelecidos nas Constituições da República e do Estado, nesta Lei Orgânica e na legislação pertinente.

§ 1.º - O Vice-Prefeito, além de suceder e substituir eventualmente o Prefeito e o auxiliar quando por este convocado para missões especiais, desempenhará outras atribuições que lhe forem conferidas em lei.

§ 2.º - O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão exercer outra função pública, nem ocupar cargo de administração em qualquer empresa comercial ou industrial beneficiada com privilégio, isenção ou favor, em virtude de contrato com a administração municipal.

§ 3.º - O Prefeito não poderá exercer atividade política nem favorecer direta ou indiretamente qualquer organização partidária, sob pena de responsabilidade, promovida por um terço (1/3) dos membros da Câmara (\*)

Art. 72 - .....  
Parágrafo Único - O Vice-Prefeito também deverá solicitar licença à Câmara, nos casos dos incisos I e II deste artigo, e no afastamento do Município a serviço ou em missão de representação do Município.

Art. 73 - O Prefeito e Vice-Prefeito têm direito a, em períodos distintos, gozar férias anuais de trinta (30) dias.

(\*) Cf. Constituição do Estado, art. 158.

## SEÇÃO III

## Do Subsídio e da Verba de Representação

Art.74 - O subsídio e a verba de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito serão estabelecidos pela Câmara Municipal no último ano de cada legislatura, e antes da eleição que então se processar, para vigorarem na legislatura seguinte. (\*)

Parágrafo Único - A verba de representação não poderá exceder a cinquenta por cento (50%) do valor do respectivo subsídio.

Art.75 - o decreto legislativo que fixar o subsídio e a verba de representação, respectivamente do Prefeito e do Vice-Prefeito, poderá fazê-lo em quantias progressivas, mas específicas, para cada ano de mandato. (\*)

Art.76 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, regularmente licenciados pela Câmara, terão direito a perceber seu subsídio e sua verba de representação, quando:

- I - em tratamento de saúde;
- II - em gozo de férias; e
- III - a serviço ou em missão de representação do Município.

Art.91 - O Servidor da Administração direta ou indireta do Município, eleito Prefeito ou Vice-Prefeito, deverá, para o exercício do respectivo mandato, afastar-se do seu cargo, emprego ou função, por cujos vencimentos ou salários poderá, porém, optar, sem prejuízo, em qualquer hipótese, da percepção da verba de representação que lhe for atribuída.

(NESTE CASO, O ART.92 DO ANTEPROJETO PARADIGMA DEVERÁ SER ELIMINADO, REMUNERANDO-SE OS DISPOSITIVOS QUE SE LHE SEGUIREM!)

23. - Quando elaboramos a segunda edição deste Anteprojeto, tivemos de incluir, no mesmo, dispositivos compatíveis com os então recentes novos termos do art.104 da Carta Magna, em decorrência da Emenda Constitucional n.º 6/76. E procuramos fazê-lo segundo a mais consentânea interpretação dessas novas normas constitucionais, relativas ao exercício de mandato eletivo por servidor público. Assim, no que tange à acumulação de vereança com o funcionalismo municipal, seguimos a orientação da "Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM" (Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal), órgão da Secretaria do Interior do Estado de São Paulo e correspondente à nossa SURBAM. Em matéria publicada às págs. 19/20 do vol. VII n.º 5, do "DIRIGENTE MUNICIPAL" de setembro/outubro de 1976, essa conceituada entidade de as-

(\*) V. Justificativas - 23.

sistência aos municípios afirmava, em certo trecho, que "como a Constituição" (em seu art.104 e parágrafos) "nada estipula a respeito da remuneração de servidor público no exercício do mandato de vereador, a não ser nos casos de simultaneidade, é inteiramente lícito o recebimento cumulativo da remuneração e dos subsídios. infere-se daí que quando, por força da incompatibilidade de horários, o servidor tiver que se afastar para exercer o mandato, em princípio ele deve perceber apenas o subsídio. No entanto, nesse caso não está afastada a hipótese de opção pela remuneração ou pelo subsídio. A Constituição não assegura esse direito, mas não impede que ele seja atribuído ao servidor, por normas competentes". (O Grifo é nosso) E como, à época, pareceu-nos possível essa opção e que, para os servidores municipais, a norma competente sobre a mesma deveria estar disposta já na Lei Orgânica do respectivo Município que a admitisse, entendemos de inseri-la, como ressalva final, no parágrafo único do art.93 do Anteprojeto. E esse nosso entendimento veio a ser corroborado, posteriormente, pelo eminente municipalista JOSÉ AFONSO DA SILVA em seu festejado "Manual do Vereador", ed. 1977, pág.49.

Não há qualquer dúvida que, considerando-se estritamente as disposições do art.104 e seus parágrafos da Lei Maior, a questionada opção seria admissível. ocorre, entretanto, que é flagrante a sua inconstitucionalidade face ao que estatui a lei Complementar n.º 25/75, especialmente em seu art.2.º e respectivos parágrafos; pois seria evidente a impossibilidade de se observarem as normas aí determinadas, se o vereador-servidor público pudesse optar pela remuneração de seu cargo, emprego ou função. Por isso, suprimimos, agora, do parágrafo único do art.93 do Anteprojeto, a sua anterior disposição final.

Porto Alegre, novembro de 1979.

MOYSÉS H. E. BARBOZA

Assessor Jurídico

Unidade de Assistência Técnica

SURBAM/SDO

## ANTEPROJETO DE LEI ORGÂNICA

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE .....

A Câmara Municipal de .....  
decreta e promulga a seguinte

## LEI ORGÂNICA

## TÍTULO I

## DO MUNICÍPIO

## CAPÍTULO I

## Disposições Preliminares

Art.1.º - O Município de .....  
é uma das unidades do território do Estado do Rio Grande do Sul com autonomia políti-



ca, administrativa e financeira, regendo-se por esta Lei Orgânica e pelas demais leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art.2.º - É mantido o atual território do Município, que só poderá ser alterado nos termos da Constituição do Estado (\*).

Parágrafo Único - A divisão do Município em distritos depende de lei, observada a legislação estadual pertinente. (\*)

Art.3.º - Os símbolos do Município são os estabelecidos em lei.

Art.4.º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos, o Legislativo e o Executivo. (\*\*)

Parágrafo Único - Salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica, um Poder não pode delegar atribuições a outro, e nenhum cidadão investido na função de um deles pode exercer a de outro.

Art.5.º - O Município pode celebrar convênios com a União, o Estado e outros municípios, para realização de obras ou exploração de serviços públicos de interesse comum.

Parágrafo Único - Pode, ainda, o Município, através de convênios ou consórcios com outros municípios, criar entidades intermunicipais para a realização de obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum, devendo ser os mesmos aprovados por lei dos municípios participantes.

Art.6.º - A autonomia do município é assegurada:

I - pela eleição direta, nos termos da legislação federal, do Prefeito e do Vice-Prefeito, que compõem o Executivo Municipal, e dos Vereadores, que compõem a Câmara Municipal;

II - pela administração própria, no que respeita a seu peculiar interesse, especialmente.

a) à instituição e arrecadação dos tributos de sua competência, à fixação e cobrança de tarifas ou preços públicos municipais e à aplicação de suas rendas;

b) à organização dos serviços públicos locais.

## CAPÍTULO II

### Da Competência

Art.7.º - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - organizar-se administrativamente, observadas as legislações federal e estadual pertinentes;

II - decretar suas leis, e expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

III - adquirir, alienar e doar os seus

bens, bem como aceitar doações legados e heranças, e dispor sobre sua administração e utilização;

IV-desapropriar, por necessidade ou utilidade públicas e por interesse social, nos casos e nos termos previstos em lei, exceto para fins de reforma agrária;

V- dispor sobre concessão, permissão e autorização de serviços públicos locais e do uso de seus bens, por terceiros, respeitados, quanto à primeira, o disposto no Art.167 da Constituição da República e a legislação federal pertinente; (\*)

VI - organizar os quadros e estabelecer o regime jurídico de seus servidores;

VII- elaborar o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e os planos diretores de suas zonas definidas em lei municipal;

VIII- estabelecer normas de loteamento e de parcelamento do solo em geral, respeitadas a legislação federal a respeito;

IX - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços;

X- regulamentar e fiscalizar a utilização dos logradouros públicos, e, especialmente, nas zonas urbanas;

a) - determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos em geral;

b) fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

c) fixar e sinalizar, de acordo com a legislação federal pertinente, as faixas de rolamento do Município, os limites das zonas de silêncio e de trânsito em condições especiais;

d) disciplinar os serviços de carga e descarga, e fixar a tonelage máxima permitida a veículos que circulem em suas vias públicas;

XI - fixar as tarifas dos serviços municipais, inclusive os de transporte coletivo e de táxis, observados, quanto aos primeiros, o disposto no Art.167, incisos II e III, da Constituição da República e a legislação federal a respeito; (\*)

XII- dispor sobre a limpeza dos logradouros públicos bem como sobre a remoção e o destino do lixo domiciliar e de detritos de qualquer natureza;

XIII- licenciar a localização dos estabelecimentos comerciais, industriais e outros, manter serviços de permanente fiscalização dos mesmos e cassar os respectivos alvarás dos que se tornarem nocivos ou inconvenientes à saúde, à higiene e ao bem-estar públicos e as bons costumes, observadas as normas federais e estaduais pertinentes;

(\*) V. Justificativas- 6.

XIV- estabelecer, respeitada a legislação do trabalho, as condições e horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e similares.

XV- dispor sobre o serviço funerário

XVI- dispor sobre edificações, inclusive sobre sua interdição e demolição, especialmente quando, em ruínas ou em condições de absoluta insalubridade, atentarem contra a incolumidade pública;

XVII - regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes, anúncios, emblemas e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, em locais públicos e particulares do Município;

XVIII- regulamentar, autorizar e fiscalizar os jogos esportivos, os espetáculos e divertimentos públicos, sujeitos ao poder de polícia do Município;

XIX dispor sobre registro, captura e destino de animais, com o fim de prevenir e erradicar a hidrofobia e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XX- dispor sobre a apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições do destino das coisas apreendidas;

XXI- dispor sobre os serviços públicos em geral, regulamentando-os, inclusive os de caráter de uso coletivo, como os de água, gás, luz e energia elétrica, estabelecendo os respectivos processos de instalação, distribuição e consumo no Município;

XXII- estabelecer penalidades, dispondo sobre a competência das autoridades com poder de aplicá-las, por infrações às leis e regulamentos municipais;

Art.8.º - Compete, ainda, ao Município, concorrente ou supletivamente com a União ou o Estado:

I- zelar pela saúde, higiene, assistência e segurança públicas;

II- promover o ensino, a cultura geral e a assistência social;

III- prover sobre a defesa da flora e da fauna, assim como dos bens e locais de valor histórico, turístico ou arqueológico;

IV- prover sobre a prevenção e o controle da poluição sonora, do ar e da água, fazendo cessar, no exercício do poder de polícia administrativa, as atividades que violarem as normas pertinentes;

V- fiscalizar, nos locais de venda, pesos e medidas e condições sanitárias dos gêneros de consumo, observada a legislação federal a respeito;

VI- prover a prevenção e os serviços de extinção de incêndio.

Parágrafo Único - O Município aplicará, anualmente, no ensino de primeiro grau o percentual mínimo de sua receita tribu-

tária nos termos estabelecidos no Art.15, § 3.º, letra "f", da Constituição Federal. (\*)

Art.9.º - Compete ao Município a arrecadação dos seguintes tributos, instituídos por lei municipal, respeitados os princípios constitucionais e a legislação federal pertinentes:

I- Impostos sobre:

a) Propriedade Predial e Territorial Urbana; e

b) Serviços de Qualquer Natureza, não compreendidos na competência tributária da União e do Estado;

II- Taxas, pelo exercício de seu poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos de sua atribuição, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III- Contribuição de melhoria dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais que os beneficiem.

Parágrafo Único - As taxas não podem ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que tenham servido para a incidências de qualquer imposto.

Art.10 - Ao Município é vedado:

I- instituir ou majorar tributos sem que a lei os estabeleça;

II- estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos;

III- instituir imposto sobre:

a) o patrocínio, a renda ou os serviços da União, dos Estados e dos Municípios;

b) os templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos da lei; e

d) o livro, o jornal e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão;

IV- realizar operações ou acordos e contrair empréstimos externos de qualquer natureza, sem prévia manifestação da Assembléia Legislativa do Estado e autorização do Senado Federal;

V- estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o exercício, ou manter com eles os seus representantes relações de aliança ou dependência de caráter estritamente confessional;

VI- utilizar ou permitir que seja utilizado, para propaganda político-partidária ou para fins estranhos à administração, qualquer dos bens ou serviços municipais, ressalvadas as exceções previstas na legislação eleitoral;

VII- criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de qualquer

(\*) V. Justificativas -7.

pessoa de direito público interno; e

VII- recusar fé aos documentos públicos.

Parágrafo Único- O disposto na alínea "a" do inciso III deste artigo é extensivo às autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes; mas não se estende aos serviços públicos concedidos, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incidir sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

## TÍTULO II DO LEGISLATIVO

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 11 - O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, segundo o disposto nas legislações federal e estadual à respeito, e funciona de acordo com seu Regimento Interno.

Art. 12 - No dia 31 de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com a do mandato dos Vereadores, a Câmara, sob a presidência do mais idoso dos edis presentes, reúne-se em sessão solene de instalação, independentemente de número, para a posse dos vereadores; e, estando presente a maioria absoluta destes, será, a seguir, procedida a eleição da Mesa, cujos componentes ficarão automaticamente empossados.

§ 1.º - No ato da posse, exibidos os diplomas e verificada a sua autenticidade, o Presidente, de pé, no que será acompanhado por todos os Vereadores, proferirá o seguinte compromisso: - "PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A LEI ORGÂNICA, AS LEIS SOB A INSPIRAÇÃO DO PATRIOTISMO, DA LEALDADE, DA HONRA E DO BEM COMUM". Ato contínuo, feita a chamada nominal, cada Vereador, levantando-se, declara: - "ASSIM O PROMETTO". Após, cada edil assinará o termo competente.

§ 2.º - Se não houver o quorum estabelecido no artigo para a eleição da Mesa, ou, havendo, esta não for realizada, a Câmara ainda sob a presidência do mais idoso dentre os Vereadores presentes, receberá de imediato à posse destes, o compromisso do Prefeito e do Vice-Prefeito, aos quais dará posse.

§ 3.º - O Vereador mais idoso, dentre os presentes à sessão de instalação da legislatura, permanecerá na presidência da Câmara e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa, com a posse de seus membros.

§ 4.º - A seguir, constituir-se-á a Comissão Representativa na forma estabeleci-

da no artigo 34 e seu parágrafo único, e, observado o parágrafo único do artigo 17, serão eleitos os membros das Comissões Técnicas permanentes que a Câmara entender necessárias, entrando esta logo em recesso.

§ 5.º - Ao Presidente da Mesa compete a presidência da Câmara Municipal e, no seu exercício, representá-la judicial e extrajudicialmente.

§ 6.º - Além das demais atribuições que lhe são conferidas por esta Lei Orgânica e pelo Regimento Interno da Câmara, o Presidente encaminhará ao Prefeito, até o dia 20 de janeiro de cada ano, a prestação de contas da Mesa da Câmara, relativas ao exercício anterior.

Art. 13 - A Câmara Municipal, independentemente de convocação, reunir-se-á, anualmente, na sede do Município, de 1.º de março a 30 de junho e de 1.º de agosto a 30 de dezembro, em dia e horário estabelecido no Regimento Interno.

§ 1.º - A Câmara funcionará em recinto previamente destinado para tal.

§ 2.º - Comprovada a impossibilidade de acesso ao local estabelecido, ou motivo que impeça a sua utilização, as sessões da Câmara poderão ser realizadas em recinto diverso, designado pelo competente Juiz de Direito da Comarca no auto de verificação da ocorrência, a requerimento do Presidente.

§ 3.º - Por deliberação da Câmara, as suas sessões solenes poderão ser realizadas em qualquer outro recinto.

§ 4.º - O dia, o horário e o local de sessões da Câmara deverão ser previamente tornados públicos, na forma do art. 99 e seus parágrafos.

Art. 14 - A convocação extraordinária da Câmara caberá, quando o exigir o interesse da administração, privativamente ao Prefeito. (\*)

Parágrafo Único - Nas sessões extraordinárias, a Câmara somente poderá deliberar sobre a matéria da convocação.

Art. 15 - A Câmara funciona com a presença, no mínimo, de mais da metade de seus membros, e as suas deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes, ressalvadas exceções previstas nesta Lei Orgânica. (\*\*)

§ 1.º - O Presidente da Câmara vota apenas quando houver empate nas votações, quando a matéria exigir deliberação por maioria absoluta ou por dois terços (2/3) dos membros do Legislativo Municipal e nas votações secretas.

§ 2.º - Considera-se presente à sessão o Vereador que tenha assinado o livro de presença, respondido à chamada e que par-

(\*) Cf. art. 157; inc. V, da Const. do Estado

(\*\*) V. Justificativas - 2.

ticipação dos trabalhos de plenário.

§ 3.º - Realizada, ou não, qualquer sessão da Câmara, lavrar-se-á ata circunstanciada.

Art. 16 - As sessões da Câmara são públicas, salvo deliberação em contrário tomada pela maioria absoluta de seus membros, quando ocorrer motivo relevante; e as suas deliberações somente poderão ser tomadas por votação secreta nas eleições da Mesa e nos casos especiais previstos nesta Lei.

Art. 17 - Nos períodos de recesso da Câmara, funcionará a Comissão Representativa, na forma do Regimento Interno.

Parágrafo Único - Na constituição da Comissão Representativa, assim como na das Comissões Técnicas, será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participem da Câmara.

Art. 18 - A prestação de contas do Prefeito, referente à gestão financeira do ano anterior, será apreciada pela Câmara até trinta (30) dias após o recebimento do respectivo parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, o qual somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara.

Art. 19 - Sempre que o Prefeito manifestar o propósito de, pessoalmente, apresentar seu relatório anual sobre sua gestão relativa ao exercício anterior ou expor assuntos de interesse público perante a Câmara, comunicá-lo-á ao Presidente do Legislativo Municipal, que o receberá em sessão previamente designada.

Art. 20 - A Câmara Municipal e suas Comissões, por deliberação da maioria de seus membros, podem convocar Secretários Municipais para comparecerem perante elas, a fim de prestarem informações sobre assuntos previamente especificados e constantes da convocação (\*).

§ 1.º - Três (3) dias úteis antes do comparecimento, o convocado deverá enviar à Câmara, ou Comissão, exposição em torno das informações pretendidas.

§ 2.º - Independentemente de Convocação, quando qualquer Secretário, desde que devidamente autorizado pelo Prefeito, desejar prestar esclarecimentos ou solicitar providências legislativas à Câmara ou a suas Comissões, estas ou aquela designarão dia e hora para ouvi-lo.

Art. 21 - A Câmara pode criar comissão especial de inquérito nos termos do Regimento Interno, respeitado o disposto do inciso XVIII, do art. 31, desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - Não será criada comissão especial de inquérito, enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo

(\*) V. Justificativas - 9

menos cinco (5), salvo deliberação em contrário por parte da maioria dos membros da Câmara.

## CAPÍTULO II

### Dos Vereadores

Art. 22 - Os vereadores não gozam de imunidade parlamentar; todavia, é-lhes admitido, nos estritos termos do art. 142, inciso III, e seu parágrafo único, do Código Penal, enunciar conceito desfavorável contra outrem, em votos, apreciações, informações ou pareceres que, no cumprimento do respectivo mandato, prestem ou emitam nas sessões secretas da Câmara ou no restrito âmbito de suas comissões. (\*)

Art. 23 - É vedado ao Vereador: (\*\*)

I - desde a expedição do diploma, celebrar contrato com a administração pública, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes:

II - desde a posse:

a) ser diretor, proprietário ou sócio de empresa beneficiada com privilégio, isenção ou favor, em virtude de contrato com a administração pública municipal;

b) exercer outro mandato eletivo;

c) ocupar cargo ou exercer funções públicas municipais de que seja demissível ad nutum;

d) aceitar, independentemente de concurso público, emprego ou função na administração direta ou indireta do Município;

e) patrocinar causa contra pessoa jurídica de direito público.

Art. 24 - Desde que se licencie do exercício de seu mandato, o Vereador pode ocupar cargo de Secretário Municipal.

Art. 25 - Sujeita-se à perda do mandato o Vereador que: - (\*\*\*)

I - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção, de improbidade administrativa ou atentatórios às instituições vigentes;

II - proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro a esta em sua conduta pública;

III - fixar residência fora do Município;

IV - tiver suspensos os direitos políticos;

V - praticar atos de infidelidade partidária, segundo o disposto na Constituição da República e na legislação federal pertinente.

Parágrafo Único - Assegurado amplo direito de defesa ao Vereador enquadrado em qualquer dos casos deste artigo, o respectivo rito processual será objeto de normas regimentais, observadas as disposições constitucionais e da legislação federal a respeito.

(\*) V. Justificativas - 10

(\*\*) V. Justificativas - 11

(\*\*\*) V. Justificativas - 12

Art.26 - Extingue-se automaticamente o mandato do Vereador, nos termos da legislação federal pertinente e da Constituição do Estado, quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez (10) dias;

III - deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a cinco (5) sessões ordinárias consecutivas, ou a três (3) sessões extraordinárias, que não sejam durante o recesso da Câmara, convocadas pelo Prefeito para apreciação de matéria urgente;

IV - Incidir nos impedimentos para o exercício do mandato, estabelecidos no art.23, e não se desincompatibilizar até a expedição do diploma ou até a posse, conforme o caso, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou pela Câmara.

§ 1.º - Ocorrido e comprovado o fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicá-lo-á ao plenário e fará constar da ata a declaração de extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 2.º - Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências do parágrafo anterior, o suplente do Vereador ou o Prefeito poderá requerer, em Juízo, a declaração de extinção do mandato, e, se julgada procedente, a respectiva decisão judicial importará na destituição automática do Presidente omissor do cargo da Mesa e no seu impedimento para nova investidura, nesta, durante toda a legislatura, além de Juiz condená-lo às cominações legais decorrentes do princípio da sucumbência.

Art.27 - Nos casos de licença e de vaga por cassação ou extinção automática do mandato, o Vereador será substituído pelo suplente, convocado nos termos da lei.

§ 1.º - Cabe à Câmara conceder licença ao Vereador, nos termos de seu Regimento Interno.

§ 2.º - Em caso de vaga, e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de quarenta e oito (48) horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral.

Art.28 - O mandato de Vereador é remunerado, nos termos da legislação federal complementar. (\*)

§ 1.º - O subsídio dos Vereadores será fixado em decreto legislativo, no final de cada legislatura, só podendo ser alterado, no decurso da legislatura seguinte em que vigorar a remuneração, nas hipóteses previstas na legislação federal complementar pertinente. (\*)

(\*) V. Justificativas - 13.

§ 2.º - Observado o disposto no parágrafo anterior, o Presidente da Câmara faz jus a uma verba de representação mensal de valor não superior à atribuída ao Prefeito Municipal, sem ser, porém, vinculada à este. (\*)

Art.29 - O Vereador que for funcionário efetivo, servidor estável ou que exercer ou aceitar, por aprovação em concurso público, emprego ou função, no âmbito da administração direta ou indireta do Município, perceberá, cumulativamente, a remuneração da vereança e os vencimentos ou salários do respectivo cargo, função ou emprego, nos termos do art.93 desta Lei Orgânica.

### CAPÍTULO III

Das atribuições da Câmara Municipal

Art.30 - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias atribuídas explicita ou implicitamente ao Município pelas Constituições da República e do Estado, e especialmente:

I - legislar sobre os tributos de competência municipal, bem como sobre o cancelamento da dívida ativa do Município, sobre isenções, anistia e moratória tributárias, e sobre extinção do crédito tributário do Município por compensação, transação ou remissão, com ou sem relevação o disposto na legislação federal pertinente;

II - Votar o orçamento anual e o plurianual de investimentos;

III - autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais; e deliberar sobre os créditos extraordinários abertos pelo Executivo;

IV - autorizar operações de crédito, deliberando sobre a forma e os meios de seu pagamento;

V - legislar sobre concessão de auxílios e subvenções;

VI - deliberar sobre as concessões de uso de bens do Município;

VII - deliberar sobre o arrendamento, o aforamento e a alienação de bens imóveis do Município;

VIII - legislar sobre normas relativas ao uso, por terceiros, de bens do município;

IX - legislar sobre normas de concessão de serviços públicos locais, respeitados o disposto no Art.167 da Constituição da República e a legislação federal pertinente; (\*\*)

X - deliberar sobre a aquisição de bens imóveis, quando se tratar de doação com encargo;

XI - deliberar sobre a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e demais planos de diretrizes urbanas do

(\*) V. Justificativas - 13.1

(\*\*) V. Justificativas - 6.

Município;

XII - legislar sobre a criação e extinção de cargos e funções públicas municipais, bem como a fixação e a alteração dos respectivos vencimentos e outras vantagens pecuniárias;

XIII - legislar sobre o regime jurídico dos servidores municipais;

XIV - legislar sobre a criação, reforma, denominação e extinção de órgãos e serviços públicos municipais;

XV - dispor sobre a divisão territorial do Município, observadas as normas pertinentes da Constituição Federal e da legislação do Estado; (\*)

XVI - legislar sobre o zoneamento urbano, bem como sobre a denominação de vias, logradouros e prédios públicos municipais;

XVII - decretar as leis complementares à Lei Orgânica, observado o disposto no art.39, e seus parágrafos, e no art.40;

XVIII - deliberar sobre a transferência temporária da sede dos Poderes Municipais, quando o interesse público o exigir;

XIX - deliberar sobre projeto de lei do Executivo, que o autorize a mobilizar ou alienar os bens, créditos e valores que pertençam ao Ativo Permanente do Município, bem como a amortizar ou resgatar as dívidas fundadas e outras, deste, que compreendam o seu Passivo Permanente.

Art.31 - Compete, privativamente, à Câmara Municipal:

I - eleger sua Mesa, bem como destituí-la, na forma regimental;

II - elaborar seu Regimento Interno;

III - dispor sobre a organização de sua Secretaria, seus serviços e polícia;

IV - propor projetos de lei sobre a criação, forma de provimento e extinção dos cargos e funções de seu quadro de pessoal e serviços; bem como sobre a fixação e alteração dos respectivos vencimentos e outras vantagens, observado o disposto no art.41, e seu parágrafo único, e no art.48;

V - votar e promulgar a Lei Orgânica, bem como emendá-la nos termos do art.37, e seus parágrafos, e do art.47 e seu parágrafo único;

VI - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, quando eleitos, e conhecer de sua renúncia;

VII - Conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores para afastamento dos respectivos cargos;

VIII - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por mais de dez (10) dias, ou do Estado por qualquer tempo;

IX - fixar, por decreto legislativo, os subsídios e a verba de representação do Prefeito, nos termos do art.74;

X - Julgar o Prefeito e os Vereadores por infrações definidas nesta Lei Orgânica em conformidade com a legislação federal a respeito; e, de acordo com o disposto nessa legislação e na Constituição do Estado, cassar ou declarar extintos os respectivos mandatos;

XI - autorizar o Prefeito, nos termos da Constituição do Estado, a contrair empréstimos, regulando-lhe as condições e a respectiva aplicação;

XII - aprovar os convênios em que o Município for parte;

XIII - solicitar informações por escrito ao Executivo, sobre assuntos administrativos;

XIV - propor ao Prefeito, mediante indicação, a execução de qualquer obra ou medida que interesse à coletividade ou ao serviço público;

XV - convocar qualquer Secretário Municipal para informações sobre matéria de sua competência, observado o disposto no art.20 e seu § 1.º;

XVI - exercer a fiscalização financeira e orçamentária do Município, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, tomando e julgando as contas do Prefeito nos termos do art.18;

XVII - resolver, em sessão e votação secretas, sobre a nomeação de Diretores-Presidentes das sociedades de economia mista ou Município, bem como quando determinado em lei, sobre a nomeação de dirigentes de outros órgãos de cooperação governamental.

XVIII - criar comissão de inquérito por prazo certo e sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, mediante requerimento de um terço (1/3), no Mínimo, de seus membros, observando o disposto no parágrafo único do art.21;

XIX - suspender, por decreto legislativo, a execução, no todo ou em parte, de lei, ato, resolução ou regulamento municipal, ou de qualquer de suas respectivas disposições, que hajam sido declarados, por decisão do Poder Judiciário estadual transitada em julgado, infringentes das Constituições da República ou do Estado, desta Lei Orgânica ou das leis;

XX - tomar a iniciativa de projetos de leis estaduais, nos termos do art.31 da Constituição do Estado;

XXI - promover, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, representação para que o Estado intervenha no Município, nos casos e termos estabelecidos no art.150, § 1.º inciso I, da Constituição Estadual;

XXII - mudar a sua sede, em definitivo, para onde for transferida, com este caráter, a sede do Município;

XXIII - conceder título de cidadão honorário, ou qualquer outra homenagem ou

(\*) V. Justificativas - 4.



honraria, a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços relevantes ao Município, mediante decreto legislativo aprovado, no mínimo, por dois terços (2/3) de seu membros; (\*)

XXIV - deliberar, mediante resolução, sobre quaisquer assuntos de sua economia interna, e, nos demais casos de sua competência privativa que tenham efeitos externos, por meio de decreto legislativo. (\*\*)

Art.32 - São, ainda, objeto de deliberação privativa da Câmara Municipal, dentre outros atos e medidas, na forma do Regimento Interno:

- I - requerimentos;
- II - indicações; e
- III - moções.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Comissão Representativa

Art.33 - A Comissão Representativa funciona nos períodos de recesso da Câmara Municipal e tem as seguintes atribuições:

I - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

II - velar pela observância da Lei Orgânica e das leis em geral;

III - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município e do Estado;

IV - convocar Secretários do Município ou titulares de órgãos equivalentes, nos termos do art.20 e de seu § 1.º.

Parágrafo Único - As normas relativas ao funcionamento e desempenho das atribuições da Comissão Representativa são estabelecidas no Regimento Interno da Câmara.

Art.34 - A Comissão Representativa, constituída por número ímpar de membros efetivos, é composta pelo Presidente, sendo eleitos os demais componentes, bem como os respectivos suplentes, em votação secreta, observando o disposto no parágrafo único do art.17.

Parágrafo Único - A presidência da Comissão Representativa cabe ao Presidente da Câmara, cuja substituição far-se-á na forma regimental.

Art.35 - A Comissão Representativa, logo após o encerramento do período de recesso em que funcionou, deve apresentar à Câmara relatório dos trabalhos por ela realizados.

#### CAPÍTULO V

##### Das Leis e do Processo Legislativo

Art.36 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Lei Orgânica;
- II - leis complementares à Lei Orgânica;
- III - leis ordinárias;
- IV - decretos legislativos; e
- V - resoluções.

Art.37 - A Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta:

I - de um terço (1/3), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; e

II - do Prefeito.

§ 1.º - Em qualquer dos casos deste artigo, observado o disposto no parágrafo único do art.47, a proposta será discutida e votada pela Câmara em duas (2) sessões, dentro de noventa (90) dias, a contar da sua apresentação ou recebimento, e havida por aprovada quando obtiver, em ambas as votações, maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara.

§ 2.º - O prazo previsto no parágrafo anterior não correrá nos períodos de recesso da Câmara.

§ 3.º - A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara com respectivo número, em ordem cronológica.

Art.38 - São objeto de lei complementar o Código de Obras, o Código de Posturas, o Código Tributário, o Estatuto dos Funcionários Públicos, a Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município, bem como a de seus planos diretores urbanos, e as demais leis que codifiquem ou sistematizem normas e princípios relacionados com determinada matéria e genericamente estabelecidos nesta Lei Orgânica. (\*)

Art.39 - Os projetos de lei complementar serão revistos por comissão especial da Câmara.

§ 1.º - Dos projetos de códigos, com as respectivas exposições de motivos, será dada divulgação com a maior amplitude possível, antes de submetidos à deliberação da Câmara.

§ 2.º - Dentro de quinze (15) dias, contados da data em que se publicarem os projetos referidos no parágrafo anterior, qualquer cidadão poderá apresentar sugestões sobre eles, ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara; neste caso, o último as encaminhará à comissão especial para apreciação.

Art.40 - Os projetos de lei complementar somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação dos projetos de lei or-

(\*) V. Justificativas - 2, in fine

(\*\*) V. Justificativas - 14

(\*) - V. Justificativas - 15

dinária.

Art.41 - Igualmente observados os demais termos de votação dos Projetos de lei ordinária, também só pela maioria absoluta dos membros da Câmara serão aprovados os projetos de lei que criem cargos na Secretaria do Legislativo Municipal.

Parágrafo Único - Os projetos de lei de que trata este artigo deverão ser votados e, dois turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito (48) horas entre ambos; e apenas serão admitidas emendas, aos mesmos, que de qualquer forma aumentem as despesas ou o número de cargos previstos, quando as respectivas proposições forem assinadas pela metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

Art.42 - A iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer membro ou órgão da Câmara Municipal, ou ao Prefeito.

Art.43 - É da competência exclusiva do Prefeito a iniciativa das leis que:

I - disponham sobre matéria financeira;

II - versem sobre matéria orçamentária, autorizem a abertura de créditos ou concedam subvenções e auxílios;

III - criem cargos ou funções públicas, fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores públicos, ou, de qualquer modo, aumentem a despesa pública, ressalvada a competência privativa expressamente atribuída à Câmara Municipal nos incisos III e IV do art.31 desta Lei Orgânica;

IV - criem ou suprimam órgãos ou serviços do Executivo;

V - tratem da destinação em geral dos bens imóveis do Município.

Art.44 - No início ou em qualquer fase da tramitação de projetos de lei, sobre qualquer matéria, da competência exclusiva do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara que os aprecie no prazo de quarenta e cinco (45) dias, a contar do seu recebimento pelo Poder Legislativo.

§ 1.º - Na falta de deliberação dentro do prazo estipulado neste artigo, considerar-se-ão aprovados os projetos.

§ 2.º - O prazo estabelecido neste artigo não correrá nos períodos de recesso da Câmara.

§ 3.º - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos das leis complementares a que se refere o art.38, nem aos demais de codificação e nem às propostas orçamentárias.

Art.45 - Decorridos trinta (30) dias do recebimento de um projeto de lei pela Câmara, o seu Presidente, a requerimento de qualquer Vereador, mandará incluí-lo na ordem do dia, para ser discutido e votado, mesmo sem parecer.

Parágrafo Único - Nesse caso, o projeto somente poderá ser retirado da ordem do dia, se o autor do pedido de sua inclusão, nesta desistir do respectivo requerimento.

Art.46 - Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa proposta: (\*)

I - nos projetos de lei cuja iniciativa seja da exclusiva competência do Prefeito, nos termos do art.43; e

II - nos projetos de lei sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Os projetos das leis orçamentárias e das que autorizem a abertura de créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública, somente receberão emendas nas comissões da Câmara, sendo final o pronunciamento destas, salvo se um terço (1/3) dos membros da Câmara requerer ao seu Presidente a votação em plenário, que se fará sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas comissões.

Art.47 - O projeto de lei que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões, será tido como rejeitado.

Parágrafo Único - A matéria constante de projeto de lei rejeitado, assim como a proposta de emenda à Lei Orgânica, rejeitada ou havida por prejudicada, será arquivada; e, ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante a proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art.48 - Os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito logo que concluída a respectiva votação, e este, aquiescendo, os sancionará; para o mesmo fim, ser-lhe-ão remetidos os projetos tidos por aprovados nos termos do § 1.º do art.44.

§ 1.º - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze (15) dias úteis, conta dos daquele em que o receber, comunicando-o ao Presidente da Câmara; e, dentro de quarenta e oito (48) horas, encaminhará a este os motivos do veto. No recesso da Câmara, o veto deverá ser publicado pelo Prefeito.

§ 2.º - Decorrida a quinzena de que trata o parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§ 3.º - Devolvido o projeto à Câmara,

(\*) V. Justificativas - 16.

no caso § 1.º, será ele submetido, dentro de quarenta e cinco (45) dias, contados da data de seu recebimento, com ou sem parecer, a discussão única, considerando-se o aprovado se, em votação pública, obtiver o voto favorável de dois terços (2/3) dos membros da Câmara, caso em que será o projeto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 4.º - Esgotado, sem deliberação, o prazo anterior, o veto será considerado mantido, ressalvado o disposto no § 6.º.

§ 5.º - Não sendo a lei promulgada dentro de quarenta e oito (48) horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 2.º e 3.º deste artigo, o Presidente da Câmara a promulgará em igual prazo.

§ 6.º - No caso de o prazo fixado no § 3.º deste artigo findar em período de recesso da Câmara, o prazo será suspenso durante este, retomando o seu curso na data de reinstalação da sessão legislativa.

Art.49 - Nos casos dos incisos IV e V do art.36, considerar-se-á encerrada a elaboração do decreto legislativo ou da resolução concluída a votação da sua redação final, cabendo, respectivamente, ao Presidente e à Mesa da Câmara a sua promulgação, com o número correspondente, em ordem cronológica.

### TÍTULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

##### CAPÍTULO I

###### Da Receita e da Despesa

Art.50 - A receita municipal é constituída dos tributos da competência do Município, da participação deste em tributos da União e do Estado, das tarifas ou preços públicos municipais, bem como de outros ingressos legalmente permissíveis.

Art.51 - Nenhum tributo será exigido sem que a lei o estabeleça, nem cobrado, em cada exercício, sem que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início do exercício financeiro, salvo o imposto que por lei complementar à Constituição Federal, for excepcionado da observância desta regra. (\*)

§ 1.º - Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 2.º - Do lançamento do tributo, cabe ao contribuinte recurso ao Prefeito, no prazo de quinze (15) dias, a contar da notificação.

§ 3.º - A forma de notificação será estabelecida em lei competente.

Art.52 - As tarifas ou preços públicos são devidos pela utilização, sem obrigatoriedade legal, de bens do Município, bem como de serviços ou outras atividades municipais de natureza privada, mas de interesse público embora não essencial, que a

administração municipal põe à disposição dos munícipes ou lhes presta, segundo o livre interesse destes. (\*)

Parágrafo único - As tarifas ou preços públicos, fixados pelo Prefeito mediante decreto, deverão cobrir os custos e encargos da Municipalidade, relativamente à utilização de bens municipais, bem como dos serviços e demais atividades prestadas pelo Município nos termos estabelecidos neste artigo, e poderão ser reajustados a qualquer tempo quando se tornarem deficitários ou excedentes. (\*)

Art.53 - A despesa pública municipal observará os princípios pertinentes inseridos na Constituição da República e as normas gerais de direito financeiro estabelecidas em legislação federal, ficando desde logo estatuído:

I - nenhuma despesa será ordenada ou realizada sem que exista dotação orçamentária própria, ressalvada a que correr por conta de crédito extraordinário;

II - nenhuma lei que crie ou aumente despesa será sancionada, sem que dela conste a indicação de recurso para atender os encargos decorrentes.

### CAPÍTULO II

#### Dos Orçamentos

Art.54 - Os orçamentos anual e plurianual de investimentos do Município obedecerão ao disposto, a respeito, na Constituição Federal e em sua legislação complementar, às normas gerais de direito financeiro e às disposições desta Lei Orgânica, nos termos de seus artigos, 43, 46, e seu parágrafo único, e nos deste Capítulo.

Art.55 - Na apreciação das propostas orçamentárias, pela Câmara Municipal, não serão objeto de deliberação as emendas de que decorram aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa ou que visem a modificar-lhes o montante, a natureza ou o objetivo.

Art.56 - O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Prefeito à Câmara até 31 de agosto de cada exercício anterior ao que deverá vigor; e a Câmara deverá remetê-lo ao Prefeito, para sanção, até o dia 1.º de dezembro seguinte ao recebimento do projeto. (\*\*)

§ 1.º - Se a Câmara Municipal não o devolver para sanção até o dia previsto neste artigo, o projeto será promulgado como lei.

§ 2.º - Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária as demais normas relativas à elaboração legislativa, no que não contrariem o disposto neste Capítulo e na seção correspondente ao mesmo, no que for aplicável, da Constituição Federal.

(\*) V. Justificativa - 17.

(\*\*) V. Justificativa - 18

§ 3.º - O Prefeito pode enviar mensagem à Câmara para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 57 - Os créditos especiais e extraordinários não podem ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro (4) meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigorar até o término do exercício financeiro subsequente.

Parágrafo Único - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para sua cobertura, nos termos da legislação federal pertinente.

Art. 58 - As operações de crédito, para antecipação da receita autorizada no orçamento anual, não excederão a vinte e cinco por cento (25%) da receita total estimada para o exercício financeiro, e, até trinta (30) dias depois do encerramento deste, serão obrigatoriamente liquidadas.

Parágrafo Único - Executadas as operações da dívida pública, a lei que autorizar operação de crédito, a qual deva ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará desde logo as dotações que hajam de ser incluídas no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e regate, durante o prazo para a sua liquidação.

Art. 59 - O numerário relativo as dotações orçamentárias da Câmara Municipal será posto à disposição desta no início de cada mês, em quotas correspondentes a um duodécimo (1/12). (\*)

Parágrafo Único - Nos créditos suplementares ou especiais abertos em favor da Câmara, o respectivo numerário será posto à disposição desta em parcelas iguais correspondentes aos meses de vigência do crédito, sendo a primeira até quinze (15) dias após a promulgação da respectiva lei autorizatória.

Art. 60 - Os pagamentos devidos pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim (\*\*)

§ 1.º É obrigatória a inclusão, no orçamento, de verba necessária ao pagamento dos débitos do Município, constantes de precatórios judiciais, apresentados até primeiro de julho.

§ 2.º - As dotações orçamentárias e os

créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição municipal competente. E os respectivos pagamentos serão efetuados, segundo as possibilidades competente. E os respectivos pagamentos serão efetuados, segundo as possibilidades do depósito, à vista de precatório expedido pelo Presidente do Tribunal competente, ao qual também caberá, ouvido o chefe do Ministério Público junto ao mesmo, autorizar, a requerimento do credor preterido em seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

Art. 61 - Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimentos, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução. (\*)

Art. 62 - O orçamento plurianual de investimentos, que abrangerá período de três (3) anos, consignará exclusivamente as despesas de capital e indicará os recursos orçamentários e extraordinários anualmente destinados à sua execução, inclusive os financiamentos contratados ou previstos. (\*\*)

Parágrafo Único - Excluídas as entidades que não recebem subvenções ou transferências à conta do orçamento plurianual de investimentos compreenderá as despesas de capital de todos os poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, sendo que as consignações às entidades pertencentes à última serão incluídas sob a forma de dotações globais.

Art. 63 - Através de proposição devidamente justificada, o Executivo poderá a qualquer tempo, propor à Câmara a revisão do orçamento plurianual de investimentos, assim como o acréscimo de exercícios para substituir os já vencidos.

Art. 64 - A Câmara Municipal apreciará os orçamentos plurianuais de investimentos no prazo de noventa (90) dias e na forma prevista no art. 56, e seus parágrafos, desta Lei Orgânica.

### CAPÍTULO III

Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

Art. 65 - A fiscalização financeira e orçamentária do Município é exercida mediante controle externo da Câmara Municipal e pelos sistemas de controle interno do Executivo Municipal, instituídos por lei.

Art. 66 - O controle externo da Câmara Municipal, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreenderá:

I - a tomada e o julgamento das contas

(\*) V. Justificativa - 19.

(\*\*) V. Justificativa - 20.

(\*) V. Justificativas - 21.

(\*\*) V. Justificativas - 21.

do Prefeito, nos termos do art. 18 desta Lei Orgânica, compreendendo as dos demais administradores e responsáveis por bens e valores públicos municipais, inclusive as da Mesa da Câmara; e

II - o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município.

§ 1.º - Para os efeitos deste artigo, o Prefeito deve remeter à Câmara e ao Tribunal de Contas do Estado, até trinta e um (31) de março, as contas relativas à gestão financeira municipal do exercício imediatamente anterior.

§ 2.º - As contas, relativas à aplicação dos recursos recebidos da União e do Estado, serão prestadas pelo Prefeito na forma da legislação pertinente, sem prejuízo de sua inclusão na prestação de contas a que se refere o parágrafo anterior.

Art.67 - Os sistemas de controle interno, exercidos pelo Executivo Municipal, terão por finalidade, além de outras:

I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade da realização da receita e despesa;

II - acompanhar a execução de programas de trabalho e a dos orçamentos;

III - avaliar os resultados pelos administradores e verificar a execução dos contratos;

#### TÍTULO IV

#### DO EXECUTIVO

#### CAPÍTULO I

#### Do Prefeito e do Vice-Prefeito

#### SEÇÃO I

#### Disposições Gerais

Art.68 - O Prefeito é o chefe do Poder Executivo Municipal, sendo eleito juntamente com o Vice-Prefeito e os Vereadores, na forma da legislação federal, e com o Vice-Prefeito, tomará posse, imediatamente à dos Vereadores, perante a Câmara, na mesma sessão solene de instalação de cada legislatura.

§ 1.º - Ao tomarem posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão o seguinte compromisso: "PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A LEI ORGÂNICA, AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM COLETIVO E EXERCER O MEU MANDATO SOB A INSPIRAÇÃO DO PATRIOTISMO DA LEALDADE E DA HONRA".

§ 2.º - Se, decorridos dez (10) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo justificado aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago pelo Plenário.

§ 3.º - Em caso de impedimento temporário do Prefeito ou de vacância do respectivo cargo, assumirá o Vice-Prefeito, ou, se este não o fizer, o Presidente da Câmara Municipal, até a cessação do impedimento do Prefeito ou o termo do seu mandato.

Art.69 - Na ocasião da posse e ao término do mandato, o Prefeito fará declaração de bens, que será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo.

Parágrafo Único - O Vice-Prefeito fará declaração de bens, na forma deste artigo, no momento em que assumir, pela primeira vez, o cargo de Prefeito,

Art.70 - O Prefeito, desde a posse, e o Vice-Prefeito, quando assumir a chefia do Executivo Municipal, deverão desincompatibilizar-se e ficam sujeitos aos impedimentos, proibições e responsabilidades estabelecidas nas Constituições da República e do Estado, nesta Lei Orgânica e na legislação federal pertinente.

§ 1.º - O Prefeito não poderá exercer outra função pública nem cargo de administração em qualquer empresa comercial ou industrial beneficiada com privilégio, isenção ou favor, em virtude de contrato com a administração municipal.

§ 2.º - O Prefeito não poderá exercer atividade política nem favorecer direta ou indiretamente qualquer organização partidária, sob pena de responsabilidade, promovida por um terço (1/3) dos membros da Câmara. (\*)

Art.71 - Nos crimes comuns e nos de responsabilidade, o Prefeito e o Vice-Prefeito serão processados e julgados na forma prescrita em lei federal.

#### SEÇÃO II

#### Das Licenças e das Férias

Art.72 - O Prefeito deverá solicitar licença da Câmara, sob pena de extinção de seu mandato, nos casos de:

I - tratamento de saúde, por doença devidamente comprovada;

II - gozo de férias; e

III - afastamento do Município por mais de dez (10) dias, ou do Estado por qualquer tempo.

Art.73 - O Prefeito tem direito a gozar férias anuais de trinta (30) dias.

#### SEÇÃO III

#### Do Subsídio e da Verba de Representação

Art.74 - O subsídio e a verba de representação do Prefeito serão estabelecidos pela Câmara Municipal no último ano de cada legislatura, e antes da eleição que então se processa, para vigorarem na legislatura seguinte. (\*\*)

Parágrafo Único - A verba de representação não poderá exceder a cinquenta por cento (50%) do valor do subsídio.

Art.75 - O decreto legislativo que fixar o subsídio e a verba de representação do Prefeito, poderá fazê-lo em quantias progressivas, mas específicas, para cada

(\*) Cf. Constituição do Estado, art.158.

(\*\*) V. Justificativa - 22.

ano de mandato. (\*)

Art.76 - O Prefeito regularmente licenciado pela Câmara terá direito a perceber seu subsídio e a verba de representação, quando:

I - em tratamento de saúde;

II - em gozo de férias; e

III - a serviço ou em missão de representação do Município.

#### SEÇÃO IV

##### Das Atribuições do Prefeito

Art.77 - Ao Prefeito, como chefe da administração municipal, cabe executar as deliberações da Câmara dos Vereadores, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, e adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública.

Art.78 - Compete privativamente ao Prefeito:

I - representar o município, judicial e extrajudicialmente;

II - exercer, com o auxílio dos Secretários do Município ou dos titulares de órgãos equivalentes, a direção superior da administração municipal;

III - iniciar o processo legislativo, nos casos e na forma previstos nas Constituições da República e do Estado, e nesta Lei Orgânica;

IV - enviar, à Câmara, no prazo estabelecido no art.56 desta Lei Orgânica, os projetos de lei do orçamento anual e do plurianual de investimentos; (\*\*)

V - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

VI - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara;

VII - expedir, quando necessário, regulamentos para fiel execução das leis;

VIII - expedir decretos;

IX - decretar a desapropriação, por utilidade pública ou interesse social, nos termos da legislação federal pertinente e do inc.IV do art.7.º desta Lei Orgânica, de bens e serviços, bem como promovê-la, e instituir servidões administrativas;

X - permitir ou autorizar o uso, por terceiros, de bens municipais;

XI - conceder, permitir ou autorizar a execução, por terceiros, de obras e serviços públicos, observadas a legislação federal e a estadual sobre licitações;

XII - autorizar a aquisição ou compra de quaisquer bens, pela Municipalidade, observadas, também, a legislação federal e a estadual sobre licitações;

XIII - fazer publicar os atos oficiais;

XIV - dispor sobre os serviços e obras da administração pública;

XV - prover, na forma da lei, as fun-

ções e cargos públicos, e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores, exceto os da Secretaria da Câmara;

XVI - Contrair empréstimos, mediante prévia autorização da Câmara;

XVII - submeter à manifestação da Assembleia Legislativa do Estado as autorizações da Câmara para o Município realizar operações ou acordos e contrair empréstimos externos, solicitando-lhe que após manifestar-se a respeito, remeta as respectivas propostas à autorização do Senado Federal;

XVIII - Fixar, por decreto, as tarifas ou preços públicos municipais, observado o disposto no parágrafo único do art.52;

XIX - administrar os bens e as rendas públicas municipais, promovendo o lançamento, a fiscalização e a arrecadação dos tributos, bem como das tarifas ou preços públicos municipais;

XX - autorizar as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XXI - colocar à disposição da Câmara, dentro de quinze (15) dias da promulgação da lei autoritória de abertura, em seu favor, de créditos suplementares ou especiais, e, até o último dia de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo (1/12) de sua dotação orçamentária;

XXII - aplicar multas e penalidades quando previstas em leis, regulamentos e contratos como de sua exclusiva competência, e relevá-las na forma e nos casos estabelecidos nesses provimentos;

XXIII - resolver sobre requerimentos, reclamações, representações e recursos que lhe forem dirigidos, nos termos de lei ou regulamento;

XXIV - oficializar as vias e logradouros públicos, obedecida a legislação que as denominou, bem como as normas legais pertinentes;

XXV - aprovar projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento, desmembramento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXVI - solicitar o auxílio da Polícia do Estado, para garantir o cumprimento de seus atos;

XXVII - fazer publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

XXVIII - apresentar à Câmara, observado o disposto no artigo 19, e remeter ao Tribunal de Contas do Estado, até trinta e um (31) de março de cada ano, a prestação de contas relativa à gestão financeira municipal do exercício imediatamente anterior, acompanhada de relatório circunstanciado das atividades e dos serviços municipais, sugerindo à Câmara as providências que entender necessárias;

XXIX - prestar à Câmara, por ofício,

(\*) V. Justificativas - 22.

(\*\*) V. Justificativas - 18.



dentro de trinta (30) dias, prorrogáveis a seu pedido, as informações solicitadas pela mesma e referentes aos negócios do Município, sem prejuízo de fazê-lo na forma do artigo 19;

XXX - comparecer espontaneamente à Câmara, para expor ou solicitar-lhe providências de competência do Legislativo, sobre assuntos de interesse público, observado o disposto no artigo 19;

XXXI - convocar extraordinariamente a Câmara, quando o interesse da administração o exigir.

Parágrafo único - O Prefeito, dentro dos limites por ele estabelecidos no decreto para que tal expedir, poderá outorgar ou delegar, a seus auxiliares, as atribuições constantes dos incisos XIII, XV, XIX e XX deste artigo, e outras funções administrativas que não sejam de sua exclusiva competência.

## CAPÍTULO II

Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Art.79 - São auxiliares diretos do Prefeito:

- I - os Secretários Municipais; (\*) e
- II - os Subprefeitos.

Art.80 - Os Secretários Municipais, de livre nomeação e exoneração do Prefeito, serão providos nos correspondentes cargos em comissão criados por lei, a qual fixará o respectivo padrão de vencimentos, bem como seus deveres, competência e atribuições, estabelecendo-se, desde logo, as seguintes, dentre outras:

I - orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos e entidades da administração municipal, na área de sua competência;

II referendar os atos e decretos do Prefeito, e expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos relativos aos assuntos de suas Secretarias ou órgãos equivalentes;

III - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhes forem delegadas pelo Prefeito;

IV - apresentar ao Prefeito, até (1.º) de março de cada ano, relatório anual dos serviços realizados no exercício anterior por suas Secretarias ou órgãos equivalentes;

V - comparecer à Câmara Municipal, quando por esta convocado na forma e nos casos estabelecidos nesta Lei Orgânica;

Art.81 - Os Subprefeitos, em número não superior a um (1) por distrito, são delegados de confiança do Prefeito, por este livremente nomeados e exonerados.

Parágrafo único - À exceção da sede do Município, todos os seus distritos poderão ter Subprefeitos.

(\*) V. Justificativas - 9.

Art.82 - Compete aos Subprefeitos, nos limites do distrito correspondente:

I - executar e fazer cumprir as leis regulamentos vigentes, bem como, de acordo com as instruções recebidas do Prefeito, os demais atos por este expedidos.

II- fiscalizar os serviços distritais;

III- atender as reclamações dos munícipes, e encaminhá-las ao Prefeito quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições, comunicando aos interessados a decisão proferida;

IV- solicitar ao Prefeito as providências necessárias ao distrito;

V- prestar contas ao Prefeito, mensalmente, ou quando lhe forem solicitadas.

Art.83 - As funções de Subprefeito são exercidas gratuitamente, podendo, porém, ser remuneradas nos termos da lei criadora dos respectivos cargos em comissão.

Art.84- Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens, na forma estabelecida no art.69, no ato da posse e no do afastamento definitivo do respectivo cargo ou função.

## TÍTULO V

### DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### CAPÍTULO I

Dos Servidores Municipais

Art.85 - Servidores públicos municipais são todos quantos percebam pelos cofres do Município, reservando-se a denominação de funcionário para os que sejam ocupantes de cargos criados em lei e na forma por esta estabelecida.

Art.86 - O Município estabelecerá em lei estatutária o regime jurídico de seus servidores, respeitados os princípios fixados na Constituição Federal e nesta lei Orgânica.

Art.87 - Os cargos públicos terão, pela lei que os criar, fixados sua denominação, padrão de vencimentos, condições de provimento e atribuições.

Art.88 - A criação e extinção dos cargos da Secretaria da Câmara, bem como a fixação e alteração de seus vencimentos, dependerão do projeto de lei da exclusiva iniciativa do Legislativo Municipal, que uma vez aprovado irá a sanção do Prefeito, observadas as normas do processo legislativo e especialmente o disposto no art.41 e seu parágrafo único desta Lei Orgânica.

Parágrafo único - Aplica-se, no que couber, aos funcionários da Câmara Municipal, o sistema de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do Poder Executivo.

Art.89 - O servidor municipal será responsável civil, criminal e administrati-

vamente pelos atos que praticar no exercício do cargo ou função, ou a pretexto de exercê-los.

Parágrafo Único- Caberá ao Prefeito e ao Presidente da Câmara decretar a prisão administrativa dos servidores que lhes sejam subordinados, quando omissos ou remissos na prestação de contas de dinheiros públicos, sujeitos à sua guarda.

Art.90 - O Município responderá pelos danos que seus servidores, no exercício de suas funções, venham a causar a terceiros.

Parágrafo Único- Caberá ao Município ação regressiva contra o servidor responsável, em caso de culpa ou dolo.

Art.91 - O servidor da administração direta ou indireta do Município, eleito Prefeito, deverá, para o exercício do respectivo mandato, afastar-se do seu cargo, emprego ou função, por cujos vencimentos ou salários poderá, porém, optar em detrimento do subsídio de Prefeito, sem prejuízo, em qualquer hipótese, da percepção da verba de representação que lhe for atribuída.

Art.92 - O servidor da administração direta ou indireta do Município, eleito Vice-Prefeito, somente afastar-se-á do seu cargo, função ou emprego ao substituir o Prefeito, quando lhe serão assegurados os mesmos direitos conferidos a este pelo artigo anterior.

Art.93 - Investidos em mandato de Vereador, e havendo compatibilidade de horários, o funcionário efetivo, o servidor estável e o que exercer ou aceitar, por aprovação em concurso público, emprego ou função, no âmbito da administração direta ou indireta do Município, exercerão tanto a vereança como o respectivo cargo, função ou emprego, percebendo, cumulativamente, os respectivos vencimentos ou salários e a remuneração da vereança.

Parágrafo Único- Não havendo compatibilidade de horários, o Vereador, que for servidor do Município nos termos deste artigo, afastar-se-á do seu cargo, função ou emprego. (\*)

Art.94 - Ao servidor da administração direta e indireta do Município, afastado do respectivo cargo, função ou emprego para exercer qualquer mandato eletivo, contar-se-á o tempo deste como de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Art.95 - O Município poderá estabelecer, por lei ou convênio, o regime previdenciário de seus servidores não sujeitos à legislação trabalhista.

Parágrafo Único - No caso de o regime previdenciário do Município ser estabele-

cido por convênio, a respectiva contribuição, por desconto compulsório nos vencimentos dos servidores sujeitos ao mesmo, será autorizada por Lei.

Art.96 - O disposto neste Capítulo aplica-se aos servidores do Executivo e do Legislativo do Município.

## CAPÍTULO II

### Dos Atos Municipais

#### SESSÃO I

##### Da Forma

Art.97 - Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com a observância das seguintes normas:

I - decretos, numerados em ordem cronológica, especialmente nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) instituição, modificação e extinção de atribuições não privativas de lei;
- c) provimento e vacância dos cargos de Auxiliares Diretos do Prefeito;
- d) abertura de créditos extraordinários e, até o limite autorizado por lei, de créditos suplementares e especiais;
- e) declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social, para efeito de desapropriação ou de servidão administrativa, observada a ressalva do inc.IV do art.7.º desta Lei Orgânica;
- f) aprovação de regulamento ou de regimento;
- g) permissão de serviços públicos e de uso de bens municipais por terceiros, bem como a respectiva revogação, inclusive dos contratos de concessão dos referidos serviços;
- h) medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e dos planos urbanísticos do Município;
- i) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos munícipes e servidores municipais do Executivo, não privativos de lei;
- j) normas não privativas de lei;
- l) fixação e alteração das tarifas ou preços públicos municipais, observado o disposto no art.52 e seu parágrafo único desta Lei Orgânica;

II- portarias, nos seguintes dentre outros casos:

- a) provimento e vacância dos cargos públicos, ressalvada a hipótese da letra "c" do inciso I;
- b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) autorização para contrato e dispensa de servidores sob o regime da legislação trabalhista;

(\*) V.Justificativas- 23.

d) abertura de sindicâncias e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais relativos a servidores;

e) autorização de uso, por terceiros, de bens municipais;

f) outros casos determinados em lei ou decreto;

III- ordens de serviço, nos casos de determinações com efeitos exclusivamente internos.

Parágrafo Único- Além das atribuições ressalvadas no parágrafo único do art.78 desta Lei Orgânica, também as constantes dos incisos II e III deste artigo podem ser delegadas pelo Prefeito, mediante decreto.

Art.98 - Ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício de sua competência administrativa, cabe expedir os atos a que se referem os incisos II e III do artigo anterior, nos casos previstos nos mesmos.

## SEÇÃO II

### Da Publicação

Art.99- A publicação das leis e dos atos administrativos far-se-á sempre por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara, conforme o caso.

§ 1.º - Os atos de efeitos externos e os internos são de caráter geral só terão eficácia após a sua publicação, sendo que os primeiros também pela imprensa quando houver.

§ 2.º - A eventual publicação dos atos não normativos pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 3.º - A escolha do órgão de imprensa para divulgação das leis e atos municipais deverá ser efetuada por licitação, em que se levarão em conta, além das normas estabelecidas, na legislação federal e estadual pertinentes, as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

## SEÇÃO III

### Do Registro

Art.100- O Município terá os livros que forem necessários aos seus serviços e obrigatoriamente, os de:

I- termos de compromisso e posse;

II- declarações de bens;

III- atas das sessões da Câmara;

IV- registros de leis, decretos, decretos-legislativos, resoluções, regulamentos, instruções, portarias e ordens de serviço;

V- cópia de correspondência oficial;

VI- protocolo, índice de papéis e livros arquivados;

VII- registro cadastral de habilitação

de firmas para licitações por tomada de preços;

IX- contratos de servidores;

X- contratos em geral;

XI- contabilidade e finanças;

XII- permissões e autorizações de serviços públicos e uso de bens imóveis municipais por terceiros;

XIII- tombamento de bens imóveis do Município;

XIV- cadastro dos bens imóveis e semoventes municipais;

XV- registro de termos de doação nos loteamentos aprovados;

§ 1.º - Os livros serão abertos e encerrados e terão suas folhas rubricadas pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário regularmente designado para tal fim.

§ 2.º - Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos, conforme o caso, por outro sistema, inclusive por fichas e arquivo de cópia, devidamente numeradas e autenticadas.

## SEÇÃO IV

### Das Certidões

Art.101 - A Prefeitura e a Câmara, ressalvados os casos em que o interesse público devidamente justificado impuser sigilo, são obrigadas a fornecer no prazo máximo de dez (10) dias, a qualquer interessado, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade de autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais, se outro não for o fixado em lei ou pelo juiz.

Parágrafo Único- A certidão relativa ao exercício do cargo de Prefeito será fornecida por Secretário da Prefeitura.

## CAPÍTULO III

### Dos Bens Municipais

Art.102 - São bens municipais todos os imóveis, móveis e semoventes, bem como os direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Art.103 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art.104 - Todos os bens imóveis municipais deverão ser tombados, e os semoventes e móveis cadastrados, sendo que os móveis serão também numerados, segundo o estabelecido em regulamento.

Art.105- A aquisição de bens pelo Município será realizada mediante prévia li-

citação, nos termos da legislação federal e da estadual pertinentes.

Art.106 - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação, autorização legislativa e licitação, sendo esta realizada nos termos estabelecidos na legislação federal e na estadual.

§ 1.º - Será dispensada a licitação a que se refere o artigo, nos seguintes casos:

I- nas doações, observadas as seguintes normas:

a) quando de imóveis, deverá constar obrigatoriamente de contrato, se for o caso, os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocesso, sob pena de nulidade do ato;

b) quando de móveis, somente será permitida se for destinada a fins de interesse social;

II- nas permutas;

III- na venda de ações, que será admitida exclusivamente em Bolsa.

§ 2.º - Preferentemente à venda, à doação e ao aforamento de seus bens imóveis, o Município outorgará concessão de direito real de uso dos mesmos, observado o disposto no "caput" deste artigo. A licitação por este exigida poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar a concessionário de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 3.º - Independente de autorização legislativa, o Executivo pode alienar os bens móveis do Município considerados, por Comissão Especial nomeada pelo Prefeito, obsoletos ou de uso antieconômico para o serviço público, sendo porém, indispensável a sua licitação que se fará por leilão precedido de edital publicado com o prazo de quinze (15) dias, e no qual constará a relação dos bens leiloados, com o respectivo valor mínimo para a sua arrematação, arbitrado pela referida Comissão.

Art.107 - O uso, por terceiros, de bens municipais, poderá ser efetuado mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público exigir.

§ 1.º - A concessão administrativa dos bens públicos municipais de uso especial e dominicais dependerá de autorização legislativa e licitação, e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato. A lei, inclusive a que autorizar a concessão, poderá dispensar a licitação, quando o uso se destinar a concessionário de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 2.º - A concessão administrativa dos bens públicos municipais de uso comum somente poderá ser outorgada para finalida-

des escolares, de assistência social ou turísticas, mediante autorização legislativa.

§ 3.º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, mediante decreto.

§ 4.º - A autorização, que também poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita mediante portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de sessenta (60) dias.

Art.108 - Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos normais do Município, e o interessado recolha previamente a quantia arbitrada, correspondente ao uso da maquinaria e à remuneração de seus operadores, bem como assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens que lhe forem cedidos.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Obras e Serviços Municipais

Art.109- A execução das obras públicas municipais deverá ser sempre precedida de projeto elaborado segundo as normas técnicas adequadas.

Parágrafo Único- As obras públicas poderão ser executadas diretamente pela Prefeitura, por suas autarquias e entidades paraestatais, e, indiretamente, por terceiros, mediante licitação, nos termos da legislação federal e da estadual pertinentes.

Art.110- As concessões, a terceiros, de execução de serviços públicos serão feitas mediante contrato, após prévia licitação, observadas as normas pertinentes estabelecidas na legislação federal e na estadual.

Art.111- As permissões, a terceiros para execução de serviços públicos serão sempre outorgadas a título precário, mediante decreto.

Art.112- Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões realizadas em desacordo com o estabelecido nos dois artigos antecedentes.

§ 1.º - Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que os executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários, observada, quanto aos primeiros, a legislação federal a respeito, nos termos do art.167 da Constituição Federal. (\*)

§ 2.º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços concedidos ou permitidos, desde que executados em des-

---

(\*) V. Justificativas- 6

conformidade, respectivamente, com o contrato ou o ato permissivo, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 3º.- A publicidade exigida pela legislação federal, no caso de a licitação para as concessões de serviços públicos, se por concorrência, deverá ser ampla, inclusive em jornais da Capital do Estado, nos termos da legislação pertinente.

## CAPÍTULO V

### Das Normas do Planejamento Municipal

Art.113- O Município deverá organizar a sua administração e exercer suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo às peculiaridades e aos princípios técnicos convenientes ao desenvolvimento integrado da comunidade.

Parágrafo Único - Considera-se processo de planejamento a definição de objetivos determinados em função da realidade local, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e avaliação dos resultados obtidos.

Art.114- O Município iniciará o seu processo de planejamento, elaborando o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, no qual constarão, em conjunto, os aspectos físicos, econômicos, sociais e administrativos, nos seguintes termos:

I- físico-territorial - com disposições sobre o sistema viário urbano e rural, o zoneamento urbano, o loteamento urbano ou para fins urbanos e, ainda, sobre as edificações e os serviços públicos locais;

II- econômico - com disposições sobre o desenvolvimento econômico do Município;

III- social- com normas destinadas à promoção social da comunidade local e ao bem-estar da população;

IV- administrativo -- com normas de organização institucional que possibilitem a permanente planificação das atividades municipais, e sua integração nos planos estadual e nacional.

Parágrafo Único - O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado deverá ser adequado às exigências administrativas do Município e as seus recursos financeiros.

Art.115 - O Município estabelecerá, em lei, o seu zoneamento urbano, bem como as normas para edificações e loteamento urbano ou para fins de urbanização, atendidas as peculiaridades locais e a legislação federal pertinente.

## TÍTULO VI

### Disposições Gerais e Finais

Art.116 - Deverão os Poderes do Município:

I- auscultar permanentemente a opinião pública, de modo especial através dos con-

selhos comunitários e das associações de classe;

II- divulgar, com a devida antecedência, os anteprojetos de leis sobre codificações, bem como, sempre que o interesse público o aconselhar, os anteprojetos de outras leis, estudando as sugestões recebidas e, quando oportuno manifestar-se sobre as mesmas;

III- tomar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos.

IV- facilitar aos servidores municipais sua participação em cursos, seminários, congressos e conclaves semelhantes, que lhes propiciem aperfeiçoar seus conhecimentos, para melhor desempenho das respectivas funções.

Art.117 - O Município providenciará para que todos quantos exerçam cargos de direção, ou sejam responsáveis pela guarda e manipulação de dinheiros públicos, ou de bens pertencentes ao patrimônio municipal, apresentem, ao assumirem o cargo ou função, declaração de bens e valores.

Art.118 - É vedada qualquer atividade político-partidária, nas horas e locais de trabalho, a quantos prestem serviços ao Município.

Art.119 - Aos funcionários Municipais é vedada qualquer participação, direta ou indireta, no produto da receita do Município.

Art.120- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, aos..... de .....de 1984

(N.B.- Seguem as assinaturas com a indicação dos respectivos nomes, dos vereadores que aprovaram a Lei Orgânica).

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, Líder da Bancada do PMDB, nesta Casa, vem indicar os nomes dos Deputados Amélia Almeida Hruschka e Osvaldo Alencar Furtado para comporem a Comissão Especial, destinada a estudar os problemas do menor em nosso Estado, e propor soluções e providências para sua elucidação.

Sala das Sessões, em 19/11/84.

(a) NILSO SGUAREZI - Líder do PMDB.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 260/84, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 19/11/84.

(a) EDUARDO BAGGIO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma do Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 252/84, constante na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 19/11/84.

(a) ANIBAL KHURY.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, ouvido o Plenário da Casa, a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de amanhã, do Projeto de Lei n.º 222/84, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 175/84), que objetiva aplicar na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal os critérios estabelecidos pelo Art.77 da Lei 7.297 de 08.01.80, com redação dada pela Lei n.º 7.878 de 04.07.84 na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 19/11/84.

(a) ANIBAL HKURY.

## REQUERIMENTO

## SÚMULA:

REQUER dispensa de publicação da redação final, dos Projetos de Lei n.ºs 24/84, 106/84, 172/84, 193/84, 197/84, 200/84, 204/84, 205/84, 206/84, 209/84, 218/84, 227/84, 229/84, 249/84, 260/84, 266/84, 267/84.

Senhor Presidente.

Requeiro a DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL dos Projetos de Lei n.ºs

24/84- de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que estabelece critérios de semestralidade para reajuste das taxas referentes aos serviços públicos estaduais e dá outras providências.

106/84- de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que dispõe sobre participação discente nos Conselhos Universitários e nas Congregações das Universidades e Faculdades Estaduais, na forma que especifica.

172/84- de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública o "CLUBE DAS MÃES", com sede e foro no Município de Chopinzinho.

193/84- de autoria do Deputado ACIR MEZADRI, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO SANTO ANTONIO" com sede e foro na cidade de Campo Largo.

197/84- de autoria do Deputado MÁRCIO JOSÉ ALMEIDA, que declara de Utilidade Pública a "MITRA ARQUEDIOCESANA DE LONDRINA", com sede e foro na cidade de Londrina.

200/84- de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO PARANÁ", com sede e foro na cidade de Londrina.

204/84- de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS SURDOS E MUDOS", com sede e foro na cidade de Umuarama.

205/84- de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o PODER EXECUTIVO doar ao Banestado S/A., o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado entre as esquinas das ruas 7 de setembro e Barão do Rio Branco na cidade de Wenceslau Braz, com área de 300,00 m<sup>2</sup>, conforme transcrição n.º 9083, do livro 3-s, do registro de imóveis da Comarca de Wenceslau Braz, conforme especifica.

206/84- de autoria do Deputado JORGE MAIA FILHO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS - A.R.A.", com sede e foro na cidade de marilândia do Sul.

209/84- de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 166/84), que objetiva instituir para os cargos de que tratam o artigo 34, da Lei n.º 7424, de 17/12/80 e artigo 10, da Lei n.º 7517 de 05/11/81, (PROFESSORES REGIONALISTAS E PROFESSORES SEM HABILITAÇÃO) 11 (onze) referências, que especifica.

218/84- de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUÁ", com sede e foro no Município de Paranaguá.

227/84- de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que denomina ESCOLA PROFESSORA TEREZINHA GRESCZUCK LUPPI, a unidade Escolar construída no Jardim Santa Lúcia, 2ª parte, no Município de Paçandu.

229/84- de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 178/84), que objetiva criar nesta Governadoria, os



cargos isolados de provimento em Comissão que especifica, bem como alterar a simbologia de cargos já existentes e dá mesma natureza de provimentos.

249/84- de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que denomina "RODOVIA JÚLIO ZACARIAS", a rodovia PR-555, que interliga à BR-376 a PR-559, passando pelas sedes dos distritos de Barão de Lucena e Nova Bilac, conforme especifica.

260/84- de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que prorroga até dia 15/03/87, prazo previsto no artigo 137 da Lei n. 7051, de 04/12/78, que estipulou prazo de 06 (seis) anos para que os cargos de provimento em Comissão pudessem ser ocupados também por funcionários integrantes de classes AF-2 e 3, conforme especifica.

266/84- de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE COLABORADORES DO CENTRO DE REABILITAÇÃO "SIDNEY ANTONIO", com sede nesta Capital.

267/84- de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 207/84), que visa obter autorização para abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 1.915.418.000 (Hum bilhão, novecentos e quinze milhões e quatrocentos e dezoito mil cruzeiros), destinados a atender despesas com material de consumo, outros serviços e encargos do DETRAN no corrente exercício.

Sala das Sessões, em 19/11/84.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento de DENISE KLEINK DE PAULA, ocorrido nesta Capital em 07/11, próximo passado.

REQUER outrossim, que da decisão desta casa de Leis, seja dado conhecimento à Família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/11/84.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento de DANTE KLEINK DE PAULA, ocorrido nesta Capital em 07/11, próximo passado.

REQUER outrossim, que da decisão desta casa de Leis, seja dado conhecimento à Família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/11/84.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição na ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento prematuro da jovem VALÉRIA GIACOMO MENEGHEL, filha de Giacomo Gamaliel Meneghel e Maria Cecília Moretti Meneghel, vítima de trágico acidente automobilístico, ocorrido no dia 18 do corrente na BR 116, perto de Paranaguá.

A extinta contava com apenas 18 anos, era estudante da Faculdade Tuiuti, em nossa Capital, filha de tradicional família paranaense.

Seu corpo foi trasladado para a cidade de Cascavel, onde será sepultada.

REQUER ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/11/84.

(a) FUAD NACLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento da jovem VALÉRIA MENEGHEL, ocorrido no dia 18 de novembro de 1984.

REQUER ainda, que seja enviada cópia aos familiares na Rua Amazonas, 856 - CASCAVEL.

Sala das Sessões, em 19/11/84.

(a) EDGAR PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

Filha de tradicional família de Cascavel e do paranã, a jovem Valéria teve a vida ceifada em acidente automobilístico.

O trágico acontecimento enluta a todos nós que há longos anos privamos da amizade de seus pais Diâcomo e Cecília Meneghel, com os quais, neste momento de dor, choramos tão irreparável perda.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor LOURIVAL MALUCELLI GOBBO, conceituado empresário, tronco de tradicional família princesina, deixando viúva Senhora Augusta Ditzel Gobbo, filhos e netos, ocorrido na data de hoje em Ponta Grossa.

REQUER, outrossim, que do pronuncia-

mento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/11/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ANADIR EDUARDO FILA, ocorrido dia 8 do corrente, nesta Capital.

Outrossim, aprovado o presente, Requer seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Senhor Francisco Fila, à Rua José Alcides Lima, 9 -Capão Raso.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) ACIR MEZZADRI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos realizados na tarde de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Fernandes Zavatin, ocorrido no último dia dez, na Municipalidade de Araruna.

Nascida no ano de 1919, dia 23 do mês de agosto, na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo, a Senhora Maria Fernandes Zavatin, veio, depois de algum tempo, fixar residência neste Estado, no Município de Araruna.

Em todo o tempo de sua existência, aquela Senhora, marcou o seu procedimento no seio da sociedade araruense, como uma mulher dedicada as causas religiosas possuindo uma grandiosa fé, sendo que, como cristã, sempre se fez presente nos acontecimentos de caráter religioso. Sua participação nos demais envolvimento sociais sempre foi de indispensável importância.

O pensamento popular, de que por traz de todo homem existe sempre uma grande mulher, se enquadra perfeitamente como fato verdadeiro, no caso do casal Zavatin. Pois, o Senhor Luiz Zavatin, já foi Prefeito Municipal de Araruna, sendo que em sua gestão, aliás marcada com muita dedicação aos seus concidadãos, pode contar com o apoio integral e incansável de sua esposa. A Senhora Maria vivenciava o trabalho daquele honrado homem público, e sem dúvida nenhuma, que em muito contribuiu à luz de sua inteligência, como mulher, na solução dos problemas que comumente atingiram a população.

O desaparecimento da Senhora Maria Fernandes Zavatin, enlutou a população araruense, já que ela juntamente com seu marido, residiam há mais de duas décadas e neste feliz matrimônio, nasceram cinco fi-

lhos, Lurdes Z. Canecoli, Wachiton Luiz Zavatin, Maria Conceição Zavatin Doralho, José Antonio Zavatin e Carlos Augusto Zavatin.

Não poderia, portanto, deixar de registrar, nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o falecimento da Senhora Maria Fernandes Zavatin, restando, não somente aos seus filhos, esposos e demais familiares, mas ao vasto círculo de amigos moradores de Araruna, os inúmeros exemplos de sua vida, sempre voltada pelo bem comum, a quem o desenvolvimento daquele progressista Município reserva-lhe, agora, a sua gratidão.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa, referente a Sessão desta tarde, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido recentemente da Senhora Norma Deitos, na Municipalidade de Campo Mourão.

O desenvolvimento atualmente vivenciado no Município de Campo Mourão, só foi possível graças à ação empreendedora dos seus primeiros moradores, que há muitos anos atrás, acreditaram no que podia extrair do alto teor fértil do solo: toda a riqueza dos seus cultivos então plantados.

Muitas são as famílias que tem, merecidamente, na história de Campo Mourão, o amplo relato do que foram capazes de fazer para o engrandecimento desta jovem, (porém de grande expressão) cidade, cujas lições do seu passado heróico não serão por certo esquecidas.

Dentre as pessoas que em Campo Mourão se estabeleceram, estão os Deitos, o Senhor Sabino e a Senhora Norma Deitos. O referido casal, juntamente com os seus filhos, ao chegar naquela cidade, notabilizou-se pelo seu trabalho incansável, e acima de tudo, honesto e honrado, contribuindo desta forma, decisivamente nas mais importantes e imprescindíveis fases que marcaram o processo desenvolvimentista mourãoense.

Não poderia, portanto, deixar de Requerer a consignação na ata dos trabalhos da sessão realizada na tarde de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Norma Deitos, aos 73 anos de idade. Pois o seu desaparecimento entristeceu e enlutou toda a comunidade de Campo Mourão, que ao longo de sua existência (notadamente naquele Município), pôde testemunhar seu dinamismo, sua dedicação ao lar, aos filhos, ao esposo, aos netos e bisnetos, aos parentes e ao seu vasto círculo de amigos;

sua indispensável participação nas movimentações de caráter religioso e filantrópico, principalmente.

Resta agora, diante do desaparecimento da estimada Senhora Norma, assimilar suas inúmeras lições de vida, cujos ensinamentos por certo que continuarão a representar muito para Campo Mourão, não somente seu esposo, Sabino nem apenas para seus filhos, Darcy, Rute, Beatriz, Elôito, Nelson Anita e Honório, mas ao laborioso povo mourãoense.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, de um VOTO DE CONGRATULAÇÃO para o Município de Ivaiporã, pelo transcurso do seu 22.º Aniversário, em 19 de novembro de 1984.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Ilustríssimos Senhores: FLÁVIO PEREIRA TEIXEIRA, Digníssimo Prefeito Municipal de Ivaiporã e FLÁVIO MARTINS PROENÇA, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão plenária realizada nesta tarde, votos de congratulações à Rádio Londrina pela comemoração, no último dia 15, do 41.º aniversário de sua fundação, na Municipalidade de Londrina, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Pedro Dal Col Neto, Digníssimo Diretor daquela Emissora.

É inegável que o desenvolvimento da cidade de Londrina sempre esteve intimamente ligado à própria existência da Rádio Londrina. A presença desta conceituada emissora de rádio-difusão, ao longo de toda a sua atuação, sempre foi marcada por posturas em defesa dos verdadeiros e legítimos interesses do povo daquela rica e imensa região.

Não poderia, portanto, deixar de Requerer o registro nos Anais desta Assembleia Legislativa, de votos de congratulações àquela Rádio Londrina, por uma questão de justiça, e de certa forma procurar reconhecer sua importância cada vez maior no processo desenvolvimentista de Londrina, especialmente no que diz respeito ao setor de comunicação.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, pedindo seja procedida sindicância visando apurar sérias denúncias formuladas pelo combativo e respeitado jornalista Verdelírio Barbosa, na edição de "O Jornal de Maringá", do dia 18.11.84, domingo, constando na página 16, anexa, versando sobre abusos envolvendo a Polícia Militar do Paraná, ligada ao 4.º Batalhão sediado em Maringá, através da Secretaria de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um VOTO DE CONGRATULAÇÃO ao Município de CASCAVEL, pelo transcurso do seu 33.º Aniversário, em 14 de novembro de 1984.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor FIDELCINO TOLENTINO, Digníssimo Prefeito Municipal de Cascavel.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um VOTO DE CONGRATULAÇÃO ao Município de Bandeirantes pelo transcurso do seu CINQUENTENÁRIO, em 14 de novembro de 1984.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Senhores: JOÃO DO CARMO SANTIAGO, Digníssimo Prefeito Municipal e ALÉCIO ZAMBONI NETTO, M.D. Presidente da Câmara Municipal de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de congratulações ao povo do Município de Santo Antonio do Sudoeste, pelas comemorações do 33.º aniversário de emancipação política.

Requer, ainda, seja encaminhada cópia do presente expediente ao Prefeito Municipal, Ernani Antonio Hartmann, e aos Vereadores de Santo Antonio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O município de Santo Antonio do Sudoeste inicia hoje as festividades que se estenderão até o dia 18 de novembro em comemoração ao 33.º aniversário de sua emancipação política.

Nada mais justo do que homenagear a população de Santo Antonio do Sudoeste, que pelo seu pioneirismo e capacidade de trabalho, transformou aquele município em pólo econômico e social do Oeste Paranaense e que, de maneira pujante, vem contribuindo para o fortalecimento econômico do Estado e arrecadando divisas para o País com sua expressiva produção agrícola.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de congratulações ao povo do Município de Guaraniaçu, pelas comemorações do 34.º aniversário de emancipação política.

Requer, ainda, seja encaminhada cópia do presente expediente ao Prefeito Municipal, Blamir Bortoli e aos vereadores de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Guaraniaçu inicia hoje as festividades em comemoração ao 34.º aniversário de sua emancipação política.

Nada mais justo do que homenagear a população de Guaraniaçu, que pelo seu pioneirismo e capacidade de trabalho, transformou aquele município em pólo econômico e social do oeste Paranaense e que, de maneira pujante, vem contribuindo para o fortalecimento econômico do Estado e arrecadando divisas para o País com sua expressiva produção agrícola.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso do 1.º aniversário da Revista PARANÁ SOCIAL. Fundada pelos repórteres-fotográficos Jurandir Fernandes Nery (já falecido) e Mário Fernandes Nery, a Revista PARANÁ SOCIAL conquistou, desde o seu primeiro número, um grande público leitor, pelo trabalho sério que desenvolve, divulgando os acontecimentos sociais e os clubes de todo o Estado e incentivando também o esporte amador no Paraná.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja cientificada a direção da Revista.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado um voto de regozijo pela passagem do 50.º aniversário de vida religiosa do arcebispo DOM ARMANDO CIRIO.

Requer, ainda, que seja enviada cópia à Curia Diocesana na Rua Maranhão, 1383 - em Cascavel.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

Vindo da Itália, Dom Armando marcou época em Cascavel, transmitindo os ensinamentos de Deus ao povo cascavelense.

Nascido em Calamandrana, em 30 de abril de 1916, Dom Armando fez seus primeiros votos religiosos em 1934, no Noviciado dos Padres Oblatos de São José. Em 21 de janeiro de 1947, chegou ao Brasil, indo para a Diocese de Botucatu, em São Paulo.

No ano seguinte veio para o Paraná, assumindo a Paróquia de Apucarana, e lá permanecendo até 1960, quando foi eleito bispo de Toledo. Em 1978, foi nomeado primeiro bispo de Cascavel e posteriormente promovido a categoria de Arcebispo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado um voto de regozijo pela passagem do 50.º aniversário de vida religiosa do PADRE LUIZ LUIZE.

Requer, ainda, que seja enviada cópia à Paróquia de São Paulo - na Rua General Osório, s/n. - em Cascavel.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

Vindo da Itália, o Padre Luiz Luíze marcou época em Cascavel, transmitindo os ensinamentos de Deus ao povo cascavelense.

Nascido em Martellago, em dois de maio de 1913, o Padre Luiz Luíze começou seus estudos na cidade natal e posteriormente foi estudar em Turin, onde cursou teologia. Em 1940 entrou para o Exército italiano como capelão militar e em dezembro de 1946 desembarcou no Rio. Após trabalhar em Erechim - RS, e outras cidades, em 1952 chegou a Cascavel.

Foi pároco em Cascavel, Cafelândia e da Paróquia São Paulo, onde exerce seu sacerdócio atualmente.

O desenvolvimento do Oeste paranaense muito deve ao Padre Luiz Luíze que consagrou parte de sua vida ao progresso das nossas comunidades.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após submetido ao Plenário o envio de Ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura do Estado, no seguinte teor:

1.- Se foi efetuada a venda pela CAFE do Paraná de 20 (vinte mil) sacas de sementes de feijão, no período compreendido entre os meses de abril a junho de 1983.

2.- Se, na venda foi executada a uma ou mais firmas.

3.- Qual ou quais as firmas compradoras.

4.- Se houve concorrência pública para essa operação.

5.- Qual o preço por saca.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) WERNER WANDERER.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e do Comércio Doutor Murilo Badaró, reivindicando para que seja instalado em Londrina, um "PORTO SECO" e dada autorização a CACEX para a emissão de GUIA DE EXPORTAÇÃO DO CAFÉ.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### JUSTIFICATIVA:

##### CONSIDERANDO:

a) que a Associação Comercial de Londrina, interpretando o anseio de toda comunidade paranaense, embora a reivindicação do empresário local seja bem antiga, talvez anterior a dos varginenses, vez que Londrina nasceu sob a égide do café, e, por isso, sempre foi conhecida como a Capital Mundial do Café, título a ela conferido por todos os visitantes;

b) que, Londrina comemora 50.º aniversário de sua emancipação política, com toda a sua pujança de Capital do Norte do Estado, segunda maior cidade do Paraná e seu principal centro político, terceira cidade do sul do País;

c) que, o Município dispõe de Agência Regional do IBC, Centro do Comércio do Café, cooperativas poderosas (como Valcoop, Cotia, Cocap, Sul Brasil, etc), e que conta com empresas do porte de uma Cia. Cacique de Café Solúvel, Cia Iguazu de Café de Cornélio Procópio, Marcelino Martins entre

outras, constituindo no polo absoluto de comercialização de café do Estado.

d) que, a cidade de Londrina, ainda, hospeda as principais empresas exportadoras do País;

e) que, o Superintendente do Porto de Paranaguá, Doutor OLIVIO ZANELLA, manifestou interesse e demonstrou ser viável a instalação de um "PORTO SECO" na cidade de Londrina, proposta apoiada pelo Agente local do IBC, Doutor Luiz Carlos Swarça;

f) que, a CACEX do Banco do Brasil igualmente confirma o seu apreço pela proposta, lembrando que conta com pessoal altamente qualificado e com plenas condições de prestar aos exportadores de café, os serviços relativos às emissões de GUIAS DE EXPORTAÇÕES para o produto e as respectivas contração de câmbio;

g) que, o Ministro da Indústria e Comércio teve atuação impar na contemplação de um "PORTO SECO", no município de Varginha, Estado de Minas Gerais, e que conseguiu também autorização para que a CACEX local emitir GUIAS DE EXPORTAÇÃO.

Diante do exposto, é que toda a comunidade paranaense apela ao espírito público do Senhor Ministro para que Londrina conquiste o seu "PORTO SECO", e a consequente autorização do IBC para a emissão da "DECLARAÇÃO DE VENDA", documento necessário para a CACEX local possa emitir as "GUIAS DE EXPORTAÇÕES".

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a realização de estudos no sentido de avaliar as reais possibilidades da implantação de uma escola de ensino de 1.º grau, no bairro Lageado, na Municipalidade de Mamborê.

Fora de qualquer dúvida que tal reivindicação é perfeitamente justa, tendo em vista que naquele bairro do Lageado concentra-se um expressivo contingente populacional, onde a maioria deste, é da classe trabalhadora, e que hoje está a reivindicar a implantação do ensino de 1.º Grau.

Diante da necessidade de oferecer melhores condições de ensino em Lageado, a Câmara Municipal de Mamborê, aprovou, por unanimidade, requerimento de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Vereador Hilário Schroeder, no sentido de que essa Secretaria de Estado da Educação, realize estudos visando a criação e instalação de uma escola a nível de 1.º Grau.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário de Estado da Educação e Administração, solicitando estudos para regularizar a situação de Professores com Habilitação Legal que ministram aulas no Instituto Politécnico Estadual.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Assim que foi criado, o Instituto Politécnico Estadual permitiu a designação, em seu corpo docente de possuidores de diplomas de Cursos Superiores, para ministrar aulas em áreas específicas e correlatas.

As Leis Estaduais de n.ºs 328/48, 340/50, 396/50 e 1754/54 regulamentaram a forma de designação, a qual foi obedecida durante uma década.

Posteriormente, a Lei 1754/54 foi revogada e os Professores Suplementaristas que possuíam registro no MEC passaram a integrar o Quadro Próprio do Magistério, enquanto que os professores com Habilitação legal permaneceram no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, o que gerou uma desigualdade de tratamento que lhes era assegurada pela legislação vigente até então.

Hoje, a situação dos Professores Legalmente Habilitados que ministram aulas no Instituto Politécnico é crítica, pois apenas quatro deles permanecem em exercício, lecionando disciplinas profissionalizantes em áreas onde inexistem cursos de Filosofia que permitam licenciatura.

Desde a sua fundação, a maior parte dos Diretores desse Instituto surgiu dentre Professores com Habilitação Legal, na proporção de quatro para dois.

É justo, pois, que o assunto seja examinado pela Administração do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do DETRAN - Departamento de Trânsito do Paraná, objetivando a realização de estudos apropriados visando avaliar as reais possibilidades da criação e instalação de um núcleo de psicologia na Municipalidade de Ubatuba.

Nos dias de hoje, o trabalho de responsabilidade da 37.ª Ciretran- Circunscrição Regional de Trânsito, apresenta algumas deficiências, especialmente no que tange à realização de exames dos pretendentes à habilitação como motorista, pois os mesmos tem que se deslocar até a cidade de Campo Mourão, que está distante cerca de 90 quilômetros de Ubatuba.

Neste sentido, a reivindicação, ora exposta, representa, sem dúvida alguma, de grande interesse; atendendo deste modo, pedido da Câmara Municipal de Vereadores de Ubatuba, através do seu Presidente, Excelentíssimo Senhor José Vicente Pires, este sensibilizado com os reclamos do atual chefe daquele organismo de trânsito, o Advogado Doutor Carlos Alves.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Murilo Badaró, DD. Ministro da Indústria e do Comércio, solicitando que seja instalado em Londrina um Porto Seco e dada autorização à CACEX para emissão de guia de exportação de café.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

Em virtude da reivindicação já feita pela Associação Comercial e Industrial de Londrina ao Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, e argumentando que Londrina, com toda a sua pujança de Capital do Norte do Estado, segunda maior cidade do Paraná e seu principal Centro Político, terceira cidade do Sul do País, e que dispõe de Agência Regional do IBC, Centro do Comércio do Café, Cooperativas poderosas ( como VALCOOP, COTIA, COCAP, SUL-BRASIL), e que conta com empresas do porte de uma Cia Cacique de Café Solúvel, Marcelino Martins, entre outras, constituindo um polo absoluto da comercialização de café do Estado e hospedando ainda as principais empresas exportadoras do País.

Isto posto, torna-se viável a instalação de um Porto Seco em Londrina.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja constado nos Anais da Casa, o artigo: "MARINGÁ PEDE SOCORO/ SENHOR CORREGEDOR", de autoria do jornalista Antonio Messias Pimenta, constante da edição do último dia 18.11.84, domingo, de "O Diário do



Norte do Paraná", da cidade de Maringá.

Requeiro, ainda, seja comunicado tal ato ao ilustre Desembargador, Luiz Renato Pedroso e ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 319/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública a Agência Sucursal de Curitiba, da "Associação dos Previdenciários e Servidores Públicos- APRESUL", com sede e foro na cidade de Porto Alegre- Rio Grande do Sul.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) ERVIN BONKOSKI.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade, através de sua agência sucursal de Curitiba, preenche os requisitos essenciais previstos na legislação estadual que regula o instituto de utilidade pública, conforme a documentação que anexo apresentamos.

Nestas condições, estamos apresentando o presente plano de lei que, temos a certeza, receberá o total apoio dos nobres pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 320/84.  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º- Fica denominada RODOVIA BELIGNI E PANTANO o trecho da PR-539 entre Marilândia do Sul e Rio Bom.

Art.2.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.84.

(a) JORGE MAIA FILHO.

#### JUSTIFICATIVA.

Nossa intenção, com o Projeto de Lei em questão, é a de prestar uma singela, mas sincera homenagem a dois desbravadores daquela região do Norte de nosso Estado: ROMEU BELIGNI e JOSÉ RAIMUNDO PANTANO.

Nascido em Campestre, MG, a 18 de maio

de 1915, Romeu Beligni foi farmacêutico e bioquímico formado. Vereador por dois mandatos, foi eleito Prefeito Municipal em 1972, tendo exercido o seu mandato até o seu falecimento, em 26 de julho de 1974. Entre as suas obras, destaca-se o fato de ter levado telefone para o Município, expandiu a rede escolar em 150%, abriu 30 km de estrada rural, fez o calçamento das ruas da cidade, além de ter construído cerca de 18 pontes em todo o Município.

Nascido na cidade de Guaporé, RS, em 29 de agosto de 1901, e falecido em 02 de outubro de 1975, em Rio Bom-Pr, José Raimundo Pantano era católico e intensamente voltado para a atividade religiosa. Incentivou a construção da primeira Igreja Católica da cidade, sendo que em sua residência foi realizada a primeira missa, pelo Padre Francisco, pároco de Apucarana, Pr. Neste tempo houveram cerca de 33 batizados e 5 casamentos. Veio para Rio Bom em 1945, sendo um dos pioneiros, incentivando os filhos para o comércio. Seu filho mais velho, Guilherme Pantano, foi o primeiro Prefeito de Rio Bom; outro filho, foi Vereador por 16 anos e uma de suas filhas foi a primeira professora do Município.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"São a discussão e o debate, precipuamente, entre outras, as funções que deram origem historicamente ao Poder Legislativo, com a finalidade, sempre ressaltada em todas as Constituições vigentes ao mundo atual, de representar e externar a vontade dos povos. Os mandatos que nos foram consignados nas urnas, estão, deste modo, inegavelmente ungidos a compromissos que devem ser honrados, através do trabalho politicamente coerente com os programas partidários.

Engajados que estamos nesta cruzada nacional destinada a proporcionar ao povo brasileiro, e ao paranaense em especial, vimos observando algumas vezes com perplexidade, outras com sentida preocupação, as atitudes de determinados parlamentares, seja nesta Casa ou a nível Federal, os quais vêm marcando o período com cenas lamentáveis, esquecendo os compromissos maiores que os guindaram às posições que ocupam atualmente.

Por incrível que pareça, ante a gravidade do momento político, particularmente difícil, que a Nação atravessa, estes novos cruzados dos tempos modernos ao invés

de deterem sua atenção nos seus reais inimigos, que urge derrotar no primeiro embate, digladiam-se em lutas intestinas ou com pseudo inimigos, preparados às pressas, para desviar a atenção dos assuntos que convém realmente discutir.

Infelizmente, com tais atitudes, os inimigos da tão explorada democracia que lutamos por implantar, vem alcançando seus perversos objetivos, lançando a confusão e a desinteligência entre as hostes até então organizadas, sabedores que são, que, não podendo vencer nas urnas, talvez, o possam no grito ou através dos velhos, conhecidos e esconsos métodos.

A verdade é que temos que nos desapegar das pecunhas caseiras e bairristas, e, usando e abusando do denodo e espírito combativo que nos inflama, direcionar o nosso fogo para o debate dos problemas que, diante da aproximação da data marcará grandes definições, estão a nos preocupar.

Enquanto a população permanece em angustiante expectativa, os atos desta gigantesca encenação teatral vão desfilando diante dos olhos cenas típicas de um verdadeiro País das Arábias, com a corrupção desmedida correndo solta, enquanto os dois atores principais correm o País fazendo promessas de, se eleitos, impor austeridade e honestidade na administração

Promessas ao vento... O Paraná, que com tanto sacrifício de sua gente e se solo, seja através da contribuição agrícola que alimenta o País inteiro, seja através da inundação desnecessária do seu território que ilumina até o Paraguai, não teve até o momento a oportunidade de ver e dialogar longamente com as duas ilustres figuras que só deste Estado vão levar 42 votos, ao Colégio Eleitoral.

Com relação aos compromissos públicos assumidos pelo candidato do Governo, nada temos a esperar, pois, de um modo ou de outro não se concretizarão. O que nos deixa apreensivos é a pouca preocupação que o candidato Tancredo Neves tem demonstrado com as nossas potencialidades, não se interessando até a presente data em saber quais as reivindicações mais prementes dos paranaenses, que mais do que simples pedidos ou solicitações mais pródigas, tem o direito legítimo e indeclinável de vir a ocupar, na pessoa de qualquer dos muitos líderes políticos que aqui tiveram seu berço, posição de destaque no futuro Governo. Mais do que uma questão de capacidade, é uma questão de justiça; temos também os nossos interesses, que sistematicamente vêm sendo desrespeitados e suplantados, privando o povo e comprometendo o território e a arrecadação.

Chegou o momento de deixarmos de lado o acanhamento, e partirmos para o plano nacional, pleitear o quinhão que nos cabe

no momento da reorganização institucional do País. Temos ainda quase dois meses, tempo para exigir de Tancredo Neves uma visita ao Paraná com o propósito de firmar compromissos com a classe política, dando oportunidade para que o Estado evidencie a nível nacional os seus valores humanos, como forma de compensação pelos seguidos anos em que ficou no esquecimento e na subserviência."

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Tancredo França, inscrito. (Pausa) - Ausente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados. (Lê):

"propiciando pelo poder discricionário do Governador do Estado, Senhor José Richa, coonestado pelo comportamento análogo e reverente do Senhor Prefeito Municipal, Maurício Fruet.

Voltam, à vida dinâmica a cidade grande e todas as cidades do nosso Estado, após o longo marasmo de um fim de semana de 4 dias.

É que, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo das mudanças, que se instalou em nosso Estado a partir de março de 1983, vem, recentemente, impondo ao Paraná mais uma nefasta inovação: a semana de 3 dias de trabalho, ou, quando muito, de 4 dias de trabalho.

Num momento grave da vida nacional, particularmente da vida do Estado, quando se reclama a participação de todas as forças para vencer as dificuldades do presente, quando se estimulam todas as potencialidades voltadas para a produção e para o desenvolvimento, o Governador do nosso Estado não titubeia, do alto de seu generoso munus, defazer brotar uma seqüência danosa de pontos facultativos, seguramente prejudiciais à vida do comércio, da indústria e de todas as estruturas econômicas do nosso Estado.

Não é a primeira vez, em curto espaço de tempo, que sua Excelência decreta ponto facultativo para dias úteis que se situem, coincidentemente, entre o final de semana e feriado.

O Paraná, que detém, atualmente, o recorde de toda a sua história, com 160 mil funcionários públicos, vai se ressentir naturalmente toda vez em que um ponto facultativo vier criar a nova figura da semana de 3 dias. Com a agravante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de serem pontos facultativos sem nenhuma essência, sem nenhum fundamento histórico, sem nenhum fundamento político, social ou cultural.

É evidente, e quero deixar bem claro,

que minhas preocupações não se referem, precipuamente, ao fecundo e diligente trabalho da exemplar classe dos funcionários públicos paranaenses, aos seus méritos e ao reconhecimento que lhe devemos.

Não ignoro, também, que há decreto que oportuniza aos funcionários públicos compensarem o dia facultativo, mediante o acréscimo de meia hora diária de trabalho, desnecessário até, acredito eu, graças à permanente contribuição de sua valiosa atividade.

Quero referir-me, isto sim, aos sérios inconvenientes e aos flagrantes prejuízos que recaem, indubitavelmente, sobre o comércio, sobre a indústria, sobre a infra-estrutura de gastos, com esses malfadados fins de semanas de 4 dias.

São filas de caminhões parados defronte às Coletorias Estaduais, e não podem tirar uma guia para poder prosseguir sua viagem; são pessoas que interrompem viagens preciosas, porque o DETRAN está fechado, não é possível a licença, não é possível certificado de propriedade.

Sem contar a ausência dos serviços burocráticos do Estado, que deveriam estar à disposição da população, alguns, eventualmente inadiáveis, como esses que eu citei. Não é possível que se desestime o esforço de toda uma coletividade, dos seus negócios, da indústria, do comércio e da circulação de riquezas, bem como se institua uma odiosa discriminação contra os demais assalariados que se mantêm na sua atividade produtiva e não podem gozar do privilégio do "ponto facultativo".

Por essas razões, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e por não desejar ao Paraná o deplorável privilégio de ser o único Estado da Federação Brasileira vezeiro de tal prática, é que venho apelar à reflexão e ao bom senso de Vossas Excelências, ao mesmo tempo em que solicito seja encaminhada cópia de inteiro teor deste pronunciamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Edgard Pimentel, inscrito.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo esta tribuna, para destacar e aplaudir o jornal O PARANÁ, de Cascavel, que destaca, na edição de ontem, a celebração dos 50 anos de vida religiosa de duas figuras que emprestaram da sua vida, ao desenvolvimento não só de Cascavel, mas, da região Oeste do Paraná.

Acho, Senhor Presidente e Senhores De-

putados, que esta data não poderia passar despercebida neste Poder, que deve efetivar prestar homenagem às pessoas que consagram suas vidas a serviço das comunidades onde residem.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que eu destaco a homenagem que o jornal O PARANÁ dá, a Sua Excelência Reverendíssima D. Armando Círio, piedoso Arcebispo de Cascavel, que há mais de duas décadas vem contribuindo com a sua ação pastoral, e não só com a sua ação pastoral no desenvolvimento da fé, da relegião do nosso povo do Oeste do Paraná, D. Armando Círio escreveu uma das mais lindas páginas no desenvolvimento que se observa em todo o Oeste do Paraná!

De igual modo, nós saudamos e registramos, com prazer, as comemorações alusivas ao Cinquentenário de Vida Religiosa do Padre Luís Luisi, este Pastor que, ao longo de 22 anos sempre devotou a maior das suas atenções e o maior do seu carinho, a maior da sua contribuição, no desenvolvimento de Cascavel, porquanto, já foi homenageado pela Câmara de Vereadores de Cascavel, com o título de Cidadão Honorário, pelos relevantes serviços prestados à nossa comunidade; e o cooperativismo, tão forte e pujante em Cascavel e no Oeste, muito deve ao Padre Luís Luisi, porquanto, a Cooperativa CONSOLATA, de Cafelândia do Oeste, teve sua origem, nasceu sob a aspiração desse religioso. Por isto eu fiz questão, na tarde de hoje, de ocupar a tribuna e destacar a matéria trazida pelo jornal O PARANÁ, na edição de ontem, onde destaca, com muita propriedade, com muita justiça, a celebração dos 50 anos de vida religiosa do piedoso Arcebispo de Cascavel, D. Armando Círio, e do operoso vigário da Paróquia de São Paulo, Padre Luís Luisi! (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Concedo a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Aos meus ouvidos peemedebistas já habituados à pregação de nossas teses, entre as quais a da REFORMA AGRÁRIA, soaram estranhos os aplausos ao Senhor Jayme Canet, no exato instante em que proferia veemente condenação à nossa tese de REFORMA AGRÁRIA ante a multidão que foi homenageá-lo no dia 17 p.p. em Cambira. Com todo o respeito que tenho pelo ex-Governador, sou levado a crer que ele não se apercebeu do beabá do Partido, ao entrar no time que traz em sua bandeira estas 04 (quatro) letras: PMDB. E na condição de um dos governadores do Paraná, é inadmissível a continui-

dade neste estágio de desinformação. Aliás, em nome da febre pelo poder, até mesmo nossa cartilha de princípios mais sagrados e que foram por anos a fio o segredo de nossa força e crescente aceitação popular conta o gigantesco e tido como inabalável império do autoritarismo, hoje se encontra parcialmente desfigurada. Estamos sendo progressivamente uma densa colcha de retalhos a que vêm se agarrando espantosamente oportunistas de todos os matizes. Querem aproveitar a "força mágica" de nossas letras. São incapazes de avaliar que a nossa força de 20 (vinte) anos de resistência ao arbítrio não tem outra raiz que não a da luta coerente e identificada com os dramas de nossas maiorias oprimidas. Sem esta força de expressão de um povo e de espírito de liberdade, bem cedo haverão de estar mortas as letras PMDB. Nosso patrimônio maior é a coerência. Sem ela, o que responderíamos às multidões de oprimidos, se não conseguirem mais divisar em nossa têmpera a marca de suas esperanças e a síntese inteira de seu projeto de libertação?

A miragem do poder vem nos convertendo cada vez mais em PMDS. Estamos indo a reboque pelo atalho até o Palácio do Planalto. Só que se for sacrificada até mesmo a nossa razão interna de ser do PMDB, de que haverá de adiantar a conversão de um rótulo, se desvitaminado sob a asfixia de parasitas de ocasião?

Os aplausos à condenação de uma REFORMA AGRÁRIA dentro de um Partido que se chama PMDB são os aplausos aos comboios de paranaenses desalojados e que, na pele de novéis retirantes, vão deixando desiludidos esta terra que supunham ser a da promessa. Condenar a REFORMA AGRÁRIA é entoar um viva às 400.000 (quatrocentas mil) famílias de paranaenses que perambulam por nossas estradas, condenados à espécie de modernos escravos com o nome de bôias-frias. Banir a REFORMA AGRÁRIA dos princípios do PMDB é pactuar com a corrida do latifúndio que liquidou, nos últimos 10 (dez) anos, com nada menos que 150.000 (cento e cinquenta mil) pequenas propriedades no Paraná.

Latifúndio conjuga-se com monocultura ou improdutividade e desvitamina pela base as nossas cidades. Será que o Município de Paranapoema, cuja área quase por inteiro não passa de feudo de mais que meia dúzia de famílias, não diz nada ao menos em termos de símbolo de anemia imposta pelo voraz latifúndio?

PMDB sem propostas populares é sal sem força e apenas serve para ser jogado fora. PMDB paranaense, de verdade só haverá de sobreviver um: o que for capaz de assumir o desafio de um novo Paraná com profundas transformações sociais em sintonia com

nossa gente. É o que não desconhecer o calvário dos lavradores sem terra, dos desempregados sem rumo, dos demitidos da vida e de todos os bolsões humanos de miséria e humilhação."

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Volto ao assunto levantado pelo Deputado Sérgio Spada durante a sessão de terça-feira passada, dia 13 de novembro, que me parece de grande importância, nesse momento, para o Paraná: o controle total da CEASA pretendido pela COBAL. (Lendo):

"Não bastassem os esclarecimentos prestados pelo nobre Deputado, nesta tribuna, vimos estampadas na imprensa declarações do Presidente Estadual do PTB, Senhor Hamilton Vilela Magalhães, de que "na condição de acionista majoritária, a Cobal quer evitar o absurdo de continuar sem o controle dos cargos mais importantes". Isso, senhores, vem caracterizar claramente um engodo que não deverá ficar sem uma pronta resposta.

Não temos dúvidas de que o PTB, percebendo o fim do acordo político que lhe abriu algumas frestas no poder, agarra-se em desespero de causa a pretensos direitos, antecipando o fim da festa.

Senhores Deputados:

O Governo José Richa não olhou sob qual partido estava o comando da Ceasa. A Secretaria da Agricultura montou um Programa Estadual de Abastecimento de Hortigranjeiros - PROHORTI, do qual resultou um trabalho sério, com a montagem de uma estrutura que em vinte meses colocou à disposição da população seis Sacolões na Capital e interior do Estado, dois Varejões em Curitiba, um projeto de Compras Comunitárias para atender as famílias mais carentes, 130 Feiras de Produtor e perto de 30 Feiras de Produtos da Época. São milhares de paranaenses que utilizam essa estrutura, totalmente montada com recursos paranaenses.

Quando o PTB assumiu a Cobal há seis meses atrás, recebendo de presente as Ceasas, assistimos a preocupação, prontamente rechaçada, daquele partido assumir todos os cargos de gerentes da Capital e interior, assessorias técnicas e chefias de divisão da empresa.

Naquela época, o déficit de custeio da Ceasa já estava solucionado, bem administrado pela equipe do Governador José Richa que havia recebido a instituição, em março de 83, com déficit de 18 milhões de cruzeiros.

Hoje, Senhores, seis meses após assumir a diretoria técnica financeira da Ceasa, o Senhor Egídio Assmann, do PTB, conseguiu criar novo déficit, agora na ordem de 40 milhões de cruzeiros. Tentando angariar simpatias e afirmar sua imagem entre os atacadistas daquele órgão, o Senhor Assmann assumiu um compromisso demagógico de baixar as taxas de locação dos boxes. Taxas legais, às quais todos os cidadãos brasileiros estão sujeitos, e ferindo às próprias regras do Sistema Nacional de Central de Abastecimento - SINAC, reduziu em 15 por cento o que era devido para o reajuste dos boxes.

A gentileza com o chapéu alheio que o Senhor Egídio Assmann quis fazer certamente vai recair sobre alguma instituição, e os cofres públicos terão que arcar com o prejuízo. Não é justo, Senhores.

Resta-lhes pouco tempo. O que poderá resultar, se já temos exemplos concretos da linha administrativa adotada pelo PTB na Ceasa?

Isso é dilapidação de recursos da instituição, ônus que o Governo vai ter que voltar a assumir, caso se permita que a Cobal maquine à vontade para estender seus domínios sobre a Ceasa.

O Governo José Richa já investiu 100 milhões de cruzeiros na Ceasa, e outros 900 milhões de cruzeiros deverão ser liberados através do Prô-Rural ainda neste ano. O paranaense vai perder os benefícios que a aplicação desses recursos traria ao Estado, principalmente o pequeno produtor.

Cabe agora levantar medidas urgentes para que não perca o Estado, não percam os paranaenses, uma vez que os homens que agora pretendem comandar a Ceasa, embora paranaenses, não se importam com isso. Querem apenas o poder, ainda que efêmero.

Temos em mãos um decreto-lei estadual, o de número 1881, de maio de 1978, que concedeu à Ceasa exclusividade absoluta para atuação na comercialização dos hortigranjeiros a nível de atacado. Da forma como foi concebido, dava proteção aos programas integrados de desenvolvimento do abastecimento coordenados pelo Governo do Paraná.

Diante do impasse criado, na caótica situação em que se encontra neste momento a área de abastecimento alimentar no Estado, sob responsabilidade do PTB, temos necessidade de revê-lo. Não vamos comprometer o Programa Estadual de Abastecimento - PROHORTI, nem que para isso se revogue o citado decreto lei.

E quem nos poderá esclarecer a notícia publicada em primeira página do Jornal "O Globo", no último dia 14, sob o título: "PTB, ainda indefinido, vai abandonar o Governo"? No texto, o Senhor Jânio Quadros revela que a qualquer momento o PTB vai

publicar nota oficial exigindo que todos os filiados que ocupam postos no Governo Federal, a começar pela presidência da Cobal, abandonem seus cargos, sob pena de serem desligados do Partido.

A notícia foi convenientemente ignorada pelos petebistas do Paraná, que não se manifestaram a respeito. Continuam em suas lides para assumir a Ceasa, num total desrespeito ao seu comando e à opinião pública.

Esses são os fatos, senhores, que nos preocupam e nos fizeram trazer ao conhecimento dessa Casa.

O Sr. Tadeu França - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) Deputado Sabino Campos, apenas para cumprir Vossa Excelência pela forma coerente com que está denunciando os rumos e imperativos fisiológicos do PMDB. Na realidade a pretensão do PMDB é fazer com que a Ceasa volte a ser aquilo que era antes, uma mera administração dos grandes mercados.

O sacrifício de propostas populares, como os "sacólões", como os grupos de apoio aos carentes que recebem até três salários mínimos, toda uma proposta de interiorização está correndo o risco de sacrifício em função dos ranços fisiológicos ditados pelo PTB.

Em particular em Maringá, onde ao lado do Deputado Ferrari Júnior, temos a satisfação de representar aquele município, estamos assistindo a um verdadeiro caos, quando a Cobal, em função desses ranços já mencionados está retardando e praticamente inviabilizando a construção da nova Ceasa, em terreno já devidamente cedido pela Prefeitura; porque não abre mão desses imperativos que vão traduzir e redundar apenas o retrocesso?

Parabéns, portanto a Vossa Excelência e esperamos que através do seu pronunciamento, através da denúncia, mesmo porque jamais na história do Paraná se retirou de um Governador o direito de escolher o Presidente da Ceasa. É por esta razão que tentar arrebatá-lo das mãos do Governador José Richa o poder de nomear o presidente da Ceasa, é negar, é opôr-se a uma prática de 20 anos, é portanto relegar a um plano secundário a participação do próprio Governo do Estado nesse empreendimento que é de fundamental importância.

Parabéns, portanto, Deputado Sabino Campos, e a certeza de que unidos nós haveremos de gritar bem alto para que a fisiologia petebista não venha a destruir um modelo que está dando certo e que está beneficiando importantes setores da comunidade do Paraná.

O SR. SABINO CAMPOS - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Tadeu França, vindo

com isso enriquecer o nosso pronunciamento e cedemos agora o aparte ao companheiro, Deputado Estadual Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Sabino Campos, Vossa Excelência traz ao Plenário desta Casa um assunto polêmico que tomou espaço na imprensa durante a semana passada. E, como homem do PMDB Vossa Excelência defende exatamente aquilo que pensam os homens do Paraná, que a Ceasa não seja levada à administração da Cobal, e que venha aqui mais uma interferência federal nos interesses do Paraná.

O Deputado Tadeu França já disse bem sobre exatamente a política imprimida na Secretaria da Agricultura no tocante principalmente aos sacolões que estão sendo produzidos nas diversas cidades do Paraná, principalmente nas maiores cidades. E com relação à COBAL, podemos dizer que ela não consegue sequer desentranhar-se das irregularidades que vêm ocorrendo ao longo dos últimos anos. E agora, ao tentar abocanhar a CEASA, vai tentar trazer exatamente mais corrupção ainda para dentro da CEASA, e CEASA do Paraná, no tocante à política paranaense que vem sendo desenvolvida pela Secretaria de Agricultura, através do Secretário Doutor Claus Germer, é no sentido exatamente de facilitar a chegada de alimento à mesa do trabalhador, tirando o intermediário, tirando aquele que vem exatamente obter o lucro fácil, lucro fácil sobre o suor daquele que precisa ter o alimento barato sobre a mesa.

Então, o pronunciamento de Vossa Excelência, nesta tarde, vem trazer a palavra do PMDB o nosso sincero apoio de que isso não deve ocorrer para trazer mais prejuízos ao Paraná. Alertamos os homens que estão disputando aí as eleições presidenciais, e nós dissemos há pouco num pronunciamento que o Senhor Tancredo Neves precisa ouvir isso também dos homens do Paraná. Não vamos mais admitir que interferências do Governo Federal venham em prejuízo do Paraná, vamos começar a exigir como bons paranaenses.

O SR. SABINO CAMPOS - Agradeço o aparte do nobre Deputado Rubens Bueno e, para concluir, queria levar a conhecimento desta Casa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que, preocupados que estamos com este problema de a CEASA vir a ser assumida pela COBAL, resolvemos promover nesta Assembléia, dia 22 de novembro, às 9 horas neste Plenário, através da Comissão de Agricultura, o seguinte tema: "A COBAL deve assumir a administração da CEASA no Paraná? O Programa terá a abertura às 9 horas da manhã, e foram convidados o Secretário da Agricultura, Secretário Claus Germer; o Presidente da CEASA, Airton Empinotti; o Superintendente regional da CO-

BAL, Afonso Antoniuk; Senhor Marcos de Abreu, Vice-Presidente da COBAL e também como convidado o Doutor Francisco Cunha Pereira, diretor do jornal "Gazeta do Povo", um grande paranista que ele é, para que venhamos debater este assunto aqui na Assembléia Legislativa e, para com isso, pudermos gritar mais forte que o Paraná quer aquilo que é seu por direito, aquilo que é seu pelo próprio Estatuto da COBAL, quer que permaneça a CEASA sob o comando do Governo do Estado e, com isso, possa o Governo do Estado, o Governo José Richa, ajudar a pagar a grande dívida social que se tem para com o povo através dos pequenos produtores e através dos consumidores carentes.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Consultado à liderança do PMDB se fará uso do horário.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - O Deputado Ferrari Júnior ocupará a tribuna em primeiro lugar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Com a palavra o Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Para que fique nos Anais da Casa, vamos ler o artigo de "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", da cidade de Maringá, domingo, 18 de novembro de 1984, com o título "Maringá pede socorro, Senhor Corregedor", de autoria de Antônio Messias Pimenta. (Lê):

"Ao Ivan Neves Pedrosa, ao José Plínio Silva e ao Wilson Surita, os baluartes da dignidade, da honra e do amor à dignificante profissão de defender os fracos contra os fortes, a minha homenagem.

Está estarecida a gente maringaense. Nossa sociedade foi esbofeteada, vilipendiada e desafiada. Semana passada os policiais civis e militares coordenados pelo operoso chefe da Ciretran, o jovem Oscar Batista de Oliveira, colocaram mão na maior quadrilha de ladrões de automóveis que se tem notícia desde a fundação da cidade. Felizes pela consciência tranqüila do dever cumprido, eles não tiveram tempo para comemorar o grande feito. Horas depois, o Senhor Joãozinho, proprietário da oficina Sakmar, onde foram encontrados duas dezenas de carros surrupiados e remarcados festejava sua liberdade, tomando sua cervejinha no boteco, zombando do povo, da sociedade e das autoridades constituídas. A briosa corporação do 4.º Batalhão mandou publicar uma nota na imprensa. Curtinha, mas equilibrada e esclarecedora.



"Os larâpios foram agarrados e trancafiados na cadeia. É nossa missão. Ela foi cumprida. Soltá-los não é atribuição nossa". O povo é humilde. Mas é sábio. Engole o reproche mas sabe das coisas. Evita indagações porque estamos recém saindo do estado de opressão. Acha perigoso. O mar de lama que corre pelos esgotos da indignidade, da desonra e da imoralidade desagua sempre no mesmo lugar: o estuário silencioso e digno da nossa magistratura. Mal sabe o desinformado povo da rua que nossos magistrados precisam interpretar a lei dentro dos parágrafos irremovíveis dos códigos. Fabricam-se nos fétidos porões das pressigangas, na calada a noite, inqueritos mutilados, deformados e eivados de absurdos. É a máfia odiosa dos industriais dos erros jurídicos que entram em ação. A gang de maus advogados os chamados "portas de cadeia". As peças fundamentais do instrumento a ser julgado contrariam frontalmente os ditames codificados. Que pode fazer o magistrado quando meia hora depois, recebe o "Habeas Corpus"? Nada mais nada menos que anular o flagrante e colocar o bandido em liberdade. Sob pena de levar um "puxão de orelhas" do Tribunal. À porta da pretoria os texugas, os abutres, os coiotes, os fabricantes de maldades aguardam o transgressor com o alvará de soltura na mão. Dai a bebemoração nos bordéis. Que bom seria senhor Corregedor, que toda as prisões em flagrante pudessem passar, antes do encaminhamento ao juiz, pelas mãos do promotor. Que bom. Mas não é da lei, dirão alguns. Não é da Lei? E daí? Os costumes não deformam a Lei? Por acaso um boxeador que ata seu contrincante em pleno ring é penalizado por isso? Não. Mas o código não prevê que matar é crime? Prevê. Aí está o costume deformando a lei, pois não? Tenho absoluta certeza que nossos honrados promotores públicos- "Os Custos Legais"- não se furtariam a essa maravilhosa tarefa. Tenho certeza. Seria por fogo no ninho da ratazana. O fim da indústria de inqueritos fabricados e o retorno à paz e à segurança de toda a nossa família. Caneta de Corregedor tem mais força que uma junta de boi brazino, dizem os Gaúchos. Mãos à obra ilustre chefe da magistratura Paranaense. Proteja os nossos honrados magistrados que estão sendo levados, paulativamente, pela máfia, ao perigoso caminho das areias movediças do caos. Consulte o seu povo. Empresários, profissionais liberais, professores, chefes de famílias, mães, estudantes e operários. Ouça-os e tome a decisão que tanto eles anseiam. Como aves de arribação que prenuncia a tempestade, o povo está assustado, medroso e preocupado com o perigo que está correndo a nossa maravilhosa magistratura: o descrédito popular. Não permita

que isto aconteça.

O Poder Judiciário é a última esperança deste povo. Tem de permanecer intocável, insuspeito, honrado e digno como sempre o foi.

Que Deus o ilumine, honrado Desembargador Luiz Renato Pedroso. Que Vossa Excelência possa fazer por nossos filhos e netos o que não foi possível fazer por nós.

Maringá pede socorro.

Obrigado, Excelência".

Por isto vim a esta Tribuna, para que este artigo faça parte dos Anais da Casa por sua importância, e para que o seu teor seja levado ao conhecimento do ilustre Desembargador Luiz Renato Pedroso e ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, bem como à imprensa e a quem possa interessar.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do restante do seu horário.

O SR.ADMAIL SPRENGER PASSOS - O Deputado Acir Mezzadri, ocupará a tribuna, Senhor Presidente.

O SR.PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Com a palavra o Senhor Deputado Acir Mezzadri.

O SR.ACIR MEZZADRI- Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Viemos à tribuna hoje, Senhor Presidente, com a intenção de iniciar um debate sobre a problemática dos transportes coletivos na grande Curitiba.

O censo de 1980 registrou que o Paraná teve o menor índice de crescimento demográfico do País nos últimos 10 anos.

Paradoxalmente, a Capital paranaense e os Municípios vizinhos tiveram um crescimento populacional explosivo.

É a consequência do êxodo rural, motivado por um modelo econômico autoritário que privilegiou o comércio exportador, a cultura da soja e a criação extensiva de gado, em prejuízo das lavouras de subsistência.

Tudo isso, somado à construção das grandes barragens hidrelétricas, criou um novo determinismo histórico, representado pela expulsão de populações do interior paranaense, em direção à periferia das grandes cidades, engrossando assim como verdadeiros cinturões de miséria.

É dentro desta perspectiva, Senhor Deputados, que devemos refletir a questão dos transportes coletivos.

Imaginamos um sistema que seja capaz de atender, não apenas a população de Curitiba, mas também os municípios vizinhos,

que compõem a região Metropolitana de Curitiba.

Para isso propomos a criação de uma Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos, que venha a concentrar recursos humanos, equipamentos e recursos financeiros, visando uma melhor e eficaz racionalização dos esforços hoje dispersos, das prefeituras e órgãos estaduais da Região Metropolitana de Curitiba.

Partindo da realidade existente, a CMTC poderá estabelecer as diretrizes para enfrentar o futuro.

O que significa a apresentação de projetos de melhoria do sistema de transporte coletivo, em termos de segurança e qualidade dos serviços, sempre levando em consideração os aspectos econômicos regionais.

A principal meta da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos, com a implantação de tarifas diferenciadas, será o crescimento da demanda e a evolução tecnológica do sistema.

Subsidiariamente, a CMTC proporcionará a geração de empregos na região, além de dar maior mobilidade aos cidadãos, a um custo menor, além de favorecer a utilização de outros bens e serviços públicos, principalmente os que têm relação com a área de saúde.

Achamos imprescindível, Senhor Presidente, que a CMTC, a ser criada pelo Poder Público Estadual, como empresa de economia mista, seja fiscalizada por um Conselho Consultivo integrado pelas representações políticas e administrativas da Região Metropolitana de Curitiba, bem como por entidades civis e associações de classe.

A CMTC deve ser criada no seio da Secretaria do Planejamento, a quem compete promover o desenvolvimento social e econômico da região e do Estado.

Nós defendemos, Senhores Deputados, um sistema de gerenciamento técnico, econômico e operacional do sistema de transportes coletivos, através de empresários privados, e a participação de autoridades estaduais e municipais e de representantes do povo nesta Casa de Leis, visando a melhoria progressiva do setor, visando sempre os interesses dos usuários.

O que em outras palavras significa dizer que competirá à CMTC assumir as funções de planejamento, controle e coordenação do sistema de transportes coletivos da Região Metropolitana de Curitiba, podendo, se for o caso, delegar parte desses poderes às Prefeituras diretamente interessadas.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente, nesta primeira abordagem a respeito de um problema que por sua natureza e complexidade exigirá muitas reflexões e um intenso debate, com a participa-

ção de Deputados de ambas as bancadas".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Consultado à Liderança do PMDB se fará uso dos 15 minutos restantes.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Nesse espaço de tempo, usará da palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Leio na edição de Economia, da "Folha de Londrina", matéria do jornalista Jorge Oliveira, enviado especial da Folha a Tucuruí, quando da presença naquela hidroelétrica, do Diretor Geral da Itaipu Binacional, General Costa Cavalcanti, com o seguinte teor:

"O General Costa Cavalcanti, Presidente da Eletrobrás e Diretor Geral da Itaipu Binacional, disse ontem em Tucuruí, que não vê nenhuma possibilidade daquela empresa vir a pagar "Royalties" ao Governo do Paraná, pela exploração comercial, da maior usina hidroelétrica do mundo, devido ao contrato existente entre o Brasil e o Paraguai.

Com insistência, o Governo do Paraná, vem reivindicando o pagamento de Royalties, pela usina, devido os prejuízos causados ao Estado, pelo alagamento de terras produtivas, pelos lucros cessantes".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, se nós passamos a avaliar diversos pronunciamentos feitos nesta Casa, por insígnies parlamentares; se nós avaliarmos o pensamento geral, expressado no primeiro seminário paranaense sobre hidroelétricas, nós chegamos mais uma vez, à conclusão de que é indeclinável de que no momento, atual, quando se pensa e se fala na construção de novas hidroelétricas do Paraná, o paranaense levanta a sua voz de protesto, para exigir recompensas ao Estado, pela perda de áreas produtivas. Porque Senhor Presidente, Senhores Deputados, o General Costa Cavalcanti, ao afirmar da impossibilidade do pagamento de "Royalties" ao Paraná, pela construção de Itaipu, devido ao tratado existente entre Brasil e o Paraguai, está mais do que tudo, se fundamentando em cima de um fato concreto. Um fato concreto que foi gerado há 10 anos atrás, quando o Paraná pura e simplesmente aceitou a construção de Itaipu, sem nada dizer e sem nada pedir em troca, ao território paranaense.

Quando o Paraná, iludido pela promessa e proposta da maior hidroelétrica do

mundo, não afirmou posição paranaense na defesa dos prejuízos do Estado. E hoje, nos deparamos frente a um fato consumado: Itaipu concluída, "Royalties" a serem pagos o Governo do Brasil, que bancou com o dinheiro e ao Governo do Paraguai que entrou com a geografia; que não pôs dinheiro seu; que recebeu dinheiro emprestado do Governo Brasileiro, a juros subsidiados, e recebe "Royalties"; e o Governo Federal do Brasil, recebe "Royalties"; e o Paraná que teve suas terras alagadas, teve agricultores desalojados; teve queda de ICM e de produção, está aqui na declaração do Presidente da Binacional Itaipu, de que não tem direito e que é inviável, o recebimento de "Royalties".

Diz mais: "O Presidente da Eletrobrás disse que a construção de Ilha Grande no Rio Paraná e que será o maior aproveitamento energético após Itaipu, naquela região, deverá ser iniciada em 1985, para a usina entrar em operação em 1992.

Costa Cavalcanti diz que o orçamento da obra ainda não foi definida e que espera do futuro Governo recursos para a sua construção.

Vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais uma vez estamos envolvidos na construção de uma enorme obra hidroelétrica, quando na palavra do representante da Eletrobrás não sabemos nem sequer qual o orçamento da construção desta usina. Não sabemos a quanto vai orçar a construção da usina de Ilha Grande e estamos antecipando o cronograma da obra para começar em 1985.

E, mais uma vez, chamo a atenção deste Plenário, e nesta Casa do povo paranaense, para que aqui não venhamos a ser surpreendidos como fomos na construção de Itaipu, aonde o Paraná não levantou sua voz para cobrar os direitos de seu Estado pelas terras inundadas. Que é hora de levantarmos a voz para cobrarmos agora na construção da hidrelétrica de Ilha Grande o que o Paraná receberá em troca do alagamento de suas áreas férteis no Vale do Rio Paraná.

O Sr. Donato Gulin - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e queria lhe afirmar que a usina de Ilha Grande está orçada em aproximadamente dois bilhões de dólares e que já existe, inclusive, o projeto concluído e, parece-me que o início das obras de enscadeiras é para o dia 1.º de março de 1985.

Quero concordar com Vossa Excelência, nobre Deputado, quando diz que o Paraná deveria; eu acho que não deveria; deve.

Isso deve ser o movimento de todos os paranaenses, os que têm mandatos eletivos, os que não têm.

Os paranaenses que aqui vieram ou seja, brasileiros que escolheram o Paraná

como Estado, brigar por "Royalties". Nós devemos cobrar a energia que estamos gerando e fornecendo a outros estados em forma de royalties.

A Bahia está cobrando da extração de petróleo.

Agora, nobre Deputado, eu não poderia concordar com Vossa Excelência, da não construção da Ilha Grande como de outras hidrelétricas no Paraná. Porque, se o Paraná tem sua potencialidade energética como também, é rico em terras férteis, nós devemos converter estas terras altamente férteis que o Paraná está perdendo com a cobertura pelas águas com "royalties" cobrados nos estados e da Eletrobrás.

Mas, jamais Deputado, jamais poderia imaginar que o Paraná deveria esquecer esta potencialidade energética, porque nós hoje dizemos que o Brasil é altamente suficiente em energia. Tudo bem.

Mas, lembre-se que o Brasil está crescendo violentamente e que dentro de poucos anos se nós agora paramos, nós seremos carentes de energia. E como é fácil e como é bom quando chegamos em casa, apertamos uma tecla e acendem-se as luzes.

Como é difícil Deputado, quando a gente por acaso está assistindo um programa de televisão, ou tendo uma conversa com um amigo e de repente, apagam-se as luzes de nossa casa. Nós esquecemos de toda esta infra-estrutura que está atrás desta tecla que nós batemos para acender a luz.

Por isso, nobre Deputado, eu quero, mais uma vez agradecendo o aparte de Vossa Excelência, dizer que estamos plenamente de acordo com Vossa Excelência, em que se cobrem os "royalties", porque o Paraná tem direito desta riqueza que está sendo coberta que são as terras férteis.

Mas o paranaense não tem direito de impedir o Paraná do aproveitamento da sua potencialidade energética.

Era só nobre Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas, nobre Deputado, Costa Cavalcanti disse que o orçamento da obra ainda não foi definida e que espera do futuro governo, recursos para a construção.

A questão de dois milhões de dólares, nobre Deputado, é o mesmo preço estipulado...

O Sr. Donato Gulin - Nobre Deputado, só queria lhe informar o seguinte:

Quinta-Feira, dia 15 de novembro, estivemos em Guaira, nos escritórios da ELETROSUL, examinando a maquete e, inclusive, acertando uma visita, se possível, de todos os Deputados Estaduais do Paraná, para visitarem a obra, ver a formação do lago,

e verificar que 2/3 das terras que serão inundadas, são, hoje, banhados. Então é 1/3 das terras que serão inundadas, que é terra fértil, 2/3 não! Desculpe a interferência e agradeço o aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu diria, nobre Deputado, que o General Costa Cavalcanti devesse saber do Orçamento de 2 milhões de cruzeiros, estipulado na reunião da última quinta-feira. Porque são palavras suas. Mas, eu desafio este Plenário, para termos futuro, se Ilha Grande for construída com 2 milhões de dólares. Porque a história de Itaipu vem a mostrar que até hoje, com a obra inaugurada, ninguém é capaz de nos dar um orçamento final de Itaipu.

Acontece, que nós também pregamos, nobre Deputado Donato Gulin, a necessidade do aproveitamento da riqueza hidrelétrica do Paraná, para gerar energia ao Brasil. Nenhum de nós, em sã consciência, seria capaz de ser contra por "ser contra" a construção de uma usina.

Mas, ninguém de nós, em sã consciência também, pode concordar com a construção indiscriminada de usinas hidrelétricas em solo paranaense, sem se discutir amplamente o problema com as autoridades, com o segmento paranaense, com aqueles que terão prejuízo, com os próprios municípios atingidos.

Falou muito bem Vossa Excelência. A Bahia recebe "royalties" pela exploração de petróleo. O que é petróleo, nobre Deputado, Senhor Presidente? É energia. O que é hidrelétrica? É energia também! Com uma agravante: o petróleo não alaga propriedades, não desloca homens, não diminui produção, não diminui arrecadação. Ao passo que a hidrelétrica traz no bojo da sua realização um grave problema social que precisa ser amplamente discutido, antes da construção da obra.

Eu não seria insensato, nobre Deputado Donato Gulin, daqui desta Tribuna, de dizer categoricamente que somos contra a construção de Ilha Grande. O que nós temos pregado incessantemente é uma pausa, um reestudo, rediscutir a questão, amarramos a Eletrosul no seu compromisso para com o Paraná, antes da construção da usina, para que nós não venhamos ver depois a explicação de que o Paraná não vai receber "royalties" por causa do contrato existente entre o Brasil e o Paraguai, discutirmos a questão antes do fato consumado; cobramos para o Paraná aquilo que ele tem de direito.

Porque, se nós calarmos agora, vamos construir Ilha Grande, vamos construir outras hidrelétricas previstas, sem o devido comprometimento da ELETROSUL para com o Paraná, e aí não teremos condições mais de levantar a nossa voz, pleitearmos aquilo

que nos é de direito.

Por outro lado, perguntaríamos: Por que não a COPEL? Se o Governo Federal acha que não nos pode pagar "royalties", porque foi construído pela ELETROSUL ou pela Binacional ITAIPU, porque não a COPEL construir as usinas em solo paranaense, para vender energia do Paraná a outros Estados, e com o lucro da geração dessa energia, fazer frente aos graves problemas sociais oriundos das inundações de terras?

Então, eu acho que nós precisamos rediscutir este assunto, e se não somos contra a construção de Ilha Grande em termos de médio e longo prazo, somos contra agora, em 1985, no momento em que a ELETROSUL se nega a rediscutir o assunto com o Paraná e a firmar compromisso com o Paraná no pagamento daquilo que lhe é devido. Não podemos abrir mão dos "royalties" da Itaipu, e para isso, inclusive, estamos fazendo um estudo jurídico para denunciar o tratado de Itaipu que é, inclusive, inconstitucional. Lesou os interesses da Nação brasileira, paga-se "royalties" ao Paraguai e diz-se que não pode pagar ao Paraná que entrou com a perda de seu território.

Voltaremos ao assunto. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consultado à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Fará, inicialmente, o Senhor Deputado Werner Wanderer.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra, o Senhor Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que nos traz a esta tribuna nesta tarde de segunda-feira, é sobre um fato que nós não podemos acreditar, mas pela correspondência que recebemos somos obrigados a acreditar, já que o ex-Presidente desta Assembléia, Deputado por muitos anos, nos mandou uma correspondência que eu gostaria de ler, à qual ele chama negociata da CAFE do Paraná, aonde ele diz que a presidência da CAFE do Paraná vendeu vinte mil sacas de feijão para uma empresa só. Vou ler esta documentação porque foi dirigida a mim, e depois vou apresentar um pedido de informação a esta Casa, e espero que os nobres Deputados das duas bancadas aprovem, para nós sabermos se realmente isto aconteceu, já que no ano passado, nós que representamos uma região eminentemente agrícola, sabemos das dificuldades com que os agricultores se debatiam para conseguir

o feijão, preço altíssimo, e a Cafe do Paraná, um órgão essencialmente que foi criado para atender esse agricultor, fez exatamente o contrário.

Excelentíssimo Senhor Deputado Werner Wanderer. (Lê):

"Ninguém desconhece as dificuldades porque passam os agricultores da Região Metropolitana de Curitiba para aquisição de sementes de feijão, no presente ano, e por que passaram no ano que passou, tanto pela falta do produto quanto pelo alto custo praticado pela Cafe do Paraná; Companhia esta que foi criada com o propósito de auxiliar e fomentar os produtores de nosso Estado mas que, nos dias de hoje, desvirtuada de suas finalidades, vem determinando preços superiores ao do comércio estabelecido, que já arca com uma série de ônus dos quais esta companhia está totalmente isenta.

Há tempos atrás, levei ao conhecimento do Senhor Governador José Richa minhas preocupações e o fiz sigilosamente, porque não pretendia promoção pessoal e tão somente prestar, como cidadão irrisório, auxílio ao Governo na sua administração.

Posteriormente, tomei conhecimento de uma "negociata" envolvendo a Cafe do Paraná e uma firma de nosso Estado, de 20 mil (vinte mil) sacas de sementes de feijão e não dispondo de meios para obter essas informações, para esclarecer a opinião pública do Estado, é que venho pela presente solicitar do ilustre Deputado que tem, através de seu mandato parlamentar, procurado defender os interesses do povo, as providências necessárias para:

1. se é verdade que a Cafe do Paraná vendeu no início da atual administração 20 mil (vinte mil) sacas de sementes de feijão;

2. se esta venda foi executada a uma ou mais firmas;

3. qual ou quais as firmas compradoras;

4. se houve concorrência pública para essa operação e qual o preço.

Certo de contar com o apoio do ilustre amigo e Deputado, apresento as minhas

Cordiais Saudações

JOÃO MANSUR

Eu vou apresentar o seguinte requerimento, pedindo informação: "Súmula - REQUER informação ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura do Estado do Paraná. O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após submetido ao Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura do Estado, no seguinte teor: 1. - se foi efetuada a venda pela Cafe do Paraná, de 20 mil sacas de sementes de feijão, no período compreendi-

do entre os meses de abril a junho de 83. Se esta venda foi efetuada a uma ou mais firmas. Qual ou quais firmas compradoras? Se houve concorrência pública para esta operação? Qual o preço por saca?

Sala das Sessões, 19/11/84.

Assina: Deputado Werner Wanderer."

Gostaria de comentar que, quando recebemos esta correspondência do ex-Deputado João Mansur, ficamos deveras preocupados, porque há pouco tempo atrás, a CPI da Corrupção acusava este Deputado, vindo da CAFE do Paraná, que este Deputado tivesse feito corrupção através de um programa, emergência de ajudas na Região Metropolitana. Foi envolvido, não só o nome deste Deputado, como de outras pessoas ilustres do Paraná.

Nós, pessoalmente, já através da imprensa, mostramos os documentos que temos, constituímos o Doutor Rene Dotti, como nosso advogado para provar na Justiça, e posteriormente pedir indenização e processar Osmar Dias, Presidente da CAFE do Paraná, pelo que fez. Não vamos deixar por isto, porque fomos atingidos numa coisa que consideramos, que não abrimos mão nunca, da nossa honra, do nosso nome, que nós temos por muitos e muitos anos na vida pública. Já fomos prefeito, três vezes Deputado, mandato de 3ª vez já, e nós não abrimos mão nunca disto. Então, nós vamos provar na Justiça a nossa inocência.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, e não preciso dizer, é óbvio, que eu sou integralmente solidário com Vossa Excelência, primeiro, por conhecer o seu passado honesto e digno. Por conhecer a atuação de Vossa Excelência, em todos esses anos na defesa, dos interesses da nossa terra, especialmente na Região em que Vossa Excelência, brilhantemente, representa nesta Casa. Também pela convivência diária, que nós temos, pudemos aquilatar o caráter de Vossa Excelência pudemos aquilatar a honestidade pessoal, a atuação política em favor do nosso partido, em favor da sua região, em favor da sua gente.

Nos postos que Vossa Excelência exerceu nesta Casa, ainda na atual Comissão Executiva, Vossa Excelência deixou a marca da honestidade pessoal. E Vossa Excelência bem como o nobre Deputado Gilberto Carvalho, bem como o nobre ex-Deputado João Mansur, têm uma folha de serviços prestados a este Estado, e ao Poder Legislativo do Paraná. É digno de todos os elogios; uma vida limpa do ex-Deputado João Mansur, como o Deputado Gilberto Carvalho, foram duramente atingidos pelo vedetismo político, que eu repito mesmo, vedetismo que levou um dos patrimônios morais desta terra,

o engenheiro Ivo Arzua Pereira, também ao pelourinho.

Vossa Excelência tem toda razão; Vossa Excelência traz denúncias aqui, estarecedoras. Deve continuar nesta luta; conta com a minha solidariedade; conta com a solidariedade dos homens de bem do Paraná.

Era este o aparte que eu queria oferecer a Vossa Excelência.

O SR. WERNER WANDERER - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Erondy Silvério.

O ex-Deputado João Mansur, entregou-nos esse documento, mas ele poderia tentar conseguir essas informações, via Café do Paraná ou via Assembléia, porém, diante do exemplo que foi dado com o Senhor Ivo Arzua, nosso grande companheiro paranaense de tanto tempo e que tanto lutou pelo Paraná; quando nós vimos ser rejeitado o pedido com referência a que ele, Ivo Arzua, quis vir a esta Assembléia fazer a sua defesa e fora rejeitado, então, nós, realmente, entramos com esse pedido hoje, e esperamos que a Bancada do PMDB aprove esse Pedido de Informação, e esperamos que o Líder do Governo faça chegar o quanto antes essa informação, porque realmente, no nosso entender, é muito grave isto que o ex-Deputado João Mansur nos entregou.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Werner Wanderer, é desnecessário Vossa Excelência falar em João Mansur, falar em Gilberto Carvalho, em Werner Wanderer. São pessoas ilustres, pessoas que trazem em seu bojo, Deputado Werner Wanderer, o aval do povo paranaense; agora, pensando no adágio popular que diz: "não se atira pedras em árvores que não tem frutos", lembramos que, é isto que os peçonhentos querem fazer, pretendem fazer, contra as figuras de Vossas Excelências. Quantas e quantas vezes tivemos oportunidade de aferir a integridade moral desses Deputados, que não fazem outra coisa senão trabalhar pelo Paraná e por sua gente? Desnecessário seria dar satisfações aos homens que jogam lama; desnecessário seria, valorizar os intrigantes, os que fazem intrigas, porque eles não merecem. Não vamos valorizá-los, Deputado Werner Wanderer, porque o seu pessoal os conhece, o pessoal conhece João Mansur, conhece Gilberto Carvalho, e o pessoal do Paraná só fica estarecido, com o que alguns homens da Oposição fazem, uma política maquiavélica!

Vossa Excelência está de parabéns porque Vossa Excelência foi procurado para ser atingido, mas nós, os seus companheiros, o Paraná inteiro sabe da integridade moral desses três homens que eles procura-

ram atingir. Mas isto me faz lembrar um provérbio árabe que diz: "Enquanto os cães ladram, a caravana passa!"

Obrigado.

O SR. WERNER WANDERER - Agradeço o aparte, e concedo aparte ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho - Deputado Werner

Wanderer, gostaria de dizer a Vossa Excelência que tomei conhecimento, através da imprensa, esta semana, que a CPI da Corrupção deverá apresentar a conclusão dos seus trabalhos, e encerrar os seus trabalhos, por estes dias. É lamentável, depois de tudo isto, destas denúncias, vemos prevalecer o vedetismo, vemos que envolveram pessoas que têm um passado glorioso, como Vossa Excelência com um mandato de Prefeito, de Deputado, o ex-Deputado João Mansur que até já assumiu o Governo do Estado, um homem independente economicamente, um homem íntegro e capaz; o próprio Chefe da Comunicação Social, Dalcanele, Ivo Arzua Pereira, que é também um dos patrimônios da Capital do Paraná e que não teve a oportunidade, como bem disse o nobre Deputado Erondy Silvério, de vir fazer a sua defesa. Não é hora dessa CPI apresentar as conclusões, é preciso dar oportunidade para que essas pessoas possam falar. Eis que, nos como Deputados, temos a oportunidade, temos a tribuna, e essas outras pessoas, que tantos serviços prestaram ao Paraná, como João Mansur e Ivo Arzua, que tenham a oportunidade também, de comparecerem à CPI a fim de prestarem o seu depoimento. Porém, não sei se pretendem concluí-la, para não ouvirem essas partes, ou para não apurarem o que precisa ser apurado, como essa denúncia do feijão que Vossa Excelência traz hoje à Casa.

Espero que o Governo responda o pedido de Informação de Vossa Excelência, e o cumprimento pela posição tomada por Vossa Excelência, e digo que estou ao seu lado também, pronto, não a fazer a sua defesa, que Vossa Excelência não precisa de defesa, nós conhecemos o seu passado, a sua honradez, mas para provar perante o Paraná, de que nenhuma culpa temos e nenhum negócio tivemos com a Café do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. WERNER WANDERER - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado.

O Sr. Rubens Bueno - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nós estamos acompanhando desde o início o seu pronunciamento, que é com relação ao pedido de informações que Vossa Excelência acaba de apresentar requerimento, em atenção ao pedido do ex-Presidente da



Assembléia, Deputado João Mansur e com relação aos apartes pronunciados pelos Senhores Deputados, principalmente o do Deputado Gilberto Carvalho. Vossa Excelência, mais do que ninguém, sabe das dificuldades por que passa um Presidente, ao presidir uma CPI da envergadura e do tamanho de uma CPI como esta que estamos presidindo. Aliás, Vossa Excelência é testemunha até de conversas informais que tivemos a respeito do assunto, procurando levar todos os documentos e esclarecimentos necessários a Vossa Excelência e a quem quer que esteja sendo ofendido pela CPI.

O que ocorre, é que a CPI constituída por 13 membros, sendo 8 do PMDB e 5 do PDS, sempre procurou dar atenção aos parlamentares do PDS e do PMDB que constituem esta Casa.

O que ocorre com relação a defesa deste ou daquele caso não é a CPI fórum legal, ou instrumento próprio para este tipo de defesa. Se algum envolvimento ocorreu com relação a este ou aquele procedimento, com relação a órgãos do Estado, este procedimento deve ser feito junto ao Poder Judiciário. Vossa Excelência como cidadão que se coloca neste momento, na Justiça, buscando a sua defesa e por conseguinte, a defesa da sua honra, recebe de nós como recebeu publicamente o nosso apoio, porque, em absoluto, a CPI procurou denegrir esta ou aquela imagem deste ou daquele parlamentar. Em absoluto. O que aconteceu, foram documentos encaminhados por auditorias já realizadas anteriormente, e que esses documentos já estavam na mão da CPI. Portanto, nada mais fizemos do que encaminhá-los à Procuradoria Geral da Justiça, como já haviam sido encaminhados à Procuradoria Geral do Estado, através do seu organismo que é a Cafe do Paraná, em virtude dos convênios realizados entre a Comec e a Cafe do Paraná, por ocasião dos assuntos concernentes.

Evidentemente que setores outros, com interesse de jogar este ou aquele parlamentar contra possíveis vontades daqueles que queiram trabalhar neste Parlamento, evidentemente colocou em dificuldade, o bom entrosamento e o bom relacionamento desses parlamentares.

O que eu quero declarar, de público, a Vossa Excelência, pelo respeito que sempre tive, e se eu digo a Vossa Excelência, poderia não dizer a muitos parlamentares que compõem esta Casa, mas a Vossa Excelência eu digo, pelo respeito que lhe dedico e pela seriedade com que sempre conduziu, é de que não falo aqui como Presidente da CPI, mas falo aqui como parlamentar e como amigo, de que Vossa Excelência recebe nossa solidariedade de que, ao ir à Justiça, poderá colocar também mais um testemunho seu de que Vossa Excelência é um homem sé-

rio, honrado e merece não só o nosso apoio mas o nosso extensivo abraço de solidariedade, em virtude deste envolvimento que foi colocado perante à CPI.

O SR. WERNER WANDERER - Agradeço o aparte do nobre Deputado Rubens Bueno e só gostaria de fazer algumas observações: de vossa parte tive todo o apoio que eu precisei. Só que eu não posso concordar com algumas colocações, porque, na realidade, quando eu recebi a informação de que meu nome estava envolvido há um ano atrás, nessas irregularidades na Cafe do Paraná, eu constitui um advogado e pedi que mandasse a documentação para a CPI, para a mesma poder analisar documento por documento e chegar a uma conclusão e, lamentavelmente, o relator, Deputado Fiori Luiz, mas que foi lido pelo Deputado Nilso Squarezzi, pecou profundamente, porque não se deu nem ao trabalho de ler aqueles documentos que nós requeremos, e que a Cafe do Paraná enviou. Essa é a nossa grande mágoa. Infelizmente nós temos que provar na Justiça o que somos e a CPI sabia que nós não devíamos. Mais um detalhe: estão distribuindo milhares de "xerox" na nossa região, como se fizessem grande coisa, desmerecendo o nosso nome, como já uma vez, há alguns anos atrás tentaram. Felizmente, nossos eleitores nos conhecem bem, porque, na realidade, esta CPI foi exclusivamente política, no meu entender, e eu tenho certeza, como muitos casos que já aconteceram no Paraná, e nós agora vamos ter que provar na Justiça, infelizmente, porque se os Deputados, e eu faço uma ressalva, não deixando Vossa Excelência, fora isto, porque Vossa Excelência foi corretíssimo. Quando eu fui reclamar, Vossa Excelência me mostrou a documentação, mostrou que o Senhor Werner não devia nada, e eu hoje quero, de público, também agradecer o que Vossa Excelência fez por esse Deputado e o que terminou de dizer agora mesmo.

O Sr. Rubens Bueno - Vossa Excelência colocou e eu repito, o Parlamentar, o Deputado Estadual principalmente, tem ele perante as CPIs instaladas na Casa, o direito inclusive da voz. Ele pode não ter direito a voto, se ele não pertencer àquela determinada CPI. Portanto, o que nós lastimamos, o que este Presidente lastima, e de que os membros da CPI, oriundos do PDS, não participaram de determinado tempo para cá. Portanto, não é justo, veja bem Vossa Excelência, e eu quero aqui ressaltar o episódio da Cafe do Paraná, por exemplo, com relação ao Senhor Ivo Arzua Pereira, quando depois de discutido, durante bastante tempo, essa documentação ficou à disposição de todos os Parlamentares da Casa na CPI, pudesse trazer ao Ple-



nário, sem ter, inclusive, base regimental para trazer aqui um convidado para expor e tentar desmoralizar uma instituição.

O que nós queremos realmente colocar e voltamos a insistir, é de que nós lastimamos e lamentamos a ausência dos membros do PDS na CPI.

O SR. WERNER WANDERER - Eu vou encerrar porque o nosso líder está pedindo tempo, mas dizer que a CPI é um instrumento da Minoria e não da Maioria e o PDS saiu da CPI porque, realmente...

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

O Deputado Presidente, digno e ilibado homem de visão, fala nos membros da CPI, pertencentes à Bancada do PDS. De que adianta, Senhor Deputado, irmos lá para não termos vez? Para oito contra seis, ou contra cinco, ou contra quatro fazerem ouvidos moucos? Deveriam ter chamado o Deputado Werner Wanderer e outros Deputados, e outros homens para conversar, para dialogar, ou então essa CPI do Presidente Rubens Bueno é uma inquisição que não conseguiu levar a termo por motivos óbvios.

Hoje, eles estão quietos Deputado Werner Wanderer, porque não têm coragem mais de fazer acusações que faziam ao legítimo e honesto Governador Ney Braga, porque hoje eles carpiram na mesma horta; porque hoje eles fazem parte da água na mesma fonte, da farinha do mesmo saco, onde estão, onde está, Deputado Werner Wanderer, a hombridade, a serenidade, e a honestidade dessa CPI fajuta, não quero atingir o seu Presidente porque o respeito; onde está aquela euforia quando queriam botar pessoal nosso na cadeia? Onde está, como dizia meu velho pai falecido, "botaram o rabinho no meio das pernas", e agora querem encerrar. Que venham agora a dizer da CPI, da barbaridade que eles achavam e que nós defendíamos como membros da CPI, onde dizia, que tudo estava perdido e agora calaram. Por que? Camões dizia: "Se sou tudo o que a antiga Musa Canta".

Porque o Senhor Tancredo Neves mandou cessar, mandou encerrar, Deputado Erondy Silvério, a nossa acusação, nos acusaram, mas nós não temos rabo de palha porque nós somos coqueiro, Deputado Werner Wanderer. E eles se calaram, calaram por interesses óbvios, têm medo de perder três votos no Paraná.

Covardes, digo eu. Essa CPI fajuta não nos dava oportunidade de defesa. Porque não atacam mais o legítimo Governador Ney Braga, nosso companheiro que está do outro lado? Porque são covardes, porque não têm condições morais, são covardes e para covarde é só dizer: "Covarde é aquele que se dá por vencido, antes de começar a luta".

Estes covardes, Deputado Werner Wanderer, não têm mais coragem nem peito para continuar a CPI, porque o velho gagá Tancredo Neves mandou calar.

Muito obrigado.

O Sr. Rubens Bueno - Só para convidar o Deputado Werner Wanderer e Gabriel Manoel para amanhã assitirem o depoimento do ex-Deputado Luiz Alberto Soares, na CPI da Corrupção.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Ocupará o restante do horário o Deputado Nelson Buffara. (Sem revisão do orador)

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto é a sucessão presidencial. Muito embora eu não tenha o privilégio dos seis eminentes Deputados da Bancada do PMDB, de fazerem parte do Colégio Eleitoral, eu me sinto no dever indeclinável de fazer algumas colocações a respeito de um problema tão controvertido, tão polêmico, que é a sucessão presidencial.

Eu participei, como sabem os Senhores Deputados, da convenção há meses passados, onde Maluf disputou com Andreazza a preferência dos convencionais para ser o candidato do partido do PDS.

E eu faço algumas observações com bastante ênfase, com bastante discernimento e de cabeça fria, porque logo após a convenção do PDS, da qual o Deputado Maluf sagrou-se o vencedor numa convenção legítima, eminentemente democrática, ele foi o vencedor da maioria absoluta dos convencionais que lá estavam em Brasília participando daquela convenção.

Portanto, entendo como parlamentar, como Deputado, que deverá haver uma punição seríssima, rigorosa para os parlamentares, os convencionais que participaram daquela convenção e não querem acatar o respeito da maioria dos convencionais que dera a Paulo Maluf a vitória naquela convenção.

Incoerentes, estes sim são os anarquistas, os baderneiros. Estes querem tumultuar o processo eleitoral, porque eu respeito apenas um dos frentistas, respeito a figura de Aureliano Chaves que não participou da convenção. Portanto, a ele assiste o direito de não admitir Paulo Maluf como vencedor.

Os que lá estiveram, votaram em Andreazza e perderam, deveriam subjugar-se, deveriam agrupar-se em torno de um só candidato daquele que o partido do PDS escolheu. Eu faço votos que depois de amanhã, dia 21, o PDS feche questão partidária, e se assim acontecer que cassem os mandatos destes Deputados, Senadores que desonram o PDS, esses que vergonhosamente atrelaram-

-se ao esquema de Tancredo Neves, numa das caminhadas mais nojentas da vida pública. Estes devem ser punidos com a cassação de mandato, porque não respeitaram a opinião como na democracia se exige, da maioria. Aqueles que tiverem minoria, respeitem a opinião da maioria e entender Paulo Maluf como o seu candidato.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Nelson Buffara, eu vejo Vossa Excelência ter o aplauso de toda a Bancada do PDS. Vejo Vossa Excelência discorrer sobre um tema sério para o Brasil, para o Paraná e para o nosso povo. Veja bem, Deputado, que se nós arcamos com o ônus da fidelidade partidária, e como dizia Agnaldo Timóteo, "Ficaram 20 anos mamando na teta do Governo esses traidores e agora pulam do barco, mudam de partido como quem muda de camisa".

E a Vossa Excelência os meus parabéns, e ao nosso futuro Presidente da República que saiba perdoar esses afoitos que ficaram trazendo a desgraça econômica e financeira ao País.

Como pode mudar, Deputado, como José Sarney? São dois elementos incompatíveis, Sarney e Tancredo Neves. É como a água e o azeite e como diz o provérbio árabe, não se misturam, Deputado. E Vossa Excelência tem o nosso apoio, e a 15 de janeiro haveremos de mostrar, para o bem do Paraná, para o bem do Brasil com Maluf, porque turco, Deputado, quando se jogar do quinto andar pode ir atrás que o negócio é bom.

Muito obrigado.

O Sr. Donato Gulin - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELSON BUFFARA - Parece-me, Presidente Trajano, Vossa Excelência ...

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. NELSON BUFFARA - Eu dou esse minuto ao grande Deputado.

O Sr. Donato Gulin - Agradeço a Vossa Excelência. Então, eu queria falar, fatalmente iria demorar mais do que um minuto. Só quero dizer que estou com Vossa Excelência, o PDS tem que fechar questão: quem é partidário, é partidário; quem não é, que caia fora.

E mais uma coisa: ninguém pode sair candidato avulso neste País, todo mundo sai candidato a um cargo eletivo através do partido e, agora, na hora difícil, quer pular a canoa, que pular de dentro do barco; esses são ratos e têm de morrer dentro

d'água.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, para encerrar, e o que é lamentável, mas isso vai acontecer, está escrito: os Deputados frentistas vão perder o macaco e o cacho da banana, vão ficar sem PDS e sem PMDB. Maluf será o vencedor.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 Senhores Deputados.

Antes porém, a Mesa registra com satisfação as presenças em Plenário de Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal de União da Vitória, Alcides Fernandes Luiz que se faz acompanhar pelo Vice-Prefeito, Hilário Privati.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial, destinada a estudar os problemas do menor em nosso Estado, e propor soluções e providências para sua elucidação. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, devidamente apoiada, constante do expediente de sessão anterior. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n. 252/84, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n. 260/84, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de

autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, solicitando preferência na discussão e votação do Projeto de Lei n.º 252/84, acima aprovados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 252/84, que aprova a PROPOSTA DO ORÇAMENTO PROGRAMA ANUAL, para o Exercício Financeiro de 1985. Com PARECER da COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FAVORÁVEL ao Projeto e pela rejeição das EMENDAS, por unanimidade. **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO- (Pela Ordem)- Senhor Presidente, eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

( É procedida a verificação de votação ).

20 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

REDAÇÃO FINAL - Da Proposição n.º 119/84, (Mensagem n.º 118/84) que dá nova redação ao art. 59 da Constituição do Estado, na forma que especifica. **Encerrada a discussão.**

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA

REDAÇÃO FINAL À PROPOSIÇÃO N.º 119/84  
EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único- O artigo 59 da Constituição do Estado passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 59 - A Procuradoria Geral do Estado, como órgão auxiliar do Governador, representa o Estado judicial e extrajudicialmente e exerce as funções de Consultoria Jurídica ao Poder Executivo, inclusive suas Autarquias, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista".

Sala das Comissões,

Em 07 de novembro de 1984.

(aa) DIRCEU MANFRINATO

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator.

Apoiamento: Ezequias Losso, Augusto Carneiro, Rubens Bueno.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 163/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 124/84), que objetiva esta-

belecer em consonância com a Legislação Federal pertinente, normas para fixação de cobrança da remuneração devida à Junta Comercial do Paraná pela execução dos serviços do Registro do Comércio, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. E com PARECER FAVORÁVEL da C.F., por maioria. **Encerrada a discussão.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 229/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 178/84), que objetiva criar, nesta Governadoria, os cargos isolados de provimento em comissão que especifica, bem como alterar a simbologia de cargos já existentes e da mesma natureza de provimento. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. E com PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 260/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que prorroga até 15.03.87, o prazo previsto no art. 137 da Lei n.º 7.051, de 04.12.78, que estipulou o prazo de 06 anos para que os cargos de provimento em comissão pudessem ser ocupados também por funcionários integrantes de classes AF-2 e AF-3, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. E com PARECER FAVORÁVEL da C.R.H., ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 267/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem 207/84), que visa obter autorização para abertura de crédito especial no valor de CR\$ 1.915.418.000 (um bilhão, novecentos e quinze milhões e quatrocentos e dezoito mil cruzeiros), destinados a atender despesas com material de consumo, outros serviços e encargos do DETRAN, no corrente exercício. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C. J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 51/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor ANTONIO DE CAMPOS TAPAJÓS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.** (Publicado no D.A. n.º 16, de 02.04.84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 51/84

O projeto de lei em questão, de autoria do Deputado José Tadeu Lúcio Machado,

tem como objetivo conceder o título de cidadão honorário do Paraná, ao Senhor Antonio de Campos Tapajós.

A iniciativa não fere qualquer dispositivo legal ou constitucional.

Do exame do "Curriculum-Vitae" que acompanha o projeto, pode-se perfeitamente concluir que o homenageado, como cidadão exemplar e empresário dedicado e honesto se faz merecedor da homenagem que se lhe pretende prestar.

Sala das Comissões, em  
06 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Presidente

ANIBAL KHURY

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 228/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 168/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Planaltina do Paraná, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído da data n.º 11, da quadra n.º 110, com 755,00 m.<sup>2</sup>, situada no referido Município, adquirido pelo Estado, conforme matrícula n.º 3.378, de 1.º.03.82, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.** (Publicado no D.A. n.º 84, de 10.09.84).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 228/84

Oriundo de Mensagem Governamental o presente projeto de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Planaltina do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado que especifica.

De acordo com a justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, na Mensagem n.º 168/84, que encaminha o plano de Lei ora em exame, a proposição atende aos superiores interesses da Administração Estadual, bem como a coletividade de Planaltina do Paraná, tendo em vista que aquele imóvel, após a respectiva doação será utilizada pelo Executivo Municipal na construção do novo Paço Municipal daquela cidade.

Legal e constitucionalmente, a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, já que nos termos do inciso XVI do art. 47, da Constituição Estadual é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo "Prover em geral às necessidades da administração do Estado".

Nestas condições, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em  
09 de outubro de 1984.

(aa) GILBERTO CARVALHO

Presidente

ERVIN BONKOSKI

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 232/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 189/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Tupãssi, um imóvel de propriedade do Estado, constituído dos lotes n.º 11 e 12, da quadra n.º 48, com área total de 1.200,00 m.<sup>2</sup>, situados no referido Município e adquiridos pelo Estado, conforme matrícula n.º 12.336, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.** (Publicado no D.A. n.º 91, de 20.09.84- Mensagem).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 232/84.

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente plano de Lei visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tupãssi os imóveis de propriedade do Estado que especifica.

Analisando-se a matéria no âmbito legal e constitucional temos que de acordo com a Mensagem 189/84, de 10.09.84, que encaminha o plano de Lei à consideração desta Casa, os imóveis objeto da doação não estão sendo utilizados pelo Estado, razão pela qual nada há que possa impedir tal transação.

Legal e constitucional a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em

16 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 239/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor WALTER ALBERTO PECOITS, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.** (Publicado no D.A. n.º 91, de 20.09.84).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 239/84

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado adnail Sprenger Passos tem por finalidade a outorga do título de cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Walter Alberto Pecoits.

Nos termos da detalhada justificativa apresentada pelo autor da Proposição, encontramos o curriculum deste eminente brasileiro, que desde 1954, através do exercício da medicina, muito tem dado ao nosso Estado, principalmente às comunidades da região sudoeste.

Os aspectos legais e constitucionais a que é chamada à análise desta Comissão de Constituição e Justiça, estão plenamente satisfeitos, de acordo com o estabelecido na Lei Estadual n.º 5638/68.

Não havendo por conseguinte qualquer óbice a sua normal tramitação por esta Casa, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em  
09 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO  
Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 242/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BOQUEIRÃO - AMOB", com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 93, de 25.09.84).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 242/84

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado EDMAR LUIZ COSTA, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Moradores de Boqueirão, AMOB, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n.º 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em  
16 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente  
NELSON BUFFARA  
Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 250/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de utilidade pública a "APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS", com sede e foro no Município de Faxinal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 96, de 01.10.84).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 250/84

O projeto de lei em exame de autoria do nobre Deputado Eduardo Ferreira Baggio, declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, de Faxinal, com sede e foro no Município do mesmo nome.

A declaração de Utilidade Pública acha-se regida pelo disposto na Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que estabelece os requisitos necessários para que uma entidade seja beneficiada.

Do exame da documentação que acompanha o Projeto, verifica-se que a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Faxinal, enquadra-se perfeitamente nas condições estabelecidas pela Lei.

Nestas condições, somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em  
16 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente  
IVAN GUBERT  
Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 288/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 225/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o limite de CR\$ 8.875.452.000 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil cruzeiros) destinados a atender despesas com Custeio e Capital, do Tribunal de Justiça no corrente exercício. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 288/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional até o limite de CR\$ 8.875.452.000 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil cruzeiros) no vigente orçamento do Tribunal de Justiça, destinados a cobrir despesas com Custeio e Capital.

Art.2.º - Servirá como recursos para a cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior o estabelecido no item II, § 1.º, artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Projeto de Lei n.º 288/84  
VOTO EM SEPARADO

O Projeto de Lei em tela é oriundo da Mensagem Governamental n.º 255/84, que visa obter autorização para abertura de crédito adicional ao Tribunal de Justiça, para fazer frente a despesas de custeio e capital.

Ora, o Poder Judiciário é um Poder independente e harmônico, juntamente com os Poderes Legislativo e Executivo. Em casos de mensagens entre Poderes, estas deveriam vir diretamente do Poder solicitante, e não viajar até o outro Poder somente pelo fato deste gerir os fundos orçamentários que, por Lei, pertencem ao solicitante.

Por outro lado, percebe-se a falta de justificativa que deveria acompanhar a mensagem para explanar a aplicação da pretensão. A simples menção de que a verba pretendida é destinada a cobrir despesas de "custeio e capital" não preenche as formalidades necessárias e legais para o mister, pois haveria a necessidade de se discriminar a aplicação ou citar o dispositivo que amparava a medida na Lei Orçamentária.

Fica o ALERTA de que, para o futuro, esta Comissão não mais aceite Mensagens que não estejam devidamente revestidas das formalidades necessárias para que o legislador não tenha que recorrer a seu conhecimento pessoal para descobrir que o conteúdo da Mensagem esteja revestido dos preceitos legais.

Requer, outrossim, que a douta Comissão de Constituição e Justiça, dê conhecimento ao Poder Judiciário da necessidade deste cumprimento legislativo. Desta forma, por entendimento pessoal, somos pelo deferimento da solicitação.

É o meu parecer.

Sala das Comissões,  
em 13 de novembro de 1984.  
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO  
Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 288/84

O presente projeto de lei é oriundo da

Mensagem Governamental n.º 225/84, que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional para o Tribunal de Justiça fazer frente a despesas de custeio e capital.

Já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, e, sob a ótica desta Comissão, o Projeto se encontra revestido de todas as formalidades legais, não existindo qualquer óbice quanto à sua aprovação.

Isto posto, somos pela APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

Sala das Comissões,  
em 13 de novembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI  
Presidente  
HOMERO OGUIDO  
Relator.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Anadir Eduardo Fila, ocorrido no dia 8 de novembro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Lourival Malucelli Gobbo, ocorrido no dia 14 de novembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela passagem do 1.º aniversário da Revista Paraná Social- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da jovem Valéria Meneghel, ocorrido no dia 18 de novembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dante Kleink de Paula, ocorrido no dia 7 de novembro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Denise Kleink de Paula, ocorrido no dia 7 de novembro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da jovem Valéria Giacomo Meneghel, ocorrido no dia 18 de novembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Depu-

tado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Fernandes Zavatin, ocorrido no dia 10 de novembro do corrente ano, no Município de Araruna. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 50.<sup>o</sup> aniversário de vida religiosa do Padre Luiz Luíze. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 50.<sup>o</sup> aniversário de vida religiosa do arcebispo Dom Armando Cirio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 34.<sup>o</sup> aniversário de emancipação política do Município de Guaraniaçu. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 33.<sup>o</sup> aniversário de emancipação política do Município de Santo Antonio do Sudoeste. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretários da Educação e Administração, encarecendo estudos para a regularização da situação dos professores com Habilitação Legal que ministram aulas no Instituto Politécnico Estadual. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação de uma escola de ensino de 1.<sup>o</sup> grau, no Bairro Lageado, no Município de Mamborê. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Maringá pede socorro, Senhor Corregedor", publicado no Jornal o "Diário do Norte do Paraná". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 41.<sup>o</sup> aniversário de fundação da Rádio Londrina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 33.<sup>o</sup> aniversário do Município de Cascavel. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, encarecendo seja procedida sindicância visando apurar denúncias versando sobre abusos envolvendo a Polícia Militar do Estado, ligada ao 4.<sup>o</sup> Batalhão sediado no Município de Maringá. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, encarecendo a instalação de um porto seco, bem como seja dada autorização à CACEX para emissão de guia de exportação de café, no Município de Londrina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo informações quanto a vendas efetuadas pela CAFE do Paraná. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, encarecendo a instalação de um porto seco, bem como seja dada autorização à CACEX para a emissão de guia de exportação de café, no Município de Londrina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22.<sup>o</sup> aniversário do Município de Ivaiporã. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 50.<sup>o</sup> aniversário do Município de Bandeirantes. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Norma Deitos, ocorrido no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Geral do DETRAN, encarecendo a criação e instalação de um núcleo de psicologia no Município de Ubiratã. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Prefeito Municipal de Curitiba, sobre um rol de questões relacionadas ao ponto facultativo para os dias úteis que se situem, coincidentemente, entre o final de semana e um feriado. **Encerrada a discussão.**



Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 24/84, 106/84, 172/84, 193/84, 197/84, 200/84, 204/84, 205/84, 206/84, 209/84, 218/84, 227/84, 229/84, 249/84, 260/84, 266/84 e 267/84. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 222/84, de autoria do Poder Executivo, que objetiva aplicar na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal os critérios estabelecidos pelo art.77 da

Lei 7.297, de 08.01.80, com redação dada pela Lei n.º 7.878 de 04.07.84, na forma que especifica. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - da Proposição n.º 119/84 (Emenda Constitucional).

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 252/84.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 163/84, 229/84, 260/84, 267/84, 55/84.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 51/84, 228/84, 232/84, 239/84, 242/84, 250/84, 288/84, 222/84.

Levanta-se a sessão.